

COLETIVO
CEM FLORES

**A LUTA DE
CLASSES NO
BRASIL EM
CONTEXTO
DE CRISE E
PANDEMIA**

2ª Edição Ampliada

Coletivo
Cem Flores

**A LUTA DE CLASSES
NO BRASIL EM
CONTEXTO DE CRISE
E PANDEMIA**

2ª Edição Ampliada

cemflores.org

2020



*Homenagem aos 200 anos de nascimento do dirigente comunista
Friedrich Engels (1820-1895)*

“Quando a epidemia deu seus primeiros sinais, uma onda de pavor envolveu a burguesia da cidade. De súbito, ela se recordou da insalubridade dos bairros pobres – e tremeu com a certeza de que cada um desses bairros miseráveis iria se constituir num foco da epidemia, a partir do qual a cólera estenderia seus tentáculos na direção das residências da classe proprietária. Rapidamente se designou uma comissão de higiene para inspecionar aqueles bairros e preparar um relatório rigoroso de suas condições ao Conselho Municipal.

(...)

Dadas tais [péssimas] condições [de vida], como esperar que a classe mais pobre possa ser sadia e viva mais tempo? Que mais esperar, senão uma enorme mortalidade, epidemias permanentes e um progressivo enfraquecimento físico da população operária?”

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, 1845.

Sumário

Apresentação	6
1. Lutar contra o vírus e a exploração dos patrões e dos governos	9
2. A pandemia, a recessão, as medidas burguesas e a reação dos trabalhadores no mundo e no Brasil	12
3. A nova crise mundial do capital: a conjuntura internacional nos tempos de pandemia	20
4. O Brasil e a nova crise mundial do capital	31
5. Traduzindo o “pacote” da burguesia e do governo Bolsonaro: matar os trabalhadores de coronavírus, de fome e de exploração!	48
6. A luta dos trabalhadores em tempos de crise e pandemia no Brasil	55
7. A resistência das favelas e periferias em tempos de pandemia: solidariedade, reforço da organização popular e redes de ajuda mútua	65
8. Pandemia e saúde no Brasil: dezenas de milhares de mortes de trabalhadores/as provocadas pelo capital e seu Estado!	76

9. Novos ataques dos patrões e do seu Estado na pandemia. Mais desemprego, arrocho e exploração para os/as trabalhadores/as	85
10. A piora da condição das mulheres no Brasil em contexto de crise e pandemia: aumento da violência, da exploração e da miséria	96
11. A luta das mulheres nas comunidades populares em contexto de crise e pandemia	105
12. É justo se rebelar: a revolta popular nos EUA e o retorno dos protestos no Brasil	111
Posfácio	117

APRESENTAÇÃO

Camaradas e leitores.

O **Coletivo Cem Flores** tem se dedicado a avaliar os fatos da conjuntura recente de pandemia e da nova crise mundial do capital e indicar em nosso site uma análise desse momento. Buscamos, como sempre, partir de uma perspectiva científica, crítica e revolucionária, para colaborar com a luta do proletariado e as demais classes dominadas. E o conjunto dessas intervenções agora forma este nosso mais novo livro, agora em sua segunda edição: *A luta de classes no Brasil em contexto de crise e pandemia*.

Esta edição é formada por doze capítulos e um pós-fácio, todos já publicados em nosso site cemflores.org, entre março e setembro de 2020.

O primeiro capítulo, *Lutar contra o vírus e a exploração dos patrões e dos governos*, publicado originalmente no dia 31/03, é um manifesto no qual denunciemos os interesses da burguesia e de seus Estados nesse momento de pandemia e indicamos a importância da organização autônoma dos trabalhadores empregados ou não, nos locais de trabalho ou de moradia, para o enfrentamento e a sobrevivência nesse momento tão dramático.

No segundo, *A pandemia, a recessão, as medidas burguesas e a reação dos trabalhadores no mundo e no Brasil*, de 20/03, mostramos como as consequências desses dois eventos – recessão e pandemia – vão afetar gravemente a classe operária e todas as trabalhadoras e trabalhadores do mundo. Em primeiro lugar, pelo aumento do desemprego aberto, cortes salariais, piora nas condições de trabalho e de rendimentos. Em segundo lugar, através de sistemas públicos de saúde abarrotados e insuficientes, transportes públicos lotados, condições de moradia e saneamento precárias,

ameaça de desabastecimento, crescimento da pobreza, etc. E, por fim, com os riscos de permanência e aprofundamento do estado de exceção, em um contexto que a repressão burguesa e de seu Estado já está em patamares elevados, a combater qualquer resistência e luta das massas (greves, manifestações, protestos etc.).

O terceiro, publicado no site no dia 28/04, *A nova crise mundial do capital: a conjuntura internacional nos tempos de pandemia*, é uma análise sobre os imensos impactos, já identificados, da atual crise a nível global. Durante essa análise, indicamos algumas tendências e transformações no sistema imperialista mundial diante do agravamento de seu estado depressivo.

O quarto, *O Brasil e a nova crise mundial do capital*, de 07/05, trata da conjuntura econômica e política nacional, mostrando a gigantesca crise que hoje atinge as massas trabalhadoras no Brasil, as ações do aparelho de estado capitalista em defesa da burguesia e de seu capital e as perspectivas de resistência das classes dominadas.

O quinto, *Traduzindo o “pacote” da burguesia e do governo Bolsonaro: matar os trabalhadores de coronavírus, de fome e de exploração!*, publicado dia 06/04, traz uma breve análise de duas recentes medidas provisórias do governo federal (MP 927 e MP 936), revelando que, na realidade, põem em prática mais um violento ataque à classe operária e às demais classes dominadas, sob o disfarce de programa de proteção social e do emprego.

A luta dos trabalhadores em tempos de crise e pandemia no Brasil e A resistência das favelas e periferias em tempos de pandemia: solidariedade, reforço da organização popular e redes de ajuda mútua, publicados dias 21/04 e 28/03 respectivamente, foram o sexto e sétimo capítulos. Nos dois, destacamos as formas de luta e resistência que têm se desenvolvido na conjuntura atual, tanto nos locais de trabalho, quanto nos locais de moradia.

O oitavo capítulo, publicado no site dia 19/06, *Pandemia e saúde no Brasil: dezenas de milhares de mortes de trabalhadores/as provocadas pelo capital e seu Estado!*, trata da relação entre capitalismo e saúde, dos efeitos da desigualdade de classe na atual pandemia em nosso país.

O nono, *Novos ataques dos patrões e do seu Estado na pandemia. Mais desemprego, arrocho e exploração para os/as trabalhadores/as*, publicado

dia 03/08, faz um panorama da piora do mercado de trabalho brasileiro na nova crise e dos novos ataques dos patrões e de seu Estado.

Já *A piora da condição das mulheres no Brasil em contexto de crise e pandemia: aumento da violência, da exploração e da miséria* e *A luta das mulheres nas comunidades populares em contexto de crise e pandemia*, publicados dias 29/05 e 26/06, foram o décimo e décimo primeiro capítulos. O primeiro aborda a condição da mulher trabalhadora no atual cenário; o segundo dá exemplos de recentes lutas comunitárias, cujo papel das mulheres se faz fundamental.

O décimo segundo capítulo, *É justo se rebelar: a revolta popular nos EUA e o retorno dos protestos no Brasil*, de 05/06, fala da volta dos protestos de rua nos EUA e em nosso país, que, a partir de pautas concretas e específicas, resistem contra a deterioração das condições de vida da massa e demonstram a disposição de luta e força dos dominados, mesmo em condições tão adversas.

O posfácio é um panfleto publicado no dia 18/09: *Avançar na organização e na independência das massas exploradas!*, no qual sintetiza os aspectos centrais da conjuntura e dá orientações políticas visando o desenvolvimento da luta dos explorados.

O momento é difícil, nossas forças parecem pequenas diante das barbáries e ataques que nos atingem. Mas, os vários exemplos de luta que trazemos nesse livro nos lembram uma lição defendida pelo comunista Bertold Brecht, quando do avanço do nazifascismo, em seu poema *Aos que hesitam*: não esperemos nenhuma resposta ou reação senão a nossa.

O presente continua de luta. Nossas tarefas fundamentais ainda são retomar o marxismo, reconstruir o partido revolucionário e aprofundar nossa relação com as massas. Avante!



Cem Flores

25 de setembro de 2020

1. Lutar contra o vírus e a exploração dos patrões e dos governos

Uma gigantesca crise atinge o conjunto do sistema imperialista mundial, com o coronavírus como detonador da explosão das contradições capitalistas. A podridão e o caráter de classe do capitalismo são expostos com toda a clareza, mais uma vez. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo são jogados no desemprego, na miséria, infectados pelo vírus. Enquanto isso, os patrões continuam se beneficiando, com auxílio de seu Estado capitalista. E tudo indica que o pior ainda está por vir.

Como sempre, agindo em defesa do capital ameaçado pela crise, os Estados burgueses gastam trilhões em cada país para garantir que a engrenagem continue girando. Nada mais natural, já que o Estado é (e sempre foi) das classes dominantes. As migalhas e demagogias jogadas ao povo, festejadas e estimuladas pela “esquerda” reformista, em nada resolvem o problema das massas trabalhadoras e pobres. A ilusão do “Estado neutro”, que defenderia seus cidadãos, cai por terra novamente.

No Brasil é a mesma coisa. Os patrões aproveitam a crise para avançar na exploração dos trabalhadores e para exigir do seu Estado mais vantagens e garantias aos seus investimentos. O governo já editou medida provisória diminuindo ainda mais as conquistas trabalhistas e propondo cortar os salários pela metade.

A crise também é o teatro macabro no qual os representantes do capital disputam o protagonismo no enfrentamento do coronavírus, de olho em vantagens políticas e eleitorais. A classe operária e as massas pobres são apenas um “detalhe” no jogo de interesses das facções apodrecidas da burguesia brasileira.

Uns, completamente distantes da realidade da maioria absoluta da população, pregam o “#FiqueEmCasa” como se fosse possível a um trabalhador optar por faltar ao trabalho ou a um “autônomo” ou desempregado optar por não ir em busca de seu ganha-pão.

Outros, preocupados exclusivamente com os patrões que estão “sofrendo” a paralisia de seus negócios, pressionam para que os trabalhadores continuem nos seus postos de trabalho, para que a população pobre continue agindo como se nada estivesse acontecendo, como se não fossem exatamente eles (trabalhadores e o povo pobre) as principais vítimas da pandemia que se espalha no Brasil. Vítimas da pandemia do coronavírus e da pandemia do capitalismo com miséria, exploração, violência...

Às massas trabalhadoras e pobres são apresentadas duas falsas alternativas: 1) continuar na “vida normal” para “#OBrasilNãoParar”, para garantir o lucro dos patrões e morrer com o vírus que já está contaminando o país ou 2) “#FiqueEmCasa” como se o nosso sustento fosse cair dos céus ou de algum governante ou empresário caridoso.

Estivessem a classe operária e as massas trabalhadoras e pobres mais fortes e organizadas, seria realmente o momento de construir a única alternativa que nos interessa verdadeiramente: **acabar de vez com esse sistema que só faz aumentar a miséria. Mas enquanto esse dia não chega é possível e necessário agir. E já!**

Aos que estão empregados é unir todos os companheiros para exigir que o ambiente de trabalho (incluindo o transporte) apresente condições

sanitárias adequadas, condições que evitem o contágio do coronavírus, liberando do trabalho todos que estão em situação de risco. Ou então parar a produção, pois não estamos dispostos a morrer infectados para garantir que “o Brasil – na verdade o lucro dos patrões! – não pare”.

Aos que não estão empregados, que se viram para sobreviver como podem, é fundamental organizarmos juntos os meios de sobrevivência nessa crise. A solidariedade entre nós é nossa única arma! “Façamos nós por nossas mãos / Tudo o que a nós nos diz respeito”, como canta o hino de todos os trabalhadores e trabalhadoras de todos os países, a Internacional Comunista.

Temos que organizar o apoio aos mais carentes e necessitados, o auxílio aos que já estão vivendo as dificuldades da sobrevivência, a ajuda aos que já estão necessitando de apoio médico ou de medicamentos. Será um importante aprendizado para entendermos que não necessitamos dos nossos inimigos de classe para sobreviver. Na verdade, eles nos impedem de viver de forma digna.

Juntos, trabalhadores empregados, desempregados, autônomos, moradores das periferias, arrancar dos governos (federal, estadual e municipal) um pouco daquilo que já nos roubaram a vida inteira, seja auxílio financeiro, benefícios variados ou serviços em saúde, transporte, saneamento, etc.

Essa raça de vampiros e sanguessugas que ocupam os governos não tem nada a nos oferecer que não seja nos manter presos às correntes que garantem seus lucros. Organizemos nossa sobrevivência e arranquemos dos inimigos o que nos foi roubado! Mesmo que ainda não possamos resolver isso hoje, é nessa direção que devemos caminhar.

2. A pandemia, a recessão, as medidas burguesas e a reação dos trabalhadores no mundo e no Brasil

O pânico tomou conta dos mercados mundiais em março, com a pandemia de coronavírus atingindo boa parte do mundo. A crise econômica se manifesta em quedas nas bolsas de valores, redução do comércio internacional, paralisação nas cadeias de produção e de fornecimento globais, contração dos indicadores de produção e de vendas, entre outros. Tudo isso simultaneamente à imposição de fechamento de cidades, regiões ou países inteiros, cancelamentos de aulas e de eventos esportivos e culturais, restrições ou proibições de funcionamento do comércio, férias coletivas em empresas, decretações de estado de exceção ou de calamidade pública. Neste momento, tanto os principais países imperialistas quanto os dominados, incluindo o Brasil, estão despencando em recessões de proporções ainda impossíveis de prever.

As consequências desses dois eventos – recessão e pandemia – vão afetar gravemente a classe operária e todas as trabalhadoras e trabalhadores do mundo. Em primeiro lugar, pelo aumento do desemprego aberto, cortes salariais, piora nas condições de trabalho e de rendimentos. Em segundo lugar, através de sistemas públicos de saúde

abarrotaos e insuficientes, transportes públicos lotados, condições de moradia e saneamento precárias, ameaça de desabastecimento, crescimento da pobreza, etc. E, por fim, com os riscos de permanência e aprofundamento do estado de exceção, em um contexto que a repressão burguesa e de seu Estado já está em patamares elevados, a combater qualquer resistência e luta das massas (greves, manifestações, protestos etc.).

Como mostra o exemplo da foto acima – e vários outros ao redor do planeta, além da Itália, Inglaterra, França, Canadá e Brasil – os trabalhadores percebem os riscos a que estão sujeitos pela pandemia e as ameaças que a recessão lhes traz, bem como os impactos diferentes desses dois eventos conforme as classes do sistema capitalista e, mais importante, começam a ligar esses fatores para **se mobilizar, se organizar e lutar**.

A economia mundial e brasileira antes da pandemia

A pandemia ocorre com a “economia mundial ... desacelerando de forma indiscutível nos últimos dois anos, aparentemente caminhando para uma recessão em 2020 ou 2021”, como afirmamos nas nossas Teses sobre a Conjuntura, de janeiro deste ano. Ou seja, **a pandemia acelerou e agravou um processo recessivo que já estava em curso** na Europa (especialmente Alemanha, Reino Unido e Itália) e México, Argentina, África do Sul, etc.

Não obstante a recessão europeia, os principais responsáveis pela desaceleração mundial no começo do ano eram as duas principais potências imperialistas mundiais, os EUA e a China. Em janeiro, o FMI projetava desaceleração para esses dois países até 2021. As razões disso são os agravamentos das suas contradições capitalistas e o acirramento dos conflitos inter-imperialistas, como a chamada “guerra comercial”.

As contradições do capitalismo se expressam atualmente no sistema imperialista mundial por meio do baixo crescimento da produtividade, da estagnação da produção, dos investimentos e das exportações (com impacto nos preços das commodities), da explosão do capital fictício e dos níveis recordes de endividamento (público e privado) e no aumento da desigualdade. Todos esses fatores têm contribuído para a trajetória de

redução das taxas de lucros que os principais países imperialistas apresentam nos últimos anos, indicando a futura crise.

No caso brasileiro, a histórica recessão de 2014-16 foi seguida de uma estagnação, com crescimento de 1% de 2017 a 2019. Como resultado, o PIB per capita de 2019 ainda era menor que o de 2010. O desemprego, que dobrou durante a recessão, só se reduz muito lentamente e ainda foi de quase 12% em 2019. E as novas vagas criadas são principalmente informais, de trabalho intermitente e precárias. Para mais detalhes sobre a situação da economia brasileira no ano passado, veja nosso recente texto: Continuidade da estagnação econômica com aumento da exploração do trabalho: a economia brasileira em 2019, publicado em nosso site.

As contradições do sistema imperialista e dos principais países vinham se acumulando e se agravando nos últimos anos, tornando cada vez mais provável uma nova recessão. O gatilho desta recessão de 2020 – ao invés de ser o mercado financeiro imobiliário dos EUA, como em 2008 – foi a pandemia do coronavírus e a reação a ela. A pandemia pegou a economia mundial à beira de uma recessão e a empurrou no abismo.

A recessão mundial de 2020

As primeiras estatísticas deste ano mostram um começo de recessão mais agudo que em 2008. Em janeiro e fevereiro, os indicadores da indústria manufatureira e dos serviços na China tiveram seu pior resultado histórico. As bolsas de valores, que estavam com capitalização recorde em janeiro, chegaram a ter perdas de um terço (Nova York) de seu valor de mercado. O capital fictício destruído com essas quedas já supera US\$ 6 trilhões. Há fugas de capitais nos países que não têm moedas conversíveis. Soma-se a isso as tensões geopolíticas em torno do petróleo, opondo Rússia e Arábia Saudita, que já haviam derrubado o preço do petróleo antes da decretação da pandemia.

Diante da crise, os aparelhos financeiros dos Estados capitalistas ao redor do mundo vêm repetindo a mesma reação de 2008: criação de imensas somas trilionárias de capital fictício para distribuir para os bancos e as

empresas. O banco central dos EUA anunciou como primeiras medidas a redução dos juros para zero e compras de US\$ 700 bilhões e avisou estar preparado para mais. Atuando como o gestor do dinheiro mundial, o Federal Reserve anunciou que vai fornecer dólares para Canadá, Inglaterra, Japão, Suíça e Área do Euro, além de Austrália, Brasil, Dinamarca, Coreia, México, Noruega, Nova Zelândia, Cingapura e Suécia. O Banco Central Europeu agiu na mesma linha oferecendo € 870 bilhões, criando linha emergencial para bancos com juros negativos e liberando capital para os bancos emprestarem mais € 120 bilhões e afirmando que aumentará o montante se achar necessário. Já o FMI mandou avisar que tem poder de fogo de US\$ 1 trilhão. Além disso, somam-se outros trilhões de dólares em pacotes fiscais (redução de impostos) para empresas, como o proposto pelos EUA.

Mesmo no cenário otimista em que a pandemia é superada e a economia volta ao “normal”, às contradições que já estavam presentes em 2019 somam-se agora as novas, agravadas pela presente recessão. A recessão destruirá capital, as empresas que sobreviverem estarão mais endividadas, o setor bancário com mais empréstimos duvidosos, as dívidas públicas serão ainda maiores. Tudo isso vai pesar sobre as taxas de lucro e tornar mais lenta essa possível retomada (nesse cenário otimista).

Quanto aos trabalhadores, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou seu primeiro estudo sobre o impacto da recessão: “estimativas preliminares da OIT indicam **crescimento no desemprego global entre 5,3 milhões** (cenário otimista) e **24,7 milhões** (cenário pessimista) a partir de uma base de 188 milhões de desempregados em 2019”. Para efeito de comparação, a OIT estima que a crise de 2008-9 gerou 22 milhões de desempregados. Essa recessão também deverá gerar “**acréscimo de 8,8 milhões de trabalhadores na pobreza ao redor do mundo**”.

A recessão brasileira de 2020

No Brasil, os impactos imediatos da crise ocorreram nos mercados financeiros. A Bovespa já caiu mais de 40% desde o seu recorde em janeiro. A fuga de capital estrangeiro atingiu US\$ 4,4 bilhões em fevereiro. O dólar superou R\$ 5, confirmando a capacidade de Guedes “fazer muita

besteira”. As expectativas para o PIB de 2020 já baixaram de 2,8% um ano atrás, para 1,7% no último dia 13 de março. Goldman Sachs e J.P. Morgan já preveem nova queda do PIB, de 1%, neste ano.

Aqui como no exterior, o governo já monta seus pacotes de salvamento do capital. O Ministério da Economia fala em R\$ 179,6 bilhões e o Secretário do Tesouro Nacional, em déficit primário de R\$ 200 bilhões. O governo passa a falar de “proteção ao segurado do INSS”, como se não houvesse fila de 2 milhões de pedidos sem atendimento. Como o cinismo não tem limites, fala também em “Reforço ao programa Bolsa Família: destinação de recursos para possibilitar a ampliação do número de beneficiários – inclusão de mais de 1 milhão de pessoas”, sem mencionar o “corte de 972 mil famílias, além de mais de 1 milhão de famílias na fila de espera” desse mesmo Bolsa Família.

As medidas para “manutenção de empregos” são todas para reduzir os impostos dos empresários: não precisa mais pagar FGTS nem Simples e reduz pela metade o sistema S por 3 meses. **O hipocritamente chamado “programa antidesemprego” prevê “redução proporcional de salários e jornada de trabalho”.**

Acuado diante da gravidade da crise e da incapacidade de respostas efetivas, o governo de extrema-direita, fascista, tem atuado em duas direções:

1) redobra a aposta na sua escalada autoritária mediante convocações de manifestações de sua base mais extremista. Além das pequenas, porém significativas, manifestações de 15 de março – com foco em intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF – agora o presidente convoca manifestações em frente aos quartéis, com a mesma pauta, no aniversário do golpe de 1964.

Esses eventos parecem mostrar que há um maior isolamento de Bolsonaro e sua corja, com seguidas defecções de setores do seu eleitorado de 2018, e a busca (até agora infrutífera) de alternativas burguesas. O tema de seu impeachment já é corrente em diversos setores e representantes das classes dominantes. No entanto, esse maior isolamento tem como contrapartida a maior radicalização da extrema-direita e de suas tendências fascistas e

ditatoriais, buscando maior proximidade e apoio tanto nas forças armadas quanto nas polícias e nas milícias.

2) tenta se aproveitar da crise para avançar na pauta de “reformas”, na implementação do programa da burguesia, e, com isso, se mostrar ainda capaz de atuar como representante dessa burguesia na gerência do Estado. Esse foi o pleito de Guedes aos presidentes da Câmara e do Senado, em 10 de março, listando os projetos prioritários dessa agenda burguesa, como as “reformas” administrativa e tributária; as três propostas de mudança da constituição enviadas no final do ano passado (Emergencial, Pacto Federativo e Fundos Públicos); os novos marcos legais para a privatização dos setores de gás, elétrico e saneamento, além das ferrovias e da Eletrobrás; e a medida provisória do emprego verde-amarelo, eliminando conquistas trabalhistas, entre vários outros.

O governo parece ter clara a necessidade de promover essas reformas e buscar um maior crescimento econômico para manter o apoio da burguesia e, com isso, se manter no poder. Como disse o próprio Bolsonaro, ao criticar as medidas do Ministério da Saúde para combater a pandemia de coronavírus: “Vai ter um caos muito maior se a economia afundar. Se a economia afundar, afunda o Brasil. Se acabar a economia, acaba qualquer governo. Acaba o meu governo“.

Completa esse cenário a quase total incapacidade da “esquerda” (sic!) eleitoreira, reformista e institucional de mobilizar os operários e as massas trabalhadoras e pobres. Em primeiro lugar, porque tal “oposição” há muito não possui credibilidade com essas massas, sobretudo após sua estadia na gerência do Estado burguês. Em segundo, porque, sobretudo suas máquinas sindicais, foram fortemente afetadas com a reforma trabalhista. Por fim, sua linha política permanece tendo como base a defesa de bandeiras recuadas e genéricas (como a defesa da “democracia”), além de desconectadas da vida e luta das massas.

A classe operária, os trabalhadores e a população pobre e de periferia ante essa nova recessão

Mas independentemente dessa fraqueza da esquerda institucional, e além dela, **relevantes movimentações das massas têm sido feitas e muitas**

outras certamente ocorrerão em breve em nosso país. Eis o terreno sob o qual os comunistas e lutadores do povo devem dedicar todo o seu esforço de análise e de participação direta e solidária.

Ora, está claro para a classe operária, para todos os trabalhadores e para as massas pauperizadas do país que **essa pandemia é uma grave ameaça de piora das suas condições de existência, quando não para sua própria vida e de seus familiares e companheiros.** É sabido por todos eles, da forma mais dura, **que a recessão causará (e já está causando!) aumento do desemprego, piora nas condições de trabalho e renda dos que conseguirem se manter empregados (só ver a proposta do governo de cortar salários), dificuldades para cuidar e manter suas famílias.** Resumindo: ainda mais miséria, fome e sofrimento.

Sabem também do **sistema de saúde já precarizado pelos sucessivos cortes de recursos, e que agora está ameaçado de sucumbir ante a superlotação.**

Por fim, conhecem na pele que **medidas como a do estado de calamidade pública, a decretação de lei marcial, tendem a intensificar a repressão às suas manifestações, reuniões e assembleias, fortalecendo o lado dos patrões e seus governos...**

E por isso, como em vários países, as classes dominadas daqui já estão a reagir, nas condições e formas que encontram nessa nova conjuntura! Um exemplo disso tem sido os pannels, em grande parte espontâneos, contra o governo, que também vem sofrendo com o aumento da rejeição e da insatisfação em relação a suas últimas medidas.

Em muitos locais de trabalho, cotidianamente, os trabalhadores também vêm se rebelando frente à sanha patronal (que sempre coloca o lucro acima de qualquer coisa!) e às primeiras medidas da burguesia diante da recessão que está a se construir. E essa rebeldia pode crescer com o avanço da crise, da pandemia e da sanha por manter os lucros da burguesia. Abaixo alguns exemplos mais visíveis e noticiados:

- Os petroleiros, que recentemente saíram de uma histórica greve, enfrentando todo o aparato do Estado e patronal contra centenas de demissões e descumprimento do acordo coletivo, deram um ultimato

de 72h para a Petrobrás atender suas exigências sanitárias. Caso contrário, ameaçam retornar ao movimento grevista.

- Metalúrgicos da Honda, Renault e Fiat Chrysler, no ABC paulista, ameaçam greve por conta da não suspensão das atividades nas fábricas mesmo diante da pandemia.
- Em Jacareí, interior de São Paulo, operários da Caoa Chery reverteram temporariamente demissões de dezenas de companheiros após uma greve de 1 dia.
- Nacionalmente, as dezenas de milhares de trabalhadores de call-center da empresa Alaviva do Brasil estão a fazer uma grande paralisação com protestos de rua e nos locais de trabalho defendendo sua saúde e condições de trabalho.

A história dos dominados, dos oprimidos e explorados sempre foi uma história dura de resistência e luta. Os recentes eventos não indicam para nós nada de diferente. O presente continua de luta, por nossas vidas e de nossos próximos, seja contra a pandemia, seja contra as imposições do capital e seu Estado.

Para a manutenção de nossos empregos e salários, para oferecer condições mínimas de vida a nossas famílias, **nossa organização e mobilização, nossa solidariedade nos seus locais de moradia e trabalho, mais uma vez, serão decisivas.** Eis o exemplo concreto que os petroleiros, os metalúrgicos, os trabalhadores de call-center e tantos outros estão a nos dar, aqui e mundo afora!

O presente é de luta! O futuro será nosso!

3. A nova crise mundial do capital: a conjuntura internacional nos tempos de pandemia

Doze anos após a eclosão da última grande crise mundial do capital (2008/09) – da qual o capitalismo ainda não encontrou uma recuperação propriamente dita – e depois de dois anos de clara desaceleração nas principais economias imperialistas, que já estavam a caminho de uma recessão, **a economia mundial volta a viver uma crise do capital de dimensões históricas, detonada por uma pandemia.** Esses fatos inauguram novas condições para a luta de classes a nível global. Diante disso, cabe ao proletariado, a todos/as os/as trabalhadores/as e demais classes dominadas, aos lutadores e às lutadoras, aos/às comunistas, compreendermos essa nova realidade na qual nossa luta já está a se desenvolver.

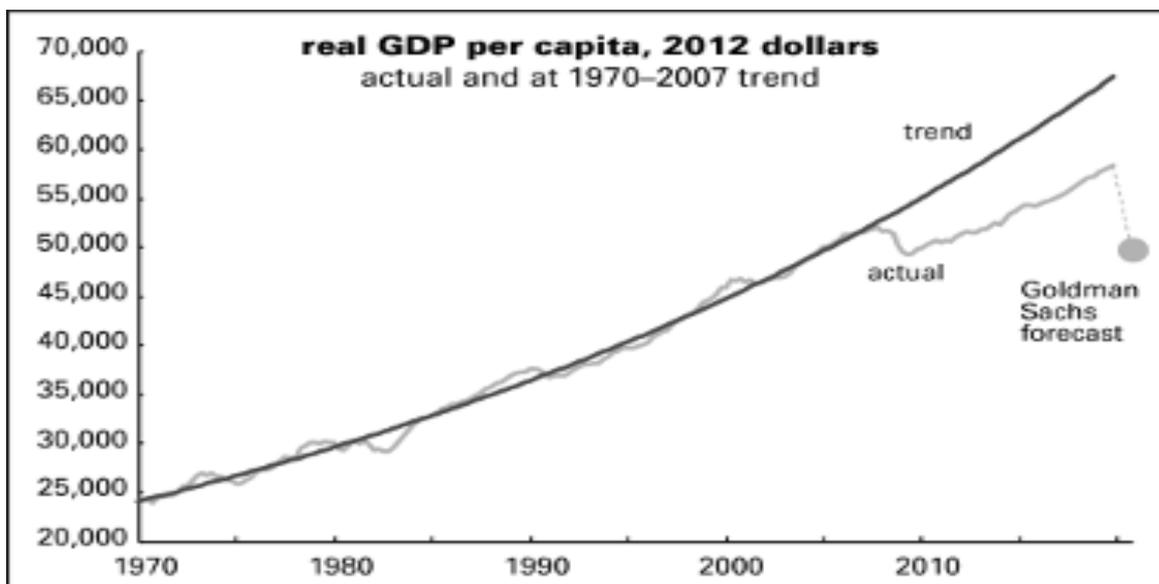
A nova crise agrava o estado depressivo do sistema imperialista mundial

Apesar das suas marcadas diferenças específicas, essas duas crises – de 2008/09 e de 2020 – compartilham a magnitude histórica, fruto do **nível alcançado pelas contradições do capitalismo, em sua fase imperialista,**

em escala mundial, refletidas notadamente nas taxas de lucro em queda, na quase estagnação da produtividade, nos conflitos interimperialistas e na crescente desigualdade.

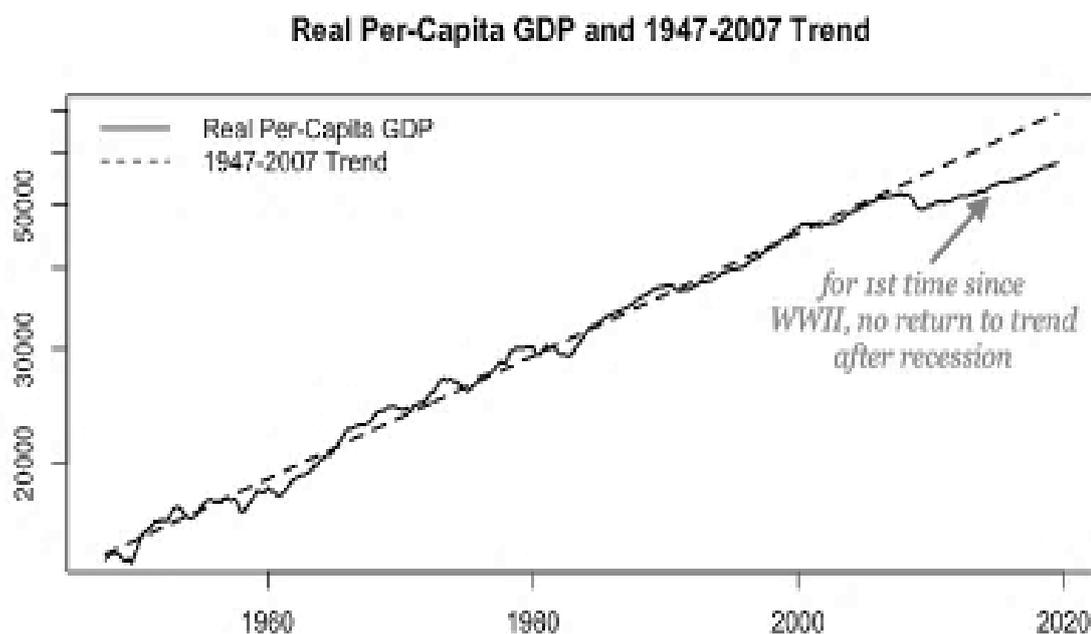
Olhando em escala temporal mais ampla, o capital parece ter esgotado o dinamismo de acumulação e lucros aberto pela incorporação dos antigos países socialistas no mercado internacional capitalista e pela desregulamentação, privatização e abertura aos fluxos de capitais a partir dos anos 1980, pela revolução tecnológica a partir dos anos 1990, e mesmo pela ofensiva de desregulamentação dos mercados de trabalho neste século. **Ainda que esse estado depressivo do sistema imperialista mundial seja verdadeiro, o capitalismo não vai se reformar a si mesmo nem cair de podre por si só. Para evitar que o nosso futuro seja um caos sem fim, o capitalismo precisa ser derrubado pela ação militante das massas trabalhadoras de todos os países.**

Possivelmente em função desse estado depressivo da economia capitalista mundial, os principais países imperialistas perdem, a cada crise e de forma permanente, a trajetória de crescimento anterior. Os dois gráficos abaixo ilustram esse fato para o período posterior à crise de 2008, primeiro para os EUA e, depois, para a Europa.



Fonte: Michael Roberts. Post-pandemic slump (*A queda após a pandemia*), 13.04.2020.

PIB real per capita dos EUA, a preços de 2012. Observado (*actual*) e a tendência de 1970-2007. Previsão do Goldman Sachs para 2020 (retorna ao nível de dez anos atrás).



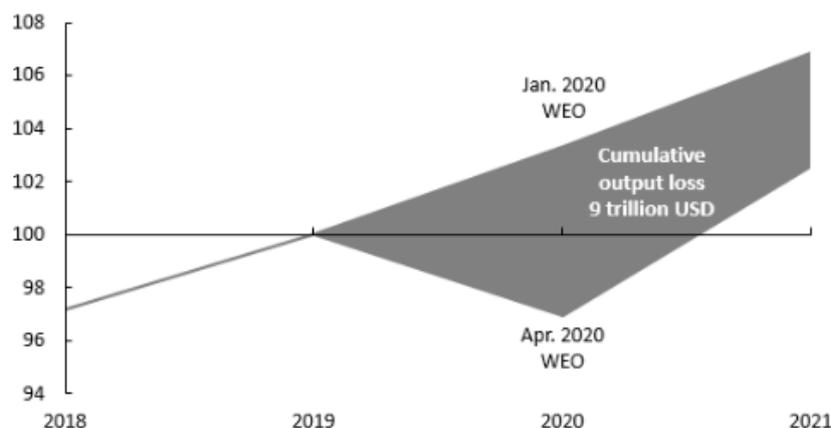
Fonte: Michael Roberts. Post-pandemic slump (*A queda após a pandemia*), 13.04.2020.
PIB real per capita da Europa e tendência 1947-2007. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial não há retorno à tendência depois de uma recessão.

As primeiras análises sobre a crise atual vão exatamente nessa mesma direção. Neste mês, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou suas projeções para o PIB mundial deste ano e do próximo. As trajetórias de crescimento previstas antes do início da crise (em janeiro) e depois (abril), são muito similares ao pré-2008 comparado com o pós. Para o FMI, no entanto, a crise atual supera a anterior: “o *Grande Lockdown* [bloqueio ou fechamento, como o FMI está chamando a situação atual] **caracteriza a mais grave recessão desde a Grande Depressão, muito pior do que a crise financeira mundial de 2009**”.

Output losses

The cumulative output loss over 2020 and 2021 from the pandemic crisis could be around 9 trillion dollars.

(global real GDP level, index)



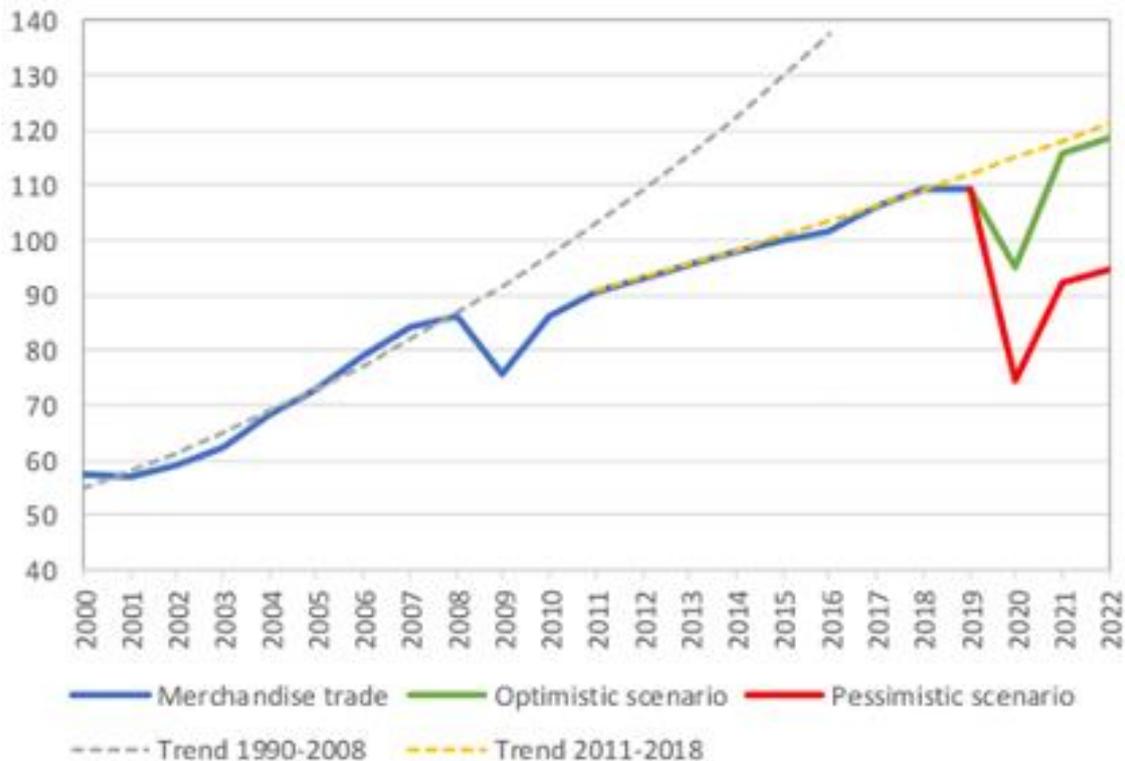
Sources: IMF, *World Economic Outlook*; and IMF staff calculations.

Fonte: FMI. O Grande *Lockdown*: a mais grave retração da economia desde a Grande Depressão, 14.04.2020.

Perda de produto. A perda cumulativa de produto durante 2020 e 2021 pela crise da pandemia pode ficar por volta de US\$ 9 trilhões. Índice do nível do PIB real global. Projeções do FMI de janeiro e de abril de 2020, de acordo com o relatório WEO (*World Economic Outlook – Panorama da Economia Global*).

A magnitude prevista pelo FMI para a crise atual corresponde às economias do Japão e da Alemanha – somadas! Importante lembrar, no entanto, que esse é apenas o cenário de referência do FMI, que aponta chances reais de cenários ainda mais adversos e com perdas ainda mais gigantescas.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) também divulgou suas projeções para o impacto da crise atual no comércio mundial. Novamente, vemos uma perda da tendência pós-2008 e a mesma trajetória nas projeções sobre a crise atual (tirando o otimismo de ofício dos aparelhos internacionais do capital...).



Fonte: Michael Roberts. Post-pandemic slump (*A queda após a pandemia*), 13.04.2020, com projeções da OMC.

Comércio internacional (azul), cenário otimista (verde) cenário pessimista (vermelho), tendência 1990-2008 (cinza) e tendência 2011-2018 (amarelo).

As características da pandemia do novo coronavírus para a crise atual

Se a dimensão histórica da crise do capital atual pode ser comparada com a crise iniciada em 2008, é importante também analisar as suas características e diferenças específicas. **A crise atual tem como gatilho as medidas de contenção contra a pandemia de coronavírus impostas pela maioria dos países. Essas medidas implicam, em maior ou menor grau, restrições ao funcionamento de empresas e à circulação de pessoas, interrupções em cadeias de produção e demissão em massa de trabalhadores/as.**

O capitalismo mundial neste século tem sido marcado por uma sucessão de epidemias: SARS (2002-03), Gripe Suína (2009), MERS (2012), Ebola (2014-16) e agora Covid-19 (2019-?), para citar apenas as principais, de caráter global. Há vários elementos para afirmar que a devastação

ambiental causada pelo capitalismo tem facilitado o surgimento e a disseminação dessas epidemias, assim como sua cada vez maior integração mundial. **Mas esta pandemia é diferente.**

A maior capacidade de contágio do coronavírus, somada às condições já precárias de vida e de saúde de grande parte das massas trabalhadoras, têm gerado um enorme e crescente número de mortos no mundo. Segundo o site worldometers, já são mais de 200 mil mortos pela doença respiratória causada pelo vírus e há cerca de 3 milhões de casos ativos (dados de 27.04.2020). Nos EUA, epicentro atual da pandemia, as comunidades negras têm sido as mais afetadas pelo vírus: representam cerca de 30% das contaminações e das mortes, mesmo sendo por volta de 15% da população do país. As razões são bem conhecidas: habitação mais precária, piores condições de saneamento, menor acesso a serviços de saúde, comorbidades, e a maior exploração em empregos informais e precários. **Em suma: a dominação capitalista!**

Seu grande contágio tem forçado vários países a adotarem medidas restritivas inéditas, para que não se exponha a acumulação e a dominação capitalista aos riscos e a um caos social e sanitário incontrolável. Mas essas medidas para contenção da contaminação, coordenadas pelos Estados, também são função do cenário atual de maior repressão e autoritarismo do capitalismo e da ofensiva da burguesia na luta de classes – e **a pandemia parece estar sendo o laboratório de novas medidas de controle e repressão, que tendem a ser permanentes,** seja por parte das empresas, das polícias e dos demais aparelhos repressivos de Estado capitalista, contra o proletariado e as demais classes dominadas.

A dinâmica da crise também é impactada pelos limites do conhecimento atual sobre o coronavírus, seu contágio e imunidade. Não é comprovada ainda a existência de “passaporte de imunidade” aos já contaminados. Tampouco são descartadas novas (segunda, terceira, etc.) ondas de contaminação e novas medidas de contenção. **A possibilidade desses eventos continuarem por um ou dois anos pode levar à interrupção de investimentos, mais demissões, maior endividamento de governos, empresas e população, restrições ao comércio internacional e ao funcionamento das cadeias globais de produção, nacionalismo, xenofobia, repressão e autoritarismo.**

Ou seja, as medidas de contenção e os demais efeitos da pandemia constituem o momento inicial não só da crise atual, como da nova fase da ofensiva burguesa. Mas a estrutura e as contradições do capitalismo em cada país e do sistema imperialista mundial são suas causas estruturais.

As dimensões empíricas da crise já visíveis atualmente

As estatísticas atualmente disponíveis ainda são muito poucas, mas já dão uma medida das dimensões da crise, confirmando a projeção catastrófica feita mesmo pelos aparelhos internacionais do capital.

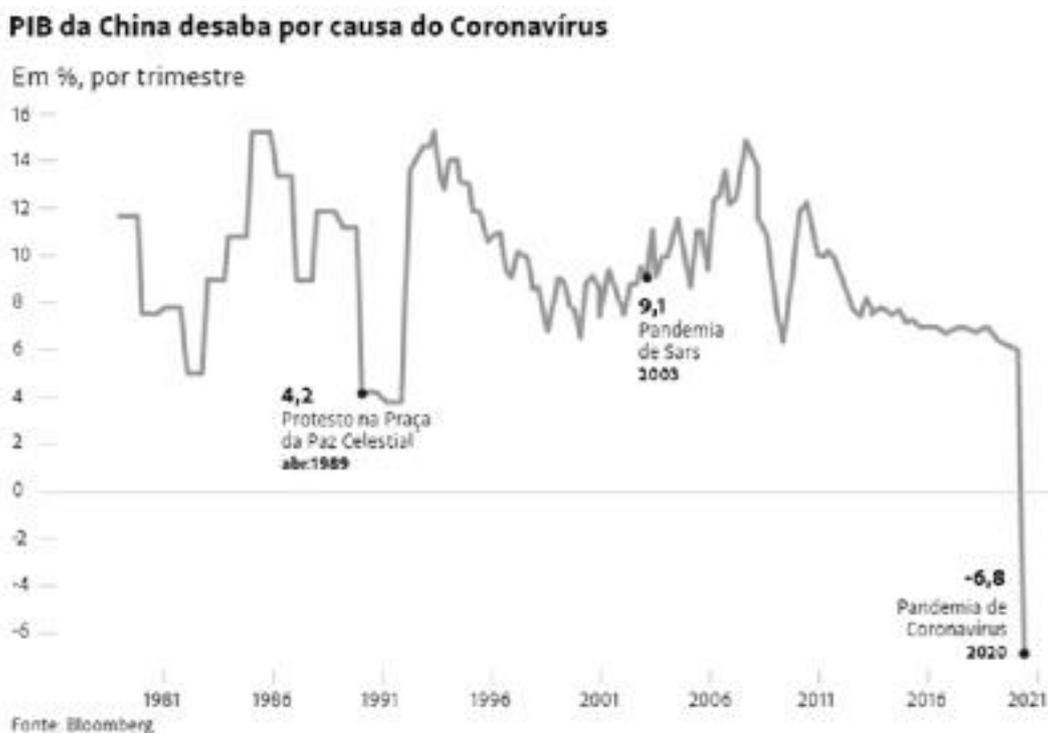
O primeiro desses indicadores a ser divulgado foi o “**índice de gerentes de compras**” (*purchasing managers index, PMI*) **composto (indústria e serviços) global**. Esse PMI composto global é calculado a partir de entrevistas feitas em 40 países, com aproximadamente 400 empresas em cada país. Seu objetivo é saber a perspectiva das empresas para produção, encomendas, emprego, custos, preços de venda, exportações, fornecedores, estoques. Pela construção do índice, valores abaixo de 50 indicam recessão. O gráfico abaixo foi divulgado no dia 3 de abril e mostra o resultado das entrevistas realizadas na segunda quinzena de março. **Mesmo sem ainda ter atingido o auge das medidas de restrição em vários países, o indicador já mostrou a economia mundial em queda livre.**



Essa queda vertiginosa da atividade econômica está provocando efeitos devastadores nas massas trabalhadoras. Em seu relatório de 7 de abril, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já constata um violento impacto de queda de 6,7% nas horas trabalhadas no mundo (o que equivale a 230 milhões de trabalhadores/as com jornada semanal de 40 horas). Além disso, cerca de 40% da força de trabalho mundial trabalham em setores fortemente atingidos pela crise.

A miséria e a fome estão crescendo rapidamente, juntamente com o adoecimento e a maior exploração da força de trabalho ocupada. As medidas estatais de “proteção”, na prática, têm significado redução de salário e perspectiva de piora nas condições de vida das massas trabalhadoras que já estavam em situação ruim. **Mas um dos resultados tem sido a ocorrência de paralisações, protestos e criação de redes de solidariedade em vários países.**

Na crise atual, a China tem uma importância fundamental. Não apenas por constituir a segunda maior potência imperialista global, não apenas por apresentar uma clara tendência de desaceleração antes da crise, mas principalmente por ser o primeiro país atingido pela pandemia, o primeiro a adotar as restrições e o primeiro a iniciar seu levantamento gradual.



Fonte: FSP. Economia da China desaba 6,8% no primeiro trimestre, 16.04.2020.

O gráfico acima mostra o enorme impacto da crise no PIB chinês, que caiu 6,8% no primeiro trimestre de 2020 – primeiro valor negativo desde a virada para o capitalismo, no final dos anos 1970.

O relatório da pesquisa PMI para a indústria chinesa mostra que os capitalistas chineses viam demanda fraca, queda nas encomendas, forte queda nas exportações, problemas nas linhas globais de produção e muito desemprego. Dessas informações podemos concluir que: **1) esta crise tem caráter mundial, ao 2) afetar tanto as condições de produção e de realização domésticas quanto 3) as cadeias de produção e comércio mundiais, portanto 4) seus efeitos se prolongarão durante o período de adoção das medidas restritivas em cada país e 5) continuarão mesmo após essas medidas serem relaxadas, considerando seus impactos na falência de empresas e no desemprego, no baixo nível de investimento e no alto nível de endividamento.**

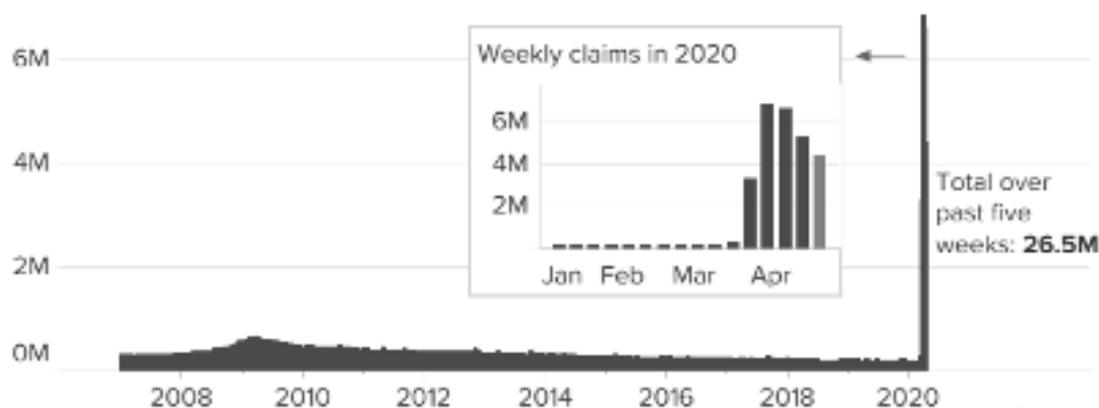
Mas a importância da China nesta crise não se restringe às informações econômicas já disponíveis e à anterioridade na contaminação e contenção. **O papel da China no sistema imperialista pode sair fortalecido dessa crise pois: 1) o país, que já tem a maior indústria do mundo, se revelou também o maior produtor mundial de equipamentos médicos – setor de sua produção que tende a se fortalecer com a crise e ampliar sua liderança global, 2) o país já está em plena tentativa de normalização de sua produção, o que pode levá-lo a ocupar os mercados mundiais de concorrentes, e 3) o país está buscando, a todo o custo, reforçar sua participação internacional em todos os aspectos, incluindo nos aparelhos internacionais do capital** (como a Organização Mundial de Saúde, OMS, por exemplo).

Em relação à **luta de classes na China capitalista**, a pandemia deu amplo espaço para o reforço **1) do discurso nacionalista e de união nacional – que justifica ideologicamente a exploração do proletariado e sua subordinação à burguesia e ao seu Estado – e 2) das medidas e dos instrumentos (legais, tecnológicos e ideológicos) de contenção, vigilância, controle e repressão desses próprios trabalhadores e trabalhadoras.**

Os EUA, por outro lado, se converteram atualmente no epicentro da pandemia mundial. O impacto imediato e mais significativo, do ponto de vista das classes dominadas, além da contaminação e das mortes tratadas acima, é o **vertiginoso crescimento do desemprego**. O gráfico abaixo mede a quantidade de trabalhadores/as que pedem seguro-desemprego a cada semana. Nas últimas cinco semanas, esse número já atinge 26,5 milhões!

Surge in initial claims continues

Weekly initial unemployment insurance claims



SOURCE: Department of Labor. Data is seasonally adjusted.



Fonte: CNBC. US weekly jobless claims hit 4.4 million, bringing 5-week total to more than 26 million (*Pedidos semanais de auxílio desemprego nos EUA atingem 4,4 milhões, levando o acumulado das últimas cinco semanas para mais de 26 milhões*), 23.04.2020. Continua o aumento dos pedidos semanais iniciais de auxílio desemprego.

Total das últimas cinco semanas: 26,5 milhões.

Em função do gigantesco impacto da crise na economia americana, o Estado capitalista dos EUA tem organizado o maior pacote de salvação do capital do mundo. Segundo o FMI, as medidas somam quase US\$ 3 trilhões, incluindo tentativas de evitar falências, empréstimos a estados e municípios e pequenas empresas, redução temporária de impostos, gastos hospitalares e com testes. Além dessas ações, o banco central do EUA entrou com pelo menos outros US\$ 2,3 trilhões em financiamentos ao governo, aos bancos e grandes empresas, além de reduzir seus juros para zero novamente, como em 2008. Por fim, em sua função de emissor da moeda mundial, assumiu compromissos de emprestar dólares para todos os países da Área do Euro e outros 13 países, incluindo o Brasil.

Essa escalada da crise nos EUA acelerou e aprofundou a trajetória recessiva dos últimos dois anos. As tendências que temos observado nos últimos anos no centro do imperialismo mundial devem se radicalizar na nova recessão: **1) ampliação da importância dos grandes monopólios transnacionais sediados nos EUA, mediante nova rodada de centralização de capital, 2) adoção de novas medidas protecionistas e 3) acirramento dos conflitos interimperialistas, não obstante 4) a continuidade da sua perda relativa de importância na economia global, 5) crescimento do nacionalismo e da xenofobia e 6) ampliação da exploração capitalista, piora das condições do mercado de trabalho, aumento da miséria e da fome, juntamente com níveis recordes de desigualdade social.**

Nos demais países imperialistas, Europa e Japão, o cenário geral é similar (embora não tenhamos analisado suas conjunturas mais especificamente), com recessões históricas e crescimento do desemprego e piora das condições de vida das massas dominadas. Para os países dominados, a deterioração das condições de vida proletária, camponesa e das demais classes exploradas é ainda mais aguda.

A classe operária, os camponeses, as massas dominadas, nada podem esperar da burguesia, das classes dominantes, dos seus Estados capitalistas e seus aparelhos de dominação a não ser mais exploração, mais repressão, mais miséria, mais morte. O caminho de enfrentar as dificuldades é confiar cada vez mais nos seus próprios esforços e na solidariedade de classe.

Façamos nós com nossas mãos / tudo que a nós nos diz respeito!

4. O Brasil e a nova crise mundial do capital

A pandemia mundial de coronavírus, as medidas adotadas pelos diversos países na tentativa de sua contenção e o nível em que se encontram acumuladas as contradições do capitalismo atual, em sua fase imperialista, estão provocando na economia mundial e no Brasil uma crise de magnitude poucas vezes vista, superando em vários aspectos a crise de 2008/9 (ainda não inteiramente superada) e se comparando com a Grande Depressão iniciada em 1929.

No capítulo anterior, tratamos da economia global no presente momento de crise, com destaque para a situação da China (origem da pandemia e primeiro país afetado, mas também o primeiro no relaxamento das medidas de contenção) e dos EUA (centro mundial da pandemia no momento, com os maiores impactos em termos de número de contaminados e mortos e também no desemprego).

Neste capítulo, analisamos a conjuntura da luta de classes no Brasil, mostrando 1) as primeiras evidências já disponíveis da magnitude da crise econômica que afeta a classe operária e as massas trabalhadoras e

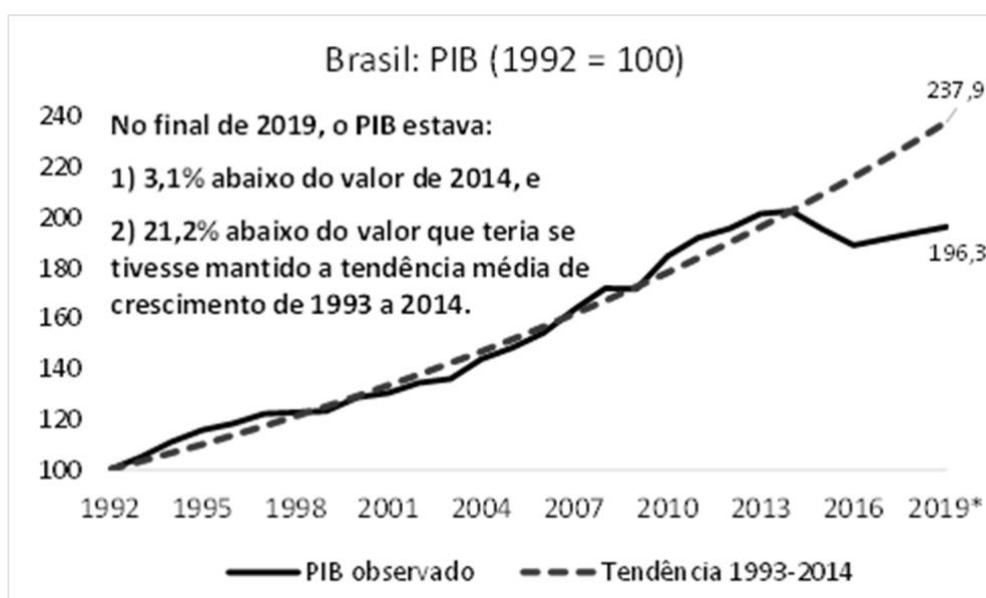
dominadas no país, 2) as ações do aparelho de estado capitalista na defesa da burguesia e de seu capital, e como essas medidas “emergenciais” se articulam com o programa hegemônico da ofensiva burguesa em curso e 3) as perspectivas de resistência de classe nessa conjuntura.

A recessão/estagnação e o alto desemprego com informalidade no Brasil antes da crise atual

Antes de analisar os dados atuais, no entanto, é necessário resgatar os principais aspectos da conjuntura do país pré-pandemia. Como afirmamos no segundo capítulo deste livro:

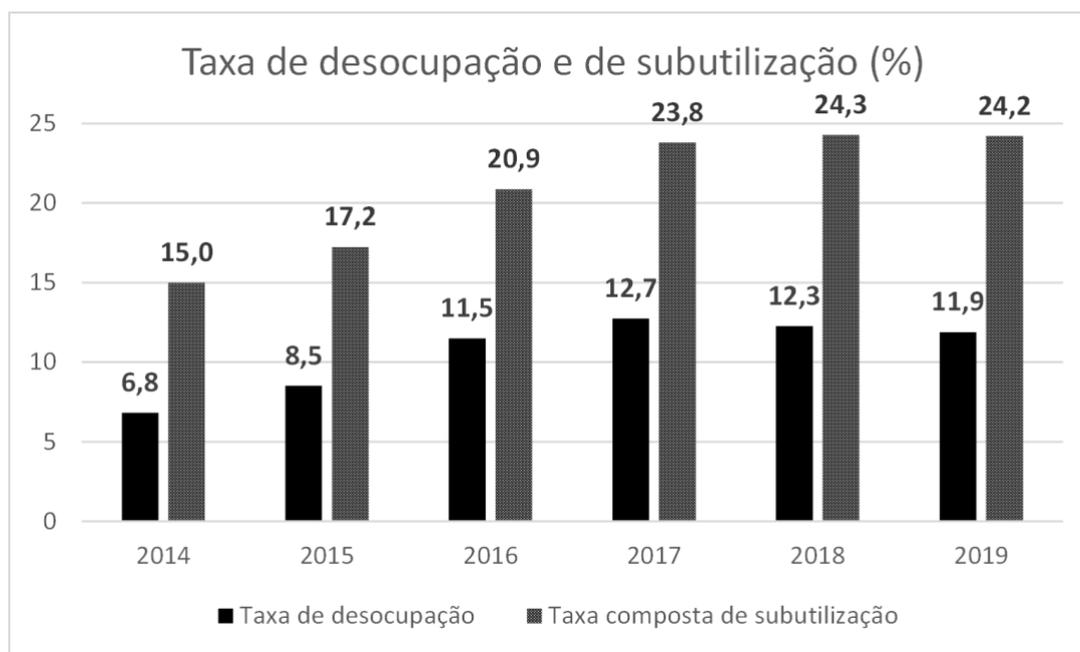
“No caso brasileiro, a histórica recessão de 2014-16 foi seguida de uma estagnação, com crescimento de 1% de 2017 a 2019. Como resultado, o PIB per capita de 2019 ainda era menor que o de 2010. O desemprego, que dobrou durante a recessão, só se reduz muito lentamente e ainda foi de quase 12% em 2019. E as novas vagas criadas são principalmente informais, de trabalho intermitente e precárias”.

Ou seja, a conjuntura econômica de 2014 a 2019, no Brasil, tem características depressivas, com semelhanças com o desempenho da economia mundial. Portanto, a **reprodução ampliada do capital em geral se reduziu no país nesse período** (embora isso não seja verdade para todos os setores econômicos e frações do capital), como pode ser visto no gráfico abaixo.



Fonte dos dados primários: IBGE. Cálculos e gráfico por Cem Flores.

Essa crise do capital se traduziu em piora ainda maior das condições do mercado de trabalho. A taxa de desemprego explodiu, chegando a 12,7% em 2017 e nos dois últimos anos sua redução foi ínfima. Essa pequena criação de novos postos de trabalho, porém, foi fundamentalmente trabalho informal, precário, em tempo parcial ou intermitente. Quando olhamos o conceito mais amplo de desemprego (a “taxa composta de subutilização da força de trabalho”), não há nenhuma melhora até 2019!



Fonte dos dados: IBGE.

Ou seja, para o proletariado, as massas trabalhadoras e a população pobre, a recessão ainda não acabou e o quadro de desigualdade, miséria, fome e sofrimento trazido pelo capitalismo brasileiro só piora. E agora estamos diante de uma nova crise, com potencial para superar a anterior!

Para o capital, a recessão/estagnação dos últimos seis anos representou: 1) queda na acumulação (até 2016) e nos lucros (até 2015), 2) recuperação modesta das taxas de acumulação e da lucratividade nos anos seguintes e 3) o que é tão importante quanto os lucros, a ocasião para desencadear uma ofensiva burguesa contra o proletariado em todas as frentes (econômica, política, repressiva, ideológica, etc.). 4) Mas também um cenário de crise política que permanece sem solução, embora alternando momentos de alguma distensão com os de agravamento, como o atual.

Em 2019, o crescimento econômico limitou-se a 1,1% e as estimativas preliminares indicam estabilidade na lucratividade das empresas não-financeiras.

Para uma análise mais detalhada da conjuntura e da ofensiva burguesa pré- crise atual, recomendamos a leitura do nosso outro livro digital “*O Governo Bolsonaro: Ofensiva Burguesa e Resistência Proletária*”.

O avanço da pandemia e da crise do capital no Brasil

Os casos de contágio pelo novo coronavírus no Brasil, pelo registro oficial, se iniciaram em março, tiveram um crescimento exponencial em abril e devem continuar avançando aceleradamente em maio. Até o dia 30 de abril, havia 85.380 casos e 5.901 mortes. Há estimativas de que esse número pode ser de 12 a 15 vezes maior, devido à subnotificação.

Embora os dados oficiais soneguem informações detalhadas, pode-se afirmar que os mais afetados serão os/as trabalhadores/as, os/as negros/as e as mulheres, e a parcela mais pobre da população. Isso porque pandemias agravam as desigualdades do capitalismo, tanto em termos de mercado de trabalho quanto de saúde.

Em relação ao mercado de trabalho, a pandemia e a crise tendem a agravar as desigualdades, a pobreza e a miséria que, de resto, só fazem aumentar desde a recessão iniciada em 2014. Seus efeitos afetam mais fortemente aqueles informais e com trabalho precário, que são a maioria dentre os/as trabalhadores/as brasileiros. Dentre esses, a participação de mulheres negras é 64% maior que no restante da força de trabalho. Mulheres que também serão mais atingidas por constituírem a maioria dos trabalhadores em serviços como educação e saúde – além de arcarem com a maior carga do trabalho doméstico, ainda mais com as escolas e creches fechadas. Há, também, evidências claras de aumento da violência doméstica contra a mulher nesse período de isolamento domiciliar.

Os/as operários/as e demais classes dominadas também são os que habitam em condições mais precárias de moradia, de acesso a saneamento básico, em regiões mais densamente povoadas, e têm menores índices de acompanhamento e de tratamento de saúde. Por essas razões sociais, que são inerentes ao sistema capitalista, também têm maior índice de

comorbidades como diabetes, hipertensão e demais doenças cardíacas, que agravam os casos de coronavírus.

Por outro lado, crescem os relatos do esgotamento do sistema público de saúde, de Manaus a São Paulo, que já vinha sendo fortemente atacado e sucateado pelas medidas de “ajuste” (sic!) dos sucessivos governos burgueses. Já estamos vendo enterro em massa das vítimas em valas comuns, como em Nova Iorque, nos EUA, só falta o abandono de corpos pelas ruas, a espera de serem recolhidos, como em Guayaquil, no Equador.

Diante dessa situação caótica, o governo federal resumiu bem a importância que a burguesia dá para as vidas dos explorados pelo capital: “E daí?”

Esse deve ser mais um exemplo para fortalecer na classe operária e nas demais classes dominadas a “sua coragem, sua autoconfiança, seu orgulho e seu sentido de independência” (Karl Marx), além, é claro, do ódio de classe aos seus opressores.

Ódio de classe que “aqui, agora, significa demarcar a cada momento os dois campos opostos, excitar o seu antagonismo, desacreditar os conciliadores, ativar o alinhamento de cada indivíduo num ou noutro campo, acirrar a sua resolução de se bater por um lado ou pelo outro, aproximar com cada ação o choque necessário entre duas forças, dois objetivos – manter o sistema caduco a todo o preço, como eles pretendem, ou instalar um novo sistema, um novo modo de viver, como nós exigimos” (Francisco Martins Rodrigues).

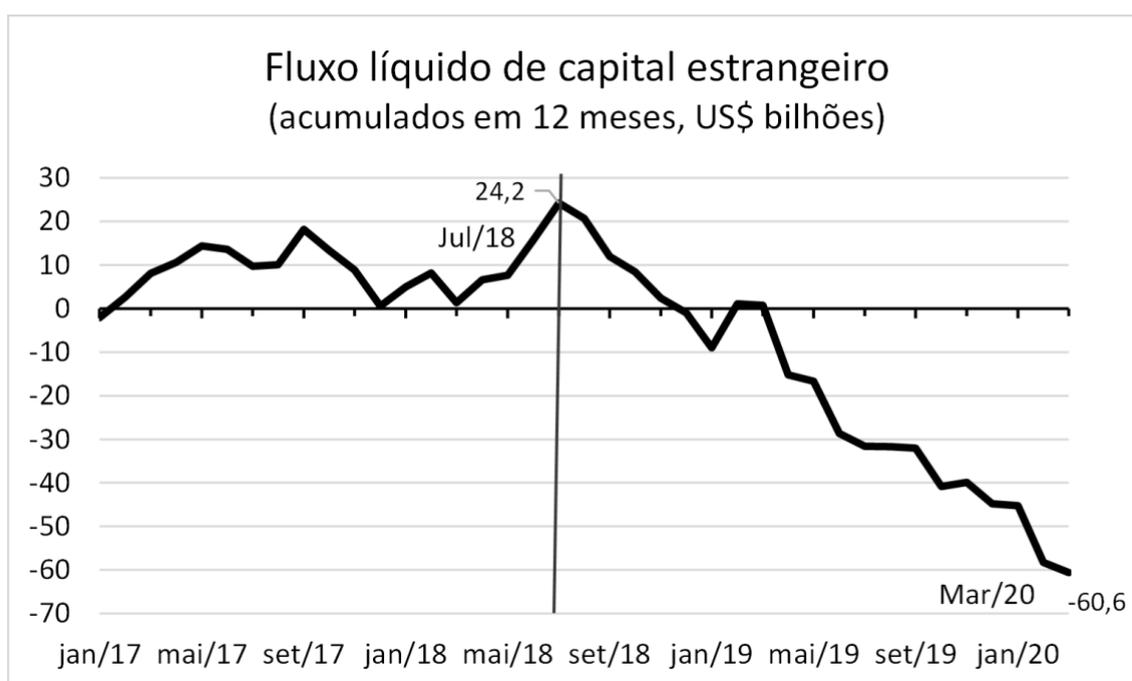
* * *

Em termos econômicos, os impactos da crise do capital no Brasil não são menos intensos que nos demais países. Embora com muito poucas estatísticas já disponíveis relativas ao período da crise, o aumento do desemprego, os cortes salariais, o crescimento da exploração e da miséria são avassaladores.

Os primeiros impactos foram observados no mercado financeiro, com queda vertiginosa da bolsa de valores, desvalorização cambial e fuga de capitais. Em todos esses casos, resultado da ação defensiva dos capitalistas na crise, de transformar seu investimento em capital dinheiro, de preferência em moeda forte (dólar) no exterior.

Indicador	Final de 2019	Última informação	Variação percentual (%)
Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)	115.645 pontos (30.12.2019)	80.506 pontos (30.04.2020)	-30,4%
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,03 (30.12.2019)	5,43 (30.04.2020)	+34,7%

Os percentuais de queda da bolsa e de desvalorização cambial chegaram a ser ainda maiores que os da tabela acima, tendo sido atenuados em alguma medida pelas inúmeras ações do governo e do banco central em defesa do capital. O mesmo não se pode dizer das fugas de capitais do país, que desde 2019 só fazem aumentar.



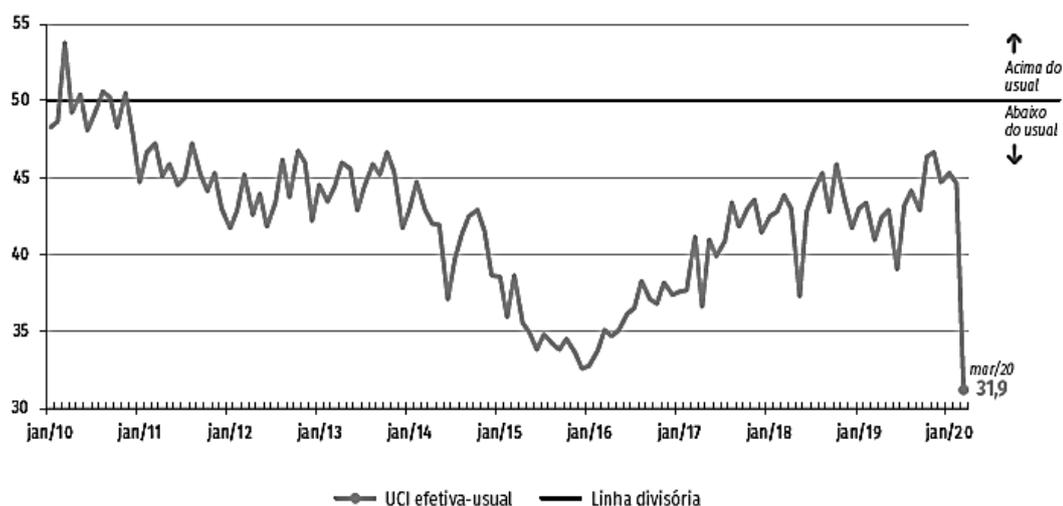
Em relação ao capital produtivo, o primeiro indicador disponível foi o “índice de gerentes de compras” (*purchasing managers index*, PMI) composto (indústria e serviços), divulgado em 3 de abril. Esse PMI composto é calculado a partir de entrevistas feitas com aproximadamente 400 empresas. Seu objetivo é saber a perspectiva das empresas para produção, encomendas, emprego, custos, preços de venda, exportações, fornecedores, estoques. Pela construção do índice, valores abaixo de 50 indicam recessão.

A queda vertical do indicador foi atribuída, entre outras razões, a *“preocupações de que a economia doméstica levará muito tempo para se recuperar do grave choque nas operações de negócios”*. Para a indústria, especificamente, as principais razões foram a queda da demanda por exportações e as graves interrupções das cadeias globais de fornecimento, além da queda dos novos pedidos.



Esse cenário recessivo para a indústria foi confirmado pela Sondagem Industrial de março, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por essa pesquisa, houve uma *“redução sem precedentes da atividade industrial”*, com *“queda em uma intensidade e disseminação nunca registrada na série mensal”*, e com a utilização da capacidade instalada no menor nível em dez anos (gráfico abaixo), em função da demanda insuficiente. A CNI registrou, também, *“piora significativa das condições financeiras das empresas”* e redução do emprego.

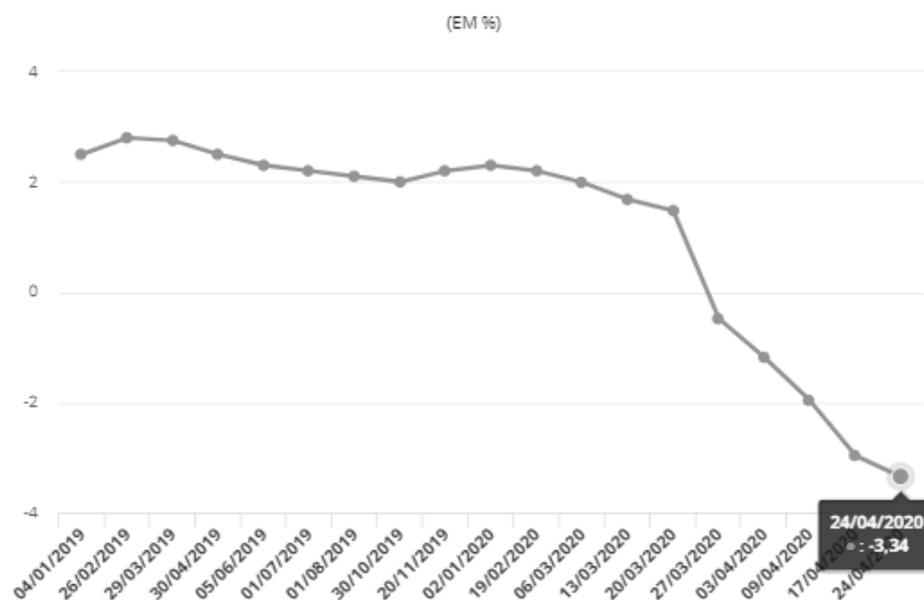
Utilização média da capacidade instalada efetiva em relação ao usual
Índice de difusão (0 a 100 pontos)*



* Valores acima de 50 pontos indicam utilização da capacidade acima do usual para o mês. Valores abaixo de 50 pontos indicam utilização da capacidade abaixo do usual para o mês. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a diferença para o usual do mês.

A magnitude dessa crise também pode ser vista na queda das projeções para o PIB deste ano, atualmente em -3,34% (com tendência de continuar piorando) – se aproximando dos resultados dos piores anos da recessão, 2015 e 2016.

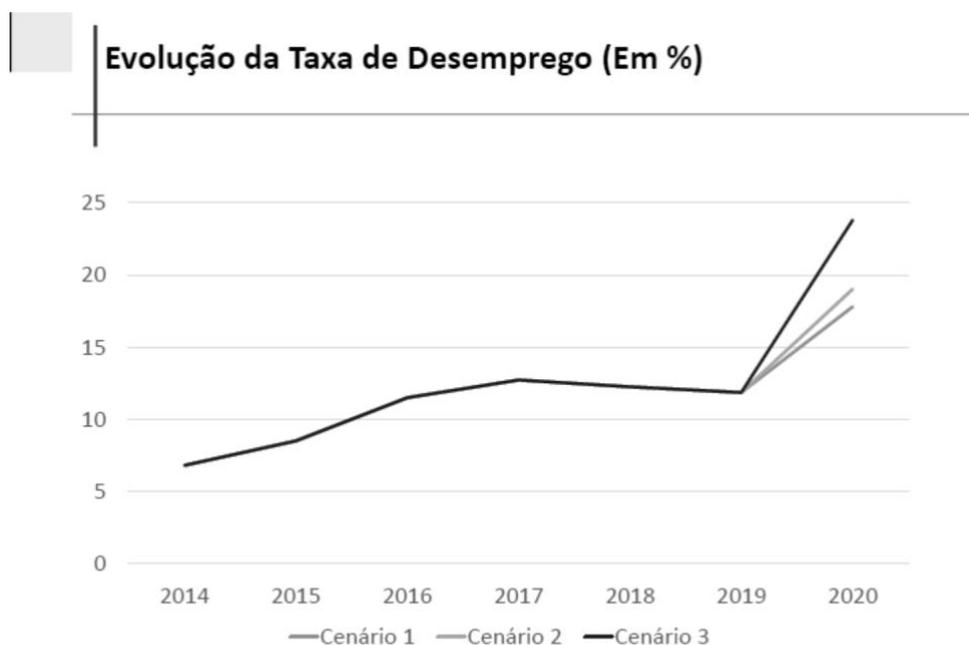
VEJA O HISTÓRICO DAS PREVISÕES DO MERCADO PARA O PIB DE 2020



Fonte: BANCO CENTRAL

As projeções para o crescimento do desemprego parecem ainda piores. Neste caso, vale lembrar que o governo federal interrompeu a divulgação das estatísticas de emprego formal, feitas a partir dos dados do Caged

informados pelas empresas. **De acordo com a FGV, a taxa de desemprego deste ano pode ficar entre 20% e 25%. E essa é a taxa “restrita”, e não a “ampliada” (subutilização)!**



Fonte: Pnad e Pnad Contínua

FGV IBRE

O Estado capitalista sai em defesa de seus patrões, da burguesia

Com a economia entrando em acelerada recessão, todas as esferas do aparelho de estado capitalista se apressaram em anunciar **medidas para combater a crise e, é claro, principalmente salvar os capitais** mediante transferências de dinheiro da dívida pública. Em 16 de março, o Ministério da Economia anuncia R\$147 bilhões em “medidas emergenciais”. Três dias depois, o valor já havia passado para R\$180 bilhões.

Nessas primeiras propostas de Guedes, fica clara a prioridade de manter sua política de ajuste fiscal e gastar o menos possível na crise. Mais além da pretensa contradição entre “neoliberalismo” e “intervencionismo”, tão ao gosto da “esquerda” (sic!) reformista e institucional, o que ocorreu foi que **a fidelidade canina de Guedes à sua tarefa de gestor do capital, de implantar o programa hegemônico da burguesia (reformas, privatizações, etc.), foi tanta que ele não percebeu que a conjuntura**

havia mudado e que a própria burguesia passou a demandar um “programa emergencial”. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

Essas propostas iniciais do Ministério da Economia quase não previam desembolsos de “dinheiro novo” (buscando conter o aumento da dívida pública). As propostas eram basicamente adiamentos de impostos e contribuições (FGTS, Simples, Sistema S) e antecipações de pagamentos (13º, PIS/Pasep, Abono salarial), durante este ano. O “dinheiro novo” de Guedes era o “coronavoucher” e o auxílio aos Estados.

A proposta de Guedes era “**coronavoucher**” de R\$200. Essa medida se deve à especificidade desta crise e tem o objetivo de buscar manter minimamente a demanda e tentar aplacar possíveis revoltas populares (saques, marchas de fome etc.). O valor inicial foi triplicado na Câmara dos Deputados – para ainda insuficientes R\$600 por três meses, e tem apresentado inúmeros problemas para sua implementação. Sucessivas votações no Congresso aumentaram a quantidade de pessoas elegíveis a esse benefício. Dos 15 milhões de beneficiados na proposta inicial, passou-se, nas últimas estimativas, a 70 milhões de pessoas (um terço da população brasileira).

Processo similar de disputa de protagonismo entre governo e Congresso, envolvendo até o STF, ocorreu com o auxílio financeiro da União para **Estados e Municípios**. Em 23 de março, o governo divulgou sua proposta de R\$26 bilhões (além de R\$62 bilhões em adiamento de dívidas). Para isso, Guedes exigia como contrapartida a imposição de suas medidas de ajustes em todos esses entes federativos. Novamente, “*o tempo passou na janela, e só Carolina Guedes não viu*”. Por um lado, o STF disparou liminares em série para que os Estados não pagassem mais sua dívida com a União, adiantando, na prática, os efeitos do projeto. Por outro, a Câmara o reformulou inteiramente, propondo gastos entre R\$ 90 bilhões e R\$ 200 bilhões, a depender da queda da arrecadação – e sem as contrapartidas. A última notícia nessa luta encarniçada entre os diferentes representantes da burguesia por protagonismo é uma decisão salomônica do presidente do Senado: aumenta o proposto por Guedes, reduz o proposto por Maia, e crava o valor médio: R\$ 60 bilhões (e mais os R\$60 bilhões de adiamento de dívida) – com a obrigação de congelamento dos salários dos servidores.

Esses dois episódios ilustram bem a reação do “superministro” da Economia na sua condição de gestor do capital: ele foi indicado para uma tarefa (ajustes, reformas, privatizações) e permanece abraçado a ela, não importa o que aconteça. Nem mesmo agravar a briga intestina no governo contra investimentos públicos do Pró-Brasil. Essa indiferença, esse desprezo, pela realidade, pela crise, pelo desemprego, não deixa de ser igual à do seu chefe em relação às mortes pelo coronavírus: “E daí?”

No entanto, os principais formuladores do que chamamos de “programa hegemônico” da ofensiva burguesa – Armínio Fraga, Marcos Lisboa, Samuel Pessôa, Pêrsio Arida, Marcos Mendes, etc. – rapidamente viram a necessidade de socorrer o capital de forma não limitada pela agenda anterior.

Esse “programa emergencial” para o capital na crise tem as seguintes características:

1) criação de capital fictício pelo Tesouro Nacional (dívida pública) e pelo Banco Central (expansão monetária) no montante necessário (“whatever it takes” [tudo o que for necessário], como dizia o Presidente do Banco Central Europeu na crise de 2008): adiamento de impostos (em especial sobre folha de pagamentos), garantia de demanda para empresas, pagamento direto de salários (no lugar das empresas!), transferência de renda, sustentação dos mercados financeiros, empréstimos a bancos e empresas não financeiras, empréstimos a estados e municípios (com contrapartida em ajuste fiscal no presente e no futuro), eliminação de restrições orçamentárias para a União (já pensando no ajuste fiscal futuro), etc.

2) identificação dos setores prioritários para receber recursos estatais e continuar funcionando na crise: visto como tarefa fundamental dos gestores do capital na crise, pensando na reprodução do capital em geral, inclusive para evitar desabastecimentos, racionamentos e as consequentes revoltas das massas populares.

3) redução dos salários, tanto de assalariados do setor privado como dos funcionários públicos: forma “clássica” de acelerar a saída da crise do capital, principalmente pela redução do custo e preservação/aumento dos lucros, mas também pela diminuição do impacto do conjunto de medidas

na dívida pública. Funciona como ligação entre a crise atual e o pós-crise, conforme o item abaixo.

4) ligação explícita com o “programa hegemônico” da ofensiva burguesa: se os formuladores burgueses explicitamente reconhecem que a crise adia as novas rodadas de implantação do seu programa hegemônico, o “programa emergencial” é desenhado para minimizar os efeitos da crise, para não contradizer e possibilitar a implementação futura das etapas do programa hegemônico, mas também para adiantar, na medida do possível, essas etapas, especialmente as ligadas ao mercado de trabalho (diminuição salarial, redução de encargos trabalhistas, flexibilização de contratos de trabalho, negociação individual, etc.).

Esse “programa emergencial” passou a dirigir (não sem contradições) as propostas legislativas (como a PEC do Orçamento de Guerra) e as ações do Ministério da Economia e do Banco Central. Um mês depois do anúncio inicial, em 17 de abril, as resistências de Guedes já haviam sido dobradas e o aparelho de estado capitalista brasileiro mostrou sua nova pauta burguesa: o **total máximo previsto para as ações do Ministério da Economia passou para R\$ 1,169 trilhão, valor que se apequena diante dos anunciados pelo Banco Central: R\$ 1,2 trilhão de liberação de liquidez para os mercados financeiros e R\$ 3,2 trilhões de liberação de capital para os bancos.**

Claro está que esse total de R\$ 5,6 trilhões (aproximadamente 75% do PIB brasileiro) é para inglês ver. Nas projeções do Secretário do Tesouro Nacional, o montante do **déficit primário neste ano deve ser de um quinto daquele valor, R\$ 600 bilhões. Somado aos juros, deve levar a dívida pública a mais de 90% do PIB.**

E é nesse cenário que o “programa emergencial” se liga com e leva ao retorno do “programa hegemônico” em 2021 (ou quando a recessão atual acabar): uma situação fiscal pior será “traduzida” como uma “necessidade” redobrada da burguesia para implementar mais reformas (aprofundar a trabalhista e a previdenciária, aprovar a administrativa), mais privatização, mais ajustes e mais deterioração no mercado de trabalho (salários, jornada, contratos, acordos individuais, etc.).

Nesse sentido de tornar permanentes as medidas do “programa emergencial”, as associações de classe burguesas já têm se pronunciado e

feito seu lobby com o governo e o Congresso. Para a indústria (CNI), a suspensão de impostos é um modelo para tornar-se permanente na futura reforma tributária. O conjunto dessas associações têm se manifestado, com especial ênfase, em defesa de uma ***“revisão mais ampla na legislação trabalhista com base na atual experiência de exceção”***. Como sintetizou o representante da agricultura (CNA): ***“Na crise, muitas coisas são teste para discutir lá na frente como permanente”***.

Por fim, não podemos esquecer que o que chamamos “programa hegemônico” faz parte da ofensiva burguesa em todas as frentes em sua luta de classes contra o proletariado e demais classes dominadas. Ou seja, esse programa não é apenas econômico. **A pandemia tem possibilitado, em vários países do mundo, e no Brasil também, a adoção de medidas de estado de exceção e de reforço do aparelho repressivo.** Sobre o pretexto de combater uma crise sanitária, são experimentados novos modelos de vigilância e controle, cada vez mais aprimorados e personalizados, que passam a ser vistos como necessários pelo capital e seu estado. Dessa forma, o aparelho repressivo busca naturalizar essas medidas de exceção, para reduzir a resistência a elas, com o objetivo de torná-las permanentes.

A classe operária e as demais classes dominadas na crise atual

Acabamos de ver que o “programa emergencial” do capital reserva para a burguesia um sem número de medidas e benefícios, em montantes que o governo anuncia como multi-trilionários. Agora é preciso detalhar um pouco mais a outra face desse mesmo programa, a **imposição dos custos da crise às classes dominadas para que, como em toda a crise capitalista, “a redução dos salários abaixo do seu valor”** seja um dos mais efetivos fatores contrarrestantes à queda da taxa de lucro.

O centro da ação do governo e da burguesia em relação aos/às trabalhadores/as está colocado em três medidas: 1) estabelecimento de acordo individual flexibilizando todas as conquistas trabalhistas ao sabor do patrão (MP 927), 2) suspensão e redução dos contratos de trabalho e dos salários (MP 936), com o governo bancando uma parte desse custo das empresas (MP 944), e 3) emprego verde e amarelo, aprofundando a reforma trabalhista para igualar mais trabalho formal e informal.

As duas primeiras medidas serão analisadas com detalhe no próximo capítulo. A terceira, mais antiga, encontra-se no nosso outro livro já citado, disponível em nosso site.

Vejamos os impactos concretos já sentido pelos trabalhadores em função dessas medidas pró-capital adotadas pelo governo. Segundo levantamento da Fipe-USP, as principais ações das empresas na crise são, de longe, as possibilitadas pelos novos instrumentos legais das duas primeiras medidas: redução de jornada, redução de salário e suspensão do contrato de trabalho (ver gráfico abaixo). Somadas, já somam mais de metade das cláusulas das mudanças dos contratos de trabalho, na falsa solução de manutenção formal do emprego com redução de salários.

Cláusulas em negociação

A estratégia das empresas durante a crise do coronavírus; dados em %



Fonte: Salariômetro (Fipe)

Na prática, essas medidas representam um empobrecimento do trabalhador – com o conseqüente enriquecimento do patrão. Fora todas as demissões, os atrasos de pagamentos, as horas-extras não pagas, o salário na carteira menor que o real (porta aberta para reduções salariais), o não pagamento das obrigações trabalhistas, e uma longa lista de fraudes que na prática já são o dia a dia da luta entre patrões e operários, agora os patrões ganharam meios legais para isso. De acordo com a nova regra, para quem ganha até 1,5 salário-mínimo, perda de 20% do salário. Para salários na faixa de 4 salários-mínimos, essa perda chega a 56%.

O avanço da burguesia possibilitado por essa nova regra tem sido tão forte e acelerado que até o dia 30 de abril já haviam sido fechados “acordos”

(sic!) desse tipo envolvendo mais de 4,8 milhões de trabalhadores, que o site oficial do governo chama de “*empregos preservados*”. Na prática, esses quase 5 milhões de trabalhadores/as devem ser somados ao 1 milhão que já buscou o auxílio-desemprego. Ou seja, **nesse primeiro mês e meio de crise já são pelo menos 6 milhões de trabalhadores formais os atingidos diretamente pelo desemprego e redução de salários.**

Quanto à terceira medida, a infame redução de quase todas as obrigações trabalhistas dos patrões com a chamada carteira de trabalho verde e amarela, o governo a propôs pela primeira vez em 2019, como uma espécie de segunda etapa, de radicalização, da reforma trabalhista de Temer (2017). A proposta retornou de maneira um pouco mais restrita com esta crise, foi aprovada na Câmara dos Deputados do desafeto de Bolsonaro e Guedes, Rodrigo Maia – mostrando que a disputa entre representantes da burguesia é apenas por protagonismo nas medidas contra o proletariado e a favor do capital – mas não foi aprovada pelo Senado, no contexto da atual crise política. Não obstante, para mostrar sua disposição de atender aos patrões, o presidente do Senado se apressou em dizer que a medida deveria ser reeditada.

O que vemos até aqui, nas principais medidas anti-crise da burguesia em relação aos trabalhadores do mercado formal, são reduções de salário, eliminações de conquistas trabalhistas, e pioras nas condições de trabalho e de vida. Na verdade, são auxílios às empresas e não aos/às trabalhadores/as. A crise pode ser específica, mas a natureza do capitalismo é a mesma.

Quanto à massa trabalhadora majoritária, que sofre para ganhar seu mínimo sustento no trabalho informal, em bicos, se virando como pode, a única proposta do governo foi três meses de pagamento de R\$200, mais tarde aumentados para R\$600. A estimativa de que 70 milhões de trabalhadores/as estejam aptos para esse benefício, só comprova a extrema desigualdade do capitalismo no Brasil e a extensão da miséria cotidiana das massas populares. A experiência concreta dessa massa é de extrema dificuldade para receber esses minguados e insuficientes recursos – erros do aplicativo, interminável período “em análise”, filas enormes para (não) receber, etc.

Dessa análise, chega-se à conclusão que, nesta crise, os gestores do capital propuseram um “programa emergencial” de sustentação aos patrões, seus lucros, na tentativa de assegurar ao máximo possível a reprodução do capital. Ao fazer isso, buscam tanto adiantar as medidas do seu “programa hegemônico” contra a classe operária e demais trabalhadores, tornando-as permanentes, quanto possibilitar e justificar novas ofensivas futuras.

Resistência de classe nesta crise e ofensiva burguesa

A atual crise econômica, associada a uma pandemia, ocorre em cenário de recuo muito grande da luta operária e popular, com redução das greves nos últimos anos, desemprego muito elevado e informalidade majoritária no mercado de trabalho brasileiro. Todos esses fatores dificultam a resistência organizada da classe contra a ofensiva burguesa.

Adicionalmente, e muito importante, contribui para essa menor luta da classe operária a falta de uma posição comunista, revolucionária, com força de massa entre os/as operários/as, as massas trabalhadoras e populares no país. Essa falta de uma posição política própria, independente, do proletariado na luta de classes, e de seu instrumento, o partido comunista, é um dos entraves ao avanço da luta que devem ser superados no país.

No entanto, nada disso quer dizer que não haja resistência nem luta! Trabalhador(a), teu nome é luta!

Como iremos analisar, sobretudo, nos dois últimos capítulos desse livro, são inúmeras as lutas e paralisações nos locais de trabalho, os protestos pela vida, por salários e por condições de trabalho, as formas concretas de resistência, de auto-organização, de auxílio mútuo e de solidariedade que estão sendo criadas ou reforçadas pelos/as trabalhadores/as e pela população pobre no país na crise atual. Fatos que vem acontecendo também em vários outros países.

Essa dura luta, em momento tão adverso, está a acontecer cotidianamente no país. A experiência e a organização geradas por ela são essenciais hoje, e serão também amanhã, para se impor limites e revidar à odiosa ofensiva burguesa em curso no país. Ofensiva que, como vimos, está a arrancar não só o suor, mas as lágrimas e o sangue das massas trabalhadoras e populares

na pandemia, tudo em nome dos lucros dos patrões, de seu infame luxo em meio à barbárie.

Não há outro caminho para o/a trabalhador/a que não seja o da resistência e da luta cotidianas. E cabe aos/às comunistas, militantes e lutadores participar e estimular essas lutas e mostrar a ligação entre os problemas concretos e as pautas específicas com sua causa mais geral: o sistema capitalista, o lucro e a riqueza dos patrões, a miséria e a exploração dos/as trabalhadores/as. Como clamava o ainda atual Hino da Internacional Comunista às vítimas da fome:

De pé, de pé! Não mais senhores!

5. Traduzindo o “pacote” da burguesia e do governo Bolsonaro: Matar os trabalhadores de coronavírus, de fome e de exploração!

Depois de uma histórica recessão (2014-2016), seguida de três anos de estagnação, o Brasil começa a cair em mais uma grave crise. A nova crise, agora mundial, tem como detonador a pandemia global do novo coronavírus e faz explodir as contradições do capitalismo numa nova recessão: queda nas bolsas de valores no mundo todo, paralisação da produção em muitos setores, inclusive nas cadeias produtivas globalizadas, redução do comércio internacional, radical restrição à circulação e realização de mercadorias e serviços, aumento violento do desemprego, etc.

No Brasil, assim como em todos os países, a reação imediata do “Comitê Central da Burguesia”¹, o Estado capitalista, foi agir prontamente em defesa dos patrões e suas empresas. Um trilionário pacote emergencial de salvação do capital, incluindo ainda outras inúmeras benesses, se construiu no decorrer de alguns dias. Viva e irretocável permanece a tese fundamental de Marx e Engels contida no Manifesto do Partido Comunista:

“O Estado moderno não é nada mais que um comitê para gerenciar os negócios da burguesia”.

Apesar das disputas habituais sobre tamanho e formato do pacote, quanto cada setor do capital irá abocanhar do mesmo, e além das brigas palacianas e de palanque dos representantes políticos da burguesia e seus intelectuais, **o fato é que estamos diante de mais uma ação de classe burguesa em defesa dos seus interesses mais fundamentais: a reprodução do sistema capitalista e a manutenção dos lucros.**

Por ser uma ação da classe burguesa, uma ação que visa a sustentação da valorização e da acumulação do capital, ele se choca, de forma antagônica, com os interesses do proletariado e das massas trabalhadores e pobres do país. A reprodução do capitalismo, a acumulação ampliada dos capitais e a expropriação dos lucros se fazem, irremediavelmente, pela exploração e dominação da força de trabalho.

Temos mais uma prova concreta disso na crise atual. **O pacote emergencial de salvação do capital é composto de duas partes: 1) suspensão de impostos e de obrigações trabalhistas, linhas de crédito baratas, etc., e 2) suspensão de contratos de trabalho e reduções dos salários. Uma parte beneficia o capital e a outra, também.** Em suma, um pacote que agrava drasticamente as condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras – que já estavam em um patamar muito baixo.

Esse conjunto de medidas do Estado capitalista e dos patrões, sua ofensiva de classe, se reveste do discurso ideológico de “proteção dos empregos”, de “renda básica”, quando não chega ao cômico de bradar que ninguém ficará para trás. Quanto cinismo! E quem colabora em fomentar essas ilusões, mais uma vez, é o reformismo e o oportunismo, festejando a onda de “intervenção estatal na economia” e alimentando a crença de um possível Estado em disputa, preocupado com “as pessoas” – para reforçar seus planos eleitorais de retorno à gerência do capital no Brasil.

Mas, como veremos através da **breve análise de duas recentes medidas provisórias do governo federal** (MP 927 e MP 936), na realidade, não se trata apenas de mais um violento ataque à classe operária e às demais classes dominadas. Trata-se de ataque em meio e indiferente à pandemia que a cada dia ceifa mais vidas e ameaça, sobretudo, as populações mais

pobres e periféricas, sem condições sanitárias mínimas e à mercê de um sistema de saúde, na maioria dos lugares, já colapsado.

Matar de corona, de fome e de exploração: eis a pacote de “salvação” da burguesia e seu governo para as massas trabalhadoras no Brasil!

Medidas de ataque às condições de trabalho que restaram: a MP 927

No dia 22 de março, o governo editou a Medida Provisória 927, que supostamente *“dispõe sobre as medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda e para enfrentamento do estado de calamidade pública [...], e da emergência de saúde pública”*.

Na realidade, a MP é o completo oposto: **medidas patronais para facilitar demissão, reduzir salários, aumentar a exploração, atentar contra a saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, gerando ainda mais calamidade em suas vidas**. Aliás, eles já sabem muito bem o real significado de “proteção ao emprego”, ao menos desde o PPE de Dilma e a reforma trabalhista de Temer!

Por falar em reforma trabalhista, logo no segundo artigo da MP há uma radicalização desta reforma. *“Durante o estado de calamidade pública [...], o empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição.”*. Ou seja, **o patrão agora tem ainda maior proteção legal para coagir o trabalhador e a trabalhadora a abrirem mão dos direitos trabalhistas que lhes restam, de seu acordo coletivo de trabalho e suas conquistas**. Em um simples artigo, com validade imediata, o governo atingiu seu objetivo previsto para a tão sonhada carteira de trabalho verde amarela: fazer o emprego formal beirar à informalidade (que nem os direitos constitucionais possui)!

Além de deixar o negociado individual (nome requintado para coação patronal) acima de tudo e de todos, a MP também trata dos seguintes pontos: teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

O “*direcionamento do trabalhador para qualificação*” na prática permitia a **demissão do trabalhador e da trabalhadora por 4 meses** para participação em curso de qualificação profissional a distância (sic), **sem previsão de nenhum pagamento**. Eis como se garante o emprego, segundo o governo dos patrões!

No entanto, esse ponto foi retirado da MP após forte reação contrária, sobretudo nas redes sociais. Lá também ganhou o singelo nome de MP da Morte.

A MP também permite ao patrão várias medidas para antecipar descansos legais da força de trabalho e oferece maior liberdade ao patrão para usar essa força quando o período de pandemia e restrições tenha passado.

Agora é possível ao patrão **alterar unilateralmente o regime de trabalho presencial e antecipar férias do trabalhador e da trabalhadora**, apenas os notificando 48 horas antes e por meio eletrônico. Assim como é prevista a **antecipação do gozo de feriados não religiosos**. E, em caso de férias coletivas, ficam dispensadas as comunicações ao Ministério da Economia e aos sindicatos.

É dada ainda a liberdade ao patrão para **adiar para o mês seguinte das férias seu respectivo pagamento e o adicional de um terço de férias para até o final do ano**. Além de ficar **suspenso o recolhimento do FGTS pelos patrões**, em março, abril e maio de 2020, e o **acordo coletivo poder ficar congelado** caso eles assim preferirem. Essa é a forma de garantir a renda ao trabalhador, segundo o governo dos patrões!

A exploração não realizada nesse período de paralisação da produção em muitos ramos, promete voltar com toda a força depois. Isso através de um

“regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas” para a *“compensação no prazo de até dezoito meses, contado da data de encerramento do estado de calamidade pública”* das atividades interrompidas no período. **Essa compensação poderá ser feita independente de acordo, até mesmo o individual, e será permitida a jornada de trabalho de 10 horas diárias durante a mesma.**

Quanto à proteção da saúde do trabalhador e da trabalhadora, a MP **livra o patrão de responsabilidade caso eles sejam infectados, restringe a fiscalização do trabalho e suspende a obrigatoriedade de treinamentos e exames médicos previstos normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.** Resumindo: que os trabalhadores e as trabalhadoras dos serviços essenciais sejam explorados ao máximo, e, se for o caso, morram.

E, para completar, se os patrões já tomaram tais medidas nos 30 dias anteriores à MP, o Comitê Geral da Burguesia os torna válidos a partir do art. 36!

Programa emergencial de destruição dos empregos e dos salários: a MP 936

No dia 1º de abril, logo após várias declarações fajutas de preocupação do governo federal em relação aos trabalhadores e trabalhadoras, eis que surge um programa com medidas complementares à MP vista anteriormente. **O “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda” (sic!), que, mais uma vez, nada mais é do que seu oposto.**

A MP autoriza o pagamento de Benefício Emergencial, a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários, e a suspensão temporária do contrato de trabalho. Ou seja, enquanto durar a calamidade pública, o trabalhador e a trabalhadora que ainda estejam empregados no setor formal poderão, a partir da coação do patrão:

– ter seu contrato “suspenso” (demitido) por até 60 dias, podendo ser fracionado em dois períodos de 30 dias;

– **ter sua jornada e seus salários reduzidos por até 90 dias. Essa redução pode ser de 25%, 50% ou 70%.** Lembrando que pela CLT já é possível redução de até 25% em razão de “força maior”.

A esses trabalhadores e trabalhadoras que serão demitidos temporária ou parcialmente, será garantido um “benefício emergencial”, uma indenização temporária, que não pode ser acumulado com outro da mesma espécie. Pago mensalmente pela União, **tal benefício não terá como base o respectivo salário, mas “o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito”!** Seguro hoje varia entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03.

Apesar de algumas especificidades em relação ao tamanho da empresa e faixa salarial em questão, a intenção da MP é uma: dar liberdade máxima ao patrão, reduzir o trabalhador e a trabalhadora à fome.

Apenas a título de comparação, vejamos rapidamente outro Programa Emergencial, o de “Suporte ao Emprego”, MP 944. Esse Programa, feito de e para patrões, é um conjunto enorme de benesses. **Em vez de cortar no (gordo) bolso dos patrões, como faz no (magro) bolso do trabalhador e da trabalhadora, o Estado se propõe bancar 85% das folhas de pagamento das empresas,** através de empréstimos com baixa taxa de juros (3,75%). O prazo para o pagamento desses empréstimos é a perder de vista: trinta e seis meses! Ou seja, como dizia Maiakóvski, “para uns – a rosca, para outros – o buraquinho dela / A república democrática é por aí que se revela”.

Lutar contra o pacote de morte da burguesia para as massas trabalhadoras!

Todo esse imenso retrocesso nas conquistas da classe operária e demais classes trabalhadoras no Brasil, esse aprofundamento da deterioração das condições de vida e trabalho das massas acontece em meio a uma imensa incapacidade de resistência. Seja pela grave situação sanitária atual, ou por problemas antigos e agravados agora, como o imenso desemprego.

Outro grande desafio para essa resistência é a presença de posições burguesas, reformistas e oportunistas, de forma majoritária nas direções do

movimento sindical. Em relação à MP 936, por exemplo, o atual pelego-presidente da CUT, Sérgio Nobre, teve o desaforo de falar que se trata de uma proposta apenas “insuficiente”(!). Isso porque, segundo o burocrata, a MP contempla mudanças que prejudicam a “retomada da economia” e não “protegem o setor produtivo”. Assim como, a Medida descarta as direções sindicais nas “negociações” entre empresas e trabalhadores(as). Ou seja, a CUT faz sua crítica não em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas, sobretudo, em nome dos próprios capitalistas e em defesa de sua própria corporação, fortemente atingida desde o fim do imposto sindical. A proposta dos pelegos não é lutar contra esse ataque às massas trabalhadoras, até porque a MP foi fruto de “cobrança” das centrais, mas meramente buscar modificar, no Congresso, entre os representantes dos patronais, os tais “pontos insuficientes”.

Frente ao duro cenário só nos resta aprofundar nossa solidariedade e organização autônoma de classe para e pela luta concreta. Esse é o fator decisivo diante desses ataques, e será também na ofensiva burguesa que certamente se desencadeará com o aprofundamento da recessão. Como dissemos no primeiro capítulo:

Lutar contra o vírus e a exploração dos patrões e dos governos!

¹ Em meados de 2012 – outro governo e outra crise – analisamos detalhadamente como funcionou, na prática, o Comitê Central da Burguesia. Como as propostas do programa burguês eram “apropriadas” pelo governo de plantão e depois transformadas em “políticas públicas”. Como essas políticas públicas, revestidas de “interesse nacional”, eram medidas pró-patrões e anti-trabalhadores. O artigo está disponível em nosso site.

As mesmas conclusões gerais são válidas para o governo atual e a crise atual: **“o governo oficializa as medidas impostas pela burguesia como medidas de interesse nacional, geral. Portanto, mais uma vez, está colocado o aumento da exploração da classe operária como sendo do interesse da própria classe”.**

Afinal de contas, como dizia Marx, “Mutato nomine, de te fabula narratur!” (trocando o nome, a fábula fala de ti!).

6. A luta dos trabalhadores em tempos de crise e pandemia no Brasil

A última crise econômica no Brasil, iniciada em 2014 e ainda não superada, somada à ofensiva da burguesia para recuperar seus lucros, aumentou o desemprego e a informalidade, rebaixou os salários e as condições de trabalho, e tornou mais críticas as condições de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Ou seja, deteriorou o mercado de trabalho brasileiro e a vida da grande massa trabalhadora. **A atual crise, de caráter global, combinada com a pandemia do novo coronavírus, tem conseguido piorar rapidamente o que já estava muito ruim, com mais desemprego, menores salários, mais exploração...**

A absoluta maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras está ameaçada, dia após dia, por demissões e suspensões de contrato de trabalho em massa, e a tendência é que esse cenário se agrave. As atuais projeções do Instituto Brasileiro de Economia da FGV apontam para redução recorde da população ocupada nessa recessão de 2020 no Brasil. A taxa de desemprego pode subir para 18%, ou até 24%. Ou seja, entre 6 e 12 milhões de novos desempregados ao longo deste ano, que se somarão aos

outros 12 milhões que já estavam desempregados antes do início dessa crise.

Se, de um lado, os patrões estão demitindo ou suspendendo os contratos em plena pandemia, de outro, e concomitantemente, eles têm continuado a exploração de sempre com a parcela da força de trabalho que permanece empregada. E sem hesitar na hora de reduzir os salários e/ou impor condições de trabalho que colocam ainda mais a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras em risco.

Como sempre, o patronato possui a ajuda de seu Estado para atingir seus objetivos e defender seus interesses. Diante da nova crise, o “Comitê Central da Burguesia”, como definiam Marx e Engels o Estado Capitalista, em todos os seus “poderes”, tem agido diretamente em defesa dos patrões, seja com suspensão de impostos e de obrigações trabalhistas, com linhas de crédito baratas etc., seja facilitando o massacre da força de trabalho. Analisamos no capítulo anterior algumas medidas do governo federal que legalizam e incentivam reduções drásticas no salário e a ampliação da exploração, tanto no atual período de calamidade pública, quanto posteriormente a ele.

Tais medidas emergenciais somam-se e se complementam com o profundo ataque que as classes dominadas já vinham sofrendo com as ditas reformas (trabalhista, sindical, previdência e outras).

O cenário de caos da crise e da pandemia tem servido para destravar a aprovação de algumas dessas reformas “antigas”, como é o caso da Carteira de Trabalho Verde Amarela, que pretende criar uma subespécie de contratação ainda mais precária. Mesmo essa medida estando revogada no momento, após ser aprovada na câmara na madrugada do dia 15/04, a promessa e o acordo entre governo e senado é que esse ataque seja reeditado e “aperfeiçoado” (sic!) o mais breve possível. **Isso nos mostra, mais uma vez, que, apesar das brigas palacianas e de palanque dos representantes políticos da burguesia, há um interesse fundamental, de classe, que os unifica: a manutenção dos lucros e a exploração das classes dominadas.**

Mas não só o Estado Capitalista se apresenta como auxiliar nessa ofensiva contra a classe operária realizada pelo capital. Mais uma vez, os pelegos,

representantes da burguesia no movimento sindical, como aprofundaremos a frente, estão sendo peças fundamentais para novas derrotas nesse momento tão dramático.

Por isso temos dito: Matar de corona, de fome e de exploração: eis a pacote de “salvação” da burguesia e seu governo para as massas trabalhadoras no Brasil!

Toda essa difícil situação, importante lembrar, não é só dos trabalhadores e das trabalhadoras de nosso país. Em todo o mundo, os impactos da crise e da pandemia no mercado de trabalho e na vida das classes dominadas como um todo têm sido rápidos e devastadores. Por exemplo, nos EUA, onde sobretudo a massa pobre, trabalhadora e negra está a morrer aos milhares pelo coronavírus, houve uma explosão nunca antes vista de pedidos de auxílio desemprego. Nas últimas cinco semanas, o número atingiu 22 milhões! O New York Times estima que a taxa de desemprego já tenha saltado para 13%, a maior porcentagem desde a Grande Depressão.

Mas tanto aqui como lá fora, há resistência contra essa contínua deterioração das condições de vida, contra o sistema capitalista que mostra de forma nítida, mais uma vez, toda sua podridão. Contra o pacote de morte da burguesia, estão a lutar por suas vidas! Fazem isso como podem, diante de décadas de fraca organização e de ausência de uma posição revolucionária com presença de massa. O que, de nenhuma maneira, reduz a relevância dessa resistência, que tem se dado, ao menos, de duas formas:

- **Reforço das redes de solidariedade e ajuda mútua**, objetivando a sobrevivência em contexto de desemprego e queda na renda, conjugados com o cenário de pandemia. Tratamos dessa luta, como ela tem aparecido em nosso país, no texto *A resistência das favelas e periferias em tempos de pandemia: solidariedade, reforço da organização popular e redes de ajuda mútua*.
- **Paralisações nos locais de trabalho e protestos por melhores condições de trabalho, por salários e manutenção dos empregos.** Na Itália, diversas fábricas foram paradas pelo proletariado contra os patrões, os governos e os sindicatos pelegos e em defesa do direito de quarentena. Nos EUA, várias categorias também têm parado de

forma espontânea e protestado contra as condições sanitárias impostas pelo patronato. Na China, que já está com a quarentena finalizada em muitos lugares, tem-se registrado protestos contra atrasos ou queda nos salários e por condições de trabalho.

Neste capítulo, traremos exemplos de paralisações e protestos recentes no Brasil. Antes disso, analisaremos como estava a luta e o movimento sindical no período anterior. Como veremos, **várias categorias têm lutado apesar da, e, por vezes, contra a pelegada que dirige o movimento e defendem ali o interesse dos patrões. Na opinião do coletivo Cem Flores, tal postura é fundamental para atravessarmos esse momento tão difícil.**

Situação do movimento e da luta sindical no Brasil antes da nova crise/pandemia

Antes dessa nova crise, a situação do mercado de trabalho já estava precária. O alto desemprego e subemprego geram impacto negativo direto na luta sindical e nos seus resultados. Isso porque o poder de barganha da força de trabalho fica reduzido diante do número crescente de trabalhadores e trabalhadoras à disposição do capital sob menores salários e piores condições.

As greves, desde 2014, início da última recessão, se tornaram mais defensivas, por pagamento de salários atrasados, por exemplo, e com menores resultados. Nesse período, também ocorreu a reforma trabalhista (2017), que ampliou os poderes patronais, gerando um cenário ainda mais adverso para a luta sindical.

Desde 2017 há queda contínua nas greves e no número de horas paradas no Brasil, segundo o DIEESE. Em 2019, foram registradas 1.118 greves, pouco mais da metade das de 2016 (2.114), reforçando a tendência de fim do ciclo de greves que se iniciou em 2013, que inclusive se combinou com o ciclo de protestos de rua.



Fonte: DIEESE.

A piora no mercado de trabalho não é a única razão desse refluxo das lutas sindicais. Apesar de importantes iniciativas, movimentos e organizações terem surgido nesse último ciclo de greves, o fato é que o **movimento sindical continuou hegemonizado pelo reformismo e pelo oportunismo, sobretudo a partir das principais centrais sindicais pelegas (CUT, Força Sindical, CTB etc.). Esses pelegos subordinam os interesses da classe aos interesses patronais.** Como um dos resultados, há um enfraquecimento e esvaziamento da luta sindical. A taxa de sindicalização, que já era baixa antes, em 2018 ficou em apenas 12,5%, segundo o IBGE.

Como dissemos no capítulo 5, sobre as medidas de emergência do governo federal contra os trabalhadores e as trabalhadoras:

“Outro grande desafio para essa resistência [das massas trabalhadoras] é a presença de posições burguesas, reformistas e oportunistas, de forma majoritária nas direções do movimento sindical. Em relação à MP 936, por exemplo, o atual pelego-presidente da CUT, Sérgio Nobre, teve o desaforo de falar que se trata de uma proposta apenas “insuficiente”(!). Isso porque, segundo o burocrata, a MP contempla mudanças que prejudicam a “retomada da economia” e não “protegem o setor produtivo”. Assim como, a Medida descarta as direções sindicais nas “negociações” entre empresas e trabalhadores(as). Ou seja, a CUT faz sua crítica não em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras,

mas, sobretudo, em nome dos próprios capitalistas e em defesa de sua própria corporação, fortemente atingida desde o fim do imposto sindical. A proposta dos pelegos não é lutar contra esse ataque às massas trabalhadoras, até porque a MP foi fruto de “cobrança” das centrais, mas meramente buscar modificar, no Congresso, entre os representantes dos patronais, os tais “pontos insuficientes”.”

O sindicalismo pelego durante a nova crise/pandemia

Essa posição burguesa foi ratificada na última *live* das principais centrais sindicais (14/04). Não houve nenhum chamado à luta, à organização, ao enfrentamento, ou sequer de apoio às categorias que estão a se rebelar no Brasil e no mundo. Pelo contrário, a tônica das intervenções, como de costume, foi em defesa do diálogo e da disputa “responsável” na institucionalidade burguesa, por “políticas públicas”, em prol de um cínico “projeto de nação” que inclui o chicote da burguesia e o lombo da classe operária!

Não apenas diante da imprensa, dos governos, do legislativo e do judiciário que os pelegos têm defendido os interesses patronais e os seus próprios, deixando de lado os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e sua organização de classe para enfrentar tamanhos ataques e tão grave situação. Como mostram o levantamento do site WSWS e outras fontes da imprensa, **vários sindicatos se apressaram na atual conjuntura para assinar acordos coletivos extremamente danosos para suas categorias, na maioria das vezes sem nenhuma tentativa de resistência e luta e em descarado conluio com o patronato.** Vejamos alguns exemplos:

- O Sindicato dos Comerciários de São Paulo aprovou com os patrões um banco de horas negativo que visa ampliar a jornada de trabalho da categoria por até um ano depois da pandemia. Com empresas do setor de supermercados e revenda de veículos, esse sindicato, controlado pela pelega UGT aprovou a redução do salário e da jornada de trabalho em até 50% por 60 dias, com apenas uma parcela resposta pelo governo, como define a MP 936.

- Sindicatos de metalúrgicos têm assinado suspensões de contratos e redução de salários e anunciado tais recuos e derrotas como vitórias. Ou chegando ao cúmulo de ir à imprensa defender tais medidas, como fez o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagnão, resgatando o falacioso “Programa de Proteção ao Emprego” da época de Dilma.
- Alguns sindicatos, como o dos trabalhadores em turismo, hospitalidade e de hotéis, restaurantes, bares e similares da grande Florianópolis (Sitratuh) estão até cobrando valores para ratificar “acordos” individuais que visam reduzir salários ou suspender contratos em sua categoria. Tentam se dar bem até na desgraça alheia...
- O Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo e Região (Sinthoresp) acordou suspensão de contrato com apenas pagamento de abono salarial para a categoria.
- Vários sindicatos de rodoviários têm assinado acordos recuados após breves paralisações e greves, que apenas prorrogam ou dissimulam as demissões, seja com dispensas não remuneradas ou suspensões “temporárias” de contrato.

Os trabalhadores e as trabalhadoras estão lutando *apesar e contra* essa pelegada que dirige o movimento. E essa luta, em defesa de suas próprias vidas, por condições de trabalho, pelo emprego, vai de encontro ao atual refluxo da mobilização sindical no Brasil. Vejamos alguns exemplos que também são inspirações a todos nós nessa conjuntura.

Lutando pela vida e por condições de trabalho, apesar e contra os pelegos!

No final de março, ocorreram diversas manifestações e paralisações de trabalho nas empresas de **call center** em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Teresina, Guarulhos, Goiânia, Recife, Salvador, Feira de Santana e Curitiba, dentre outras.

Tal categoria possui alto risco de contaminação: trabalha em locais fechados, com muitas pessoas, várias delas tendo que ir trabalhar doentes

para não sofrer descontos nos salários. Segundo relatos da base, as empresas pouco estavam fazendo para ampliar a higienização, modificar os locais de trabalho e aplicar trabalho remoto.

Essa situação gerou revolta das dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras de call center por todo o Brasil, a maioria jovem e com baixíssimos salários. Por conta própria, e com auxílio das redes sociais, em vários locais a categoria realizou paralisações e protestos simultâneos em defesa de condições mínimas de trabalho.

Uma das paralisações de call center em Salvador, 19.03.2020. *“Conseguimos que fossem liberadas apenas as grávidas e maiores de 60 anos, mas os demais, inclusive muita gente gripada, permanece. Então, resolvemos parar e estamos esperando o sindicato para nos apoiar também”*, afirmou a comissão autônoma da categoria criada para essa luta à imprensa.

De acordo com entrevistas do WSWS, em muitos casos os sindicatos só apareceram depois da mobilização e da luta, de fora da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, como no exemplo de Salvador. *“Eu não tive contato com ninguém do sindicato, nem ouvi falar”*, disse um trabalhador. *“Para falar a verdade eu nem sei quem são [...] só vão lá quando é eleição de chapa e no mais não sei mesmo o que fazem... Ah, recebem o desconto dos nossos contracheques”*, disse outro.

O governo federal acabou decretando tal serviço como essencial, então esses trabalhadores continuam sem direito à quarentena. As mobilizações fizeram as empresas agiram possibilitando trabalho remoto, modificando alguns locais de trabalho etc. Mas são inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que ainda correm risco de vida, quando não no trabalho, em transportes coletivos lotados. Em seus canais nas redes sociais, a indignação continua presente.

Outros setores decretados como essenciais, como **supermercados e serviço de entrega de alimentos, sobretudo por aplicativos**, também têm registrado paralisações pelo país. Essas categorias também visam condições de trabalho e proteção à sua saúde e utilizam as redes sociais para se articularem e potencializarem suas denúncias. O site Fever traz dois

interessantes exemplos de lutas que ocorreram nesses setores sem a presença institucional dos sindicatos:

- *“No dia 21 de março, trabalhadores da rede de mercados BH cruzaram os braços para reivindicar sua segurança. Os atendentes da loja em Lagoa da Prata, Minas Gerais, se reuniram na porta e se recusaram a trabalhar enquanto não fosse reduzido o número de pessoas dentro do mercado. “Ninguém vai trabalhar com esse tanto de gente no mercado, ninguém! Cês tão tudo brincando com a situação, mas a coisa é séria”, diz uma das funcionárias em vídeo gravado durante o protesto.”*
- *“Após três tentativas frustradas de greve anteriormente, desta vez (23/03) metade dos motoboys de app de Rio Branco (Acre) aderiu ao chamado nacional e paralisou suas atividades. Inicialmente buscando melhorias nos fretes e maior respeito dos donos de estabelecimento, a pauta pela proteção do coronavírus deu fôlego. Cerca de 50 motoboys — todos mantendo a distância segura de mais de 1,5 metros entre si — se reuniram para reivindicar da Prefeitura e das empresas de app luvas, máscaras, álcool gel e segurança para poderem trabalhar. Depois de reunidos, saíram em carreatas pelas ruas da capital. Além desses que se reuniram, outros 50 decidiram ficar em casa e não trabalhar. Já em São Paulo a manifestação não teve grande adesão, apesar de ter sido registrado pelo menos 500 motoboys desligando o aplicativo no horário marcado.”*

Mais uma paralisação com protesto de motoboys de aplicativos foi registrada em São Paulo no dia 20.04. Melhor remuneração e condições sanitárias mínimas foram as principais exigências. Muitos relatos desses trabalhadores têm circulado na internet.

Outro serviço essencial, que tem lutado diretamente contra o vírus e várias vezes sem a proteção e as condições necessárias, o **dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde**, também tem realizado protestos. No dia 15/04, o Pronto-Socorro de Belém, parou em uma manifestação que denunciou a falta de equipamentos de proteção individual e o risco de contaminação de todos que frequentam a unidade de saúde.

Continuar a luta contra o vírus e a exploração!

Sabemos que os tempos difíceis se tornaram ainda mais dramáticos. E não podemos nem devemos esperar nada da burguesia, seu Estado e seus representantes, inclusive no movimento sindical. Os pelegos são outra barreira para a luta contra os atuais ataques e os que virão.

Seremos nós, trabalhadores e trabalhadoras, com nossa organização, nossa coragem e força, nossa união e luta, que iremos realizar a luta contra o vírus e a exploração! Assim como têm feito os operários da Itália, os garis dos EUA, os motoboys, as enfermeiras, as atendentes de telemarketing, os comerciários e as famílias das favelas e periferias. Esses e tantos outros exemplos são hoje o caminho a seguir e reforçar!

Como dissemos no primeiro capítulo, esse duro momento também *“será um importante aprendizado para entendermos que **não necessitamos dos nossos inimigos de classe para sobreviver. Na verdade, eles nos impedem de viver de forma digna**”*. A luta continua!

7. A resistência das favelas e periferias em tempos de pandemia: solidariedade, reforço da organização popular e redes de ajuda mútua

Com esse capítulo, o Cem Flores pretende trazer um panorama da rápida piora das condições de vida e de trabalho nas favelas e periferias brasileiras nas últimas semanas. A pandemia e a recessão estão a aprofundar a difícil situação pela qual as massas trabalhadores dessas comunidades já vinham passando.

Destacaremos também as formas concretas de resistência comunitária que estão aparecendo ou se reforçando nessas localidades para enfrentar o coronavírus e buscar alternativas de sobrevivência. Como mostram os exemplos de Paraisópolis, do Complexo do Alemão e de outras comunidades, essa resistência tem por base a organização autônoma da comunidade, a solidariedade e a ajuda mútua.

Acreditamos que tal assunto é da maior atualidade e relevância política para os(as) trabalhadores(as), lutadores(as) e comunistas de nosso país. São diversas as lições que provêm das favelas a serem

desenvolvidos pelos(as) dominados(as) no geral em sua luta, também em seus lugares de trabalho, na nova conjuntura que se apresenta.

Importante lembrar que tal esforço de nosso Coletivo se soma a outras reflexões e textos que temos desenvolvido e divulgado sobre a linha de massas, a luta comunitária e o papel dos(as) comunistas.

A piora da situação das favelas e periferias desde o início da pandemia e da recessão

*O mundo parou. Jesus Cristo, Alá, Oxalá, oh, meu Deus, peço piedade!
O mundo parou. Oh, livro sagrado, procuro razão pra essa enfermidade.
Poderosos e ignorantes vão pedir socorro.
Imagine o povão lá no morro passando mais fome e necessidade...*

O mundo parou, música de Dudu Nobre, Dexter, Edi Rock e Ivo Meirelles

A pandemia do novo coronavírus, assim como a nova recessão que está a se construir, já tem impactado profundamente as populações das milhares de periferias e favelas do Brasil. Segundo a pesquisa Coronavírus nas favelas, feito pelo Data Favela, dos 1.142 entrevistados em 262 favelas, 97% responderam que tiveram sua rotina alterada nos últimos dias. Isso por conta de demissões e diminuição de serviços, bicos e faxinas; ausência de aulas e merenda para as crianças; falta de transporte; dificuldade em adquirir os itens de higiene e limpeza necessários... Fora o medo de mais uma doença (além da dengue, sarampo...) atingir seus familiares e amigos, das coisas piorarem ainda mais, e assim vir “mais fome e necessidade”, como diz a música.

As massas trabalhadoras que vivem nesses locais já vinham sofrendo de forma direta com o aumento da repressão e violência (seja pela mão da polícia, da milícia ou do tráfico), a piora nos empregos e na renda e o sucateamento dos serviços públicos. E a agora se veem diante do risco

de mais uma doença de fácil transmissão, e cujos efeitos econômicos têm se feito sentir sobretudo e primeiramente nos(as) trabalhadores(as) de vínculos mais precários e informais.

As péssimas condições de habitação, saneamento, saúde e transporte às quais está submetida a maioria da população pobre e negra nas periferias e favelas do país, são um agravante para a transmissão do vírus. As casas, ruas e bairros não possuem infraestrutura e serviços básicos adequados.

Como diz um ativista e morador de favela ao portal Ponte:

“a distribuição de água aqui no Complexo [do Alemão, RJ] não é regrado, algo diário em que todos os dias as pessoas têm água. Tem muitos pontos que faltam água. Inclusive hoje postei no meu Facebook pedindo para a galera comentar onde não tinha água e houve vários comentários de muitos pontos. Então a gente não consegue seguir as dicas básicas da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde sobre, por exemplo, lavar as mãos o tempo inteiro quando chegar ou sair para a rua, quando tiver contato com outra pessoa. Essa higienização básica de lavar com água e sabão, que é mais barato do que o álcool em gel, nem todo mundo consegue fazer nesse momento.”

Outro morador do Complexo e ativista do coletivo de comunicação Papo Reto resalta também que: *“Muitas casas não têm ventilação praticamente nenhuma, porque é uma colada na outra. Só tem porta, não tem janela. Estamos recomendando às pessoas para ficarem no cômodo mais ventilado de casa. Mas há casos muito complicados”*.

Nas periferias, muitas famílias ainda têm que dividir pequenos espaços para morar. Sem contar a falta de dinheiro para sustentar os atuais gastos extras com a proteção ao vírus e a impossibilidade de se manter em quarentena de fato. Como diz Alex, da favela Monte Azul (SP), que mora com onze familiares:

“Se alguém tiver o corona, como vou isolar? Minha casa é um cômodo só. [...] Sem condições de comprar essas coisas [álcool em gel, máscara]. Na real, eu nem sei o que fazer, entendeu? Na casa de rico tem tudo. Eles

estão trancados com álcool em gel, máscara e comida. Se eu não sair de manhã, meus moleques não têm comida.”

Dos governos burgueses, essas massas podem esperar apenas demagogia e hipocrisia (Witzel, o assassino, falando em “priorizar as famílias pobres”!, sic!), ineficazes e insuficientes ações, quando não escárnio puro e simples, a exemplo do presidente da república mandando as famílias se virarem com seus idosos e doentes. Lembrando que, como dissemos no capítulo 2:

As medidas [do governo federal] para “manutenção de empregos” são todas para reduzir os impostos dos empresários: não precisa mais pagar FGTS nem Simples e reduz pela metade o sistema S por 3 meses. O hipocritamente chamado “programa antidesemprego” prevê “redução proporcional de salários e jornada de trabalho”.

Já o assistencialismo burguês serve mais para dar holofotes às empresas hipócritas e “humanistas” de ocasião. Atrás das supostas boas ações e discursos solidários, temos visto o mais cru e brutal desejo de lucro dessa canalha, nem que seja através de sangue (dos trabalhadores). Só ver o caso emblemático do dono da Madero e seus “5 ou 7 mil mortos” necessários para a continuidade da valorização do capital.

Nem podem esperar as massas operárias e trabalhadoras alguma coisa da distante “esquerda” institucional, cuja preocupação do momento, para variar, é basicamente eleitoral. “Esquerda” que de forma oportunista quer voltar à gerência do Estado capitalista e não está comprometida com os interesses dos(as) trabalhadores(as), e sim com seu capitalismo utópico.

Ou seja, esses(as) trabalhadores(as) sabem que estão sós, mais uma vez. E que essa batalha será dura, como sempre foi tudo para eles(as).

A organização solidária nas favelas e periferias

“Façamos nós por nossas mãos. Tudo o que a nós nos diz respeito!”

Hino da Internacional Comunista

Mas essa “solidão” e dificuldade não significam isolamento, muito menos paralisia. Nem hoje, nem ao longo da história dessas comunidades, e de outros bairros de trabalhadores(as) no país. Pelo contrário, diante de imensas adversidades, da violenta e opressora ação das classes dominantes, essas **comunidades têm lutado coletiva e incessantemente para sobreviver da melhor forma possível.** Enfrentando o desemprego, a fome, a pobreza, a doença, a violência de forma cotidiana. Fazem isso, sobretudo, com base na **solidariedade**, através de suas próprias forças e recursos, com mutirões, vaquinhas, doações, e, claro, fazendo alianças e buscando suportes para atingir seus objetivos e defender seus interesses.

As periferias do país, há muito, são terrenos de inúmeras associações de bairro e moradores, de coletivos, instituições, mais ou menos formais, que trabalham e lutam diretamente em prol de uma vida melhor na comunidade, envolvendo ações no campo da alimentação, saúde, educação, segurança, esporte, cultura, lazer etc. Obviamente, todas essas coletividades possuem contradições internas, maiores ou menores, e são alvos de intervenção do Estado e das próprias classes dominantes para minar seu potencial político e organização autônoma, impor outras ideologias (como o empreendedorismo, o individualismo etc.), torna-las apêndices de comitês eleitorais e, quando não, reprimir pura e simplesmente. Mas tais limitações não anulam a força e importância dessas organizações para os(as) dominados(as) e sua luta.

Essa luta pela vida, essa organização comunitária em situações tão adversas como nas periferias brasileiras são parte da luta por melhores condições de vida e contra a exploração, contra os patrões e seu Estado. Vários exemplos históricos mostram que as organizações de bairros e da vida comunitária foram essenciais para a organização dos(as) trabalhadores(as) em sua luta enquanto classe. Em muitos momentos, foram também parte integrante dos protestos sindicais, populares e políticos. Sejam nos movimentos contra a carestia, nas greves operárias dos anos 1970-80... ou nas próprias favelas hoje!

O mesmo ativista e morador do Complexo, Raull, comenta que:

“Esse gabinete [de crise] evoluiu para fortalecer um movimento anterior que existia através da junção de várias instituições do Alemão, chamada

*Juntos Pelo Complexo do Alemão. E aí o movimento começou a fazer duas frentes de trabalho: uma de **conscientização interna** sobre a importância de fazer o máximo para evitar que o coronavírus chegue na realidade da favela, e outra, com uma **pressão para fora, para o poder público e a sociedade** perceberem a gravidade e a diferença, a marca da desigualdade social na realidade do tratamento do corona na favela para dentro e na favela para fora.”*

Ou seja, tal gabinete de crise, construído pelos moradores e suas lideranças, **visa agir de forma direta na vida da comunidade, resolver com suas próprias mãos um problema concreto e, concomitantemente, lutar para arrancar conquistas e melhorias do Estado e das classes dominantes.** Seguindo assim o velho lema do movimento operário eternizada pelo Hino da Internacional citado acima: fazemos nós, por nossas mãos, tudo o que a nós nos diz respeito.

Organizando-se para combater o corona e a miséria

Toda conscientização nesse momento é válida, favela. Vamos nos cuidar e cuidar uns dos outros

Movimento Maré Vive

A luta contra o vírus e a miséria hoje está ocorrendo em várias frentes e formas nas periferias e favelas do país. **Mas sua base é a auto-organização dos moradores e suas redes de solidariedade.**

Afinal, como dissemos acima, a favela só pode contar com si mesma – e ela sabe disso. Como diz uma ativista do Complexo: “*Desconhecemos a atuação da prefeitura aqui. Se eles estão fazendo alguma coisa, está muito oculto [...] Mas a gente está se organizando para não sermos prejudicados*”.

Ou ainda um líder comunitário de São Paulo: *“A situação nas favelas do Brasil e aqui em Paraisópolis é de calamidade pública. [...] Diante da situação que até o momento nenhum dos governos falou a palavra ‘favela’, nós estamos nos organizando para criar uma solução”*.

Organização, consciência e solidariedade são as armas das massas para essa luta. A seguir, alguns aspectos e exemplos concretos dessa luta.

1) Auto-organização

Já mencionamos o exemplo da construção de um gabinete de crise no Complexo do Alemão, reforçando outra organização, Juntos Pelo Complexo do Alemão. Esse é um bom exemplo de como a situação atual de emergência, diante da pandemia e recessão, está estimulando os moradores a reforçarem sua auto-organização, buscarem uma maior união e unidade.

Além do trabalho de conscientização e organização dos moradores, de busca de apoio externo e conquistas concretas, o gabinete de crise do Complexo também está realizando campanhas de ajuda mútua para a aquisição e distribuição de itens de higiene. Para isso utiliza inclusive um sistema de comunicação próprio da comunidade: as rádio-poste.

A favela de Paraisópolis tem outro exemplo de reforço da organização autônoma da comunidade: a criação de um sistema de Presidente de Rua. São 420 voluntários, com idade entre 18 e 40 anos, fora do grupo de risco, que ficarão responsáveis por apoiar em média 50 domicílios vizinhos a sua casa, “fazendo a ponte entre a central de organização (União dos Moradores) e os moradores”.

Como informa a página do facebook da comunidade, o Presidente tem como funções:

- Indicar um Vice-Presidente para apoiar nas ações diárias.
- Repassar informações a respeito da quarentena produzidas e/ou enviadas pela organização central.

- Distribuir os alimentos e itens de higiene e demais itens que serão doados para as 50 famílias vizinhas (cestas básicas, botijão de gás, produtos de higiene, água, máscaras, luvas, outros).
- Conscientizar os moradores, buscando assegurar que estes permaneçam em casa e não saiam.
- Administrar o Grupo de WhatsApp com os membros das 50 casas.

O presidente de rua Maike Gonçalves, que serve a 188 famílias, diz: *“Como nem governo nem prefeitura apareceram para ajudar em nada, as lideranças da quebrada assumiram e fizeram esse planejamento”*.

Planejamento que é a criação de uma estrutura de poder das próprias massas que surgiu a partir de uma necessidade concreta e diante de um Estado de classe inimigo que está ali para fazer chacinas impunemente. Isso em uma das maiores favelas do país, onde moram cerca de 100 mil trabalhadores(as)!

2) Doações e ajuda mútua

Visando resolver de forma concreta os problemas de saúde e falta de recursos, diversas organizações e redes de moradores estão realizando vaquinhas, doações e buscando soluções emergenciais para o que está acontecendo e para o que virá.

Segundo o Jornal Empoderado:

*“19/03/2020, **começou as doações de cestas básicas e a conscientização porta a porta dos bairros: São Benedito e Bairro da Penha (ES) e o grupo se expandiu para além de jovens do território. Os jovens estão cada vez mais empolgados e buscando alternativas e meios de ajudar as pessoas. Segundo a jovem Crislayne Zeferina “é preciso ir aonde o poder público não consegue chegar, entre becos e vielas onde as televisões estão queimadas e a informação está passando como algo distante”.**”*

Mais uma vez Raull, do Complexo, lembra o porquê da doação não só de itens de higiene e limpeza, mas de alimento:

“Alimento por quê? Porque acreditamos que uma das coisas que pode gerar contaminação é a quantidade de pessoas que ainda estão na rua. Por mais que esteja diminuindo, que a conscientização tenha avançado, são muitas pessoas na rua. Mas elas estão na rua pela necessidade, são as que dependem do dia a dia para gerar uma renda e comprar comida. Elas que estão vagando aleatórias, esperando fazer um bico, um trabalho qualquer, uma ajuda que venha para conseguir ter o que comer.”

Ou seja, as organizações de moradores enxergam de forma muito mais concreta os desafios da quarentena para a massa trabalhadora e pobre do país do que, por exemplo, aqueles que individualizam a questão, como se fosse uma decisão da pessoa estar na rua ou não. Além de enxergarem de forma concreta, **buscam a solução imediata e concretamente**, organizando redes para auxiliar as famílias que estão com mais dificuldade.

Essas ações também estão sendo organizadas pelos Presidentes de Rua de Paraisópolis: *“Está sendo organizada também uma **“vaquinha” online** para angariar doações para a compra de álcool em gel, marmitas e cestas básicas que serão distribuídas aos moradores”*. Lá, também se está buscando inclusive alternativas para a ausência de leitos em hospitais públicos: *“Sem perspectiva de leitos suficientes de UTI diante da perspectiva de aumento do número de casos graves, Rodrigues [líder comunitário] planeja alugar mansões vazias localizadas próximas à entrada de Paraisópolis para transformá-las em hospitais de campanha a partir das doações de colchões”*.

Ou seja, o poder organizado dessas comunidades objetiva e também se sustenta através de ações concretas e imediatas com e para as massas, de acordo com um dado momento e contexto. Mesmo que esse poder esteja fragmentado entre várias comunidades, apresentem visíveis dificuldades para se reforçar e expandir, o fato é que ele existe, luta, com suas contradições, para se manter.

As lições das favelas: lutar pela nossa vida e saúde a partir de nossas próprias forças

*O povo virá de cortiço, alagado e favela mostrando a miséria sobre a
passarela.*

*Sem a fantasia que sai no jornal vai ser uma única escola, uma só bateria.
Quem vai ser jurado? Ninguém gostaria, que desfile assim não vai ter nada
igual.*

*Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga, nem autoridade que
compre essa briga.*

*Ninguém sabe a força desse pessoal. Melhor é o poder devolver a esse
povo a alegria.*

*Senão todo mundo vai sambar no dia em que o morro descer e não for
carnaval.*

O Dia Em Que o Morro Descer e Não For Carnaval, música de Wilson das Neves

A piora das condições de vida nas periferias na atual conjuntura, e a resistência popular mais ou menos espontânea que está a se desenhar nessa nova conjuntura, não passam despercebidas aos inimigos de classe e seu Estado. Eles entendem e temem onde tudo isso pode parar a longo prazo: no próprio fim deles, diante do revide dos morros e das massas oprimidas, como profetiza o antigo samba de Wilson das Neves.

Não à toa analistas burgueses alertam para o risco de uma “convulsão social” e propõem reformas que aliviem a miséria momentaneamente; fascistas como Bolsonaro tentam se utilizar, para o lucro dos patrões, da situação desesperadora dessas massas diante do desemprego e recessão, propondo que tudo volte ao normal; dentre outras movimentações que visam desarticular os(as) dominados(as) nessa situação e luta concreta.

Para nós, o caminho correto para os(as) trabalhadores(as) nesse momento difícil passa por fortalecer, em todas as frentes, sua luta e organização, reforçando sua independência de classe. E, como vimos, as favelas e periferias em todo o país nos trazem iniciativas exemplares nesse sentido: combatendo concomitante o vírus e a miséria; organizando a

própria vida e reivindicando por melhorias etc. Tendo como base a solidariedade de classe e a auto-organização das massas.

Mesmo com seus limites e contradições, essas organizações e movimentos trazem muitas lições para o presente e para o futuro e devem ser apoiadas vigorosamente pelos(as) comunistas. Se a situação está ruim e tende a piorar, não temos outra alternativa a não ser nos organizar mais para lutar mais; reconstruir e reforçar os organismos e instrumentos de luta e sobrevivência das massas. Por mais que pareçam pequenos e frágeis, esses exemplos, diante da barbárie na qual o povo está submetido, são eles os embriões a serem desenvolvidos e que apontam na direção de uma nova sociedade.

Como conclamavam os(as) camaradas Panteras Negras, em sua luta contra a segregação racial, a miséria e a opressão:

TODO PODER AO POVO!

8. Pandemia e saúde no Brasil: dezenas de milhares de mortes de trabalhadores/as provocadas pelo capital e seu Estado!

Vivemos hoje a mais violenta pandemia em muitas décadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o final de 2019, o novo coronavírus já infectou mais de 8,5 milhões de pessoas e matou mais de 450 mil em todo o mundo apesar das medidas de contenção adotadas pela maioria dos países.

Os impactos dessa pandemia nas relações capitalistas são diversos, assim como o capitalismo age de formas distintas nos efeitos da pandemia nas diferentes classes sociais.

De um lado, as mortes causadas pela pandemia e a necessidade de impor as medidas de contenção ao contágio, que envolvem paralisação da produção e circulação de mercadorias e pessoas, aumento dos gastos e endividamento estatal, engatilharam mais uma devastadora crise mundial do capital. A pandemia, assim, acelerou contradições já presentes na conjuntura global e de certa forma antecipou uma imensa queima de capital (mercadorias,

fábricas paradas, parcela da força de trabalho parada, adoecendo ou morrendo).

Agora todo o sistema capitalista busca a resolução desse problema sanitário para que a reprodução do capital volte ao “normal” o mais rápido possível, mesmo que isso resulte na morte de uma parcela ainda maior da população – ao mesmo tempo em que precisa evitar um caos sanitário e um descontrole completo da pandemia.

De outro lado, a pandemia evidenciou as desigualdades entre as classes sociais, que também são muito evidentes na saúde (taxa de mortalidade, acesso a tratamento, a médicos e a hospitais, condições de se cuidar etc.), fazendo com que, mais uma vez, uma mesma doença tivesse efeitos diversos a depender da classe social. Em vários países, os dados são claros sobre em quais populações o vírus é mais letal: nas pobres e trabalhadoras. E a depender do país, dentro dessas populações trabalhadoras e pobres, algumas raças e etnias específicas são mais atingidas, também oprimidas pelo racismo.

Os próprios organismos internacionais do capital têm destacado esse fato. Comentando sobre o impacto “desproporcional” que a pandemia tem gerado em algumas populações, raças e etnias (pessoas não brancas tem cerca de 60% mais de chance de morrer de Covid-19 do que brancas), a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, diz:

“Desigualdade econômica, habitação superlotada, riscos ambientais, disponibilidade limitada de cuidados de saúde e preconceito na prestação de cuidados podem todos desempenhar um papel [...] Pessoas de minorias raciais e étnicas também são encontradas em maior número em alguns trabalhos que comportam maior risco, inclusive nos setores de transporte, saúde e limpeza”.

Neste capítulo, visamos analisar um pouco mais a relação entre saúde e capitalismo, a partir do contexto da pandemia no Brasil. Analisaremos algumas características do sistema de saúde no Brasil e como as desigualdades de classe e as imposições do capital se refletem nele. Depois, veremos como a pandemia tem gerado impactos desiguais entre as classes,

e como a quarentena tem também seu viés de classe. Por fim, veremos algumas consequências desse quadro para nossa luta.

Sistema de saúde no Brasil: público e privado, desigualdades regional e de classe

No Brasil, menos de um quarto da população dispõe de planos privados de saúde de assistência médica por conta de seus altos preços ou por não terem emprego fixo com esse benefício. A esmagadora maioria da população, mais de 75%, depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde, o SUS. E a parcela minoritária tem diminuído. Segundo os dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), desde o início da recessão de 2014, houve uma queda de 7% na quantidade de beneficiários de planos privados de saúde de assistência médica, equivalente a uma redução de 3,5 milhões de pessoas, como podemos ver no gráfico abaixo.



Esses dados expressam a recente piora nas condições materiais das classes dominadas, a corrosão do padrão de vida que atinge inclusive setores das camadas médias com o crescente índice de desemprego e subutilização e a diminuição dos salários a partir das sucessivas “reformas” (trabalhista, previdência etc.) que vem sendo implementadas pelos governos burgueses

um após o outro. Todas essas famílias que perderam ou precisaram cancelar seus planos de saúde caem na rede pública, há muito esgotada.

Como é sabido por todo/a trabalhador/a que um dia precisou ir a um hospital público, o SUS sofre de deficiências crônicas derivadas de seu subfinanciamento desde sua criação, passando pelas Desvinculações de Receitas Orçamentárias (DRU), dos governos FHC e Lula, até o atual teto de gastos, de Temer e Bolsonaro. Além disso, também é corroído pelo avanço da privatização e das terceirizações no seu interior. Dessa forma, temos a combinação trágica de falta de profissionais e de estrutura e insumos, baixos salários, piora das condições de trabalho, com aumento da pressão e insegurança do emprego, além da corrupção e má gestão pelos governantes e seus gestores. O número de leitos hospitalares já vinha caindo de 2009 a 2017, de 1,87 por cada mil habitantes para 1,72 por mil habitantes, sendo o mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde 2,5 a 3,0 leitos por mil habitantes.



Segundo a Demografia Médica no Brasil 2018, realizada pela FM-USP, há três vezes mais médicos atendendo em clínicas particulares e planos de saúde que no SUS, o que evidencia também a falta de recursos humanos disponíveis para a população mais pobre, além dos reduzidos leitos.

Além do atendimento precário e insuficiente para a maioria da população, o sistema de saúde do Brasil também apresenta forte desigualdade regional. Segundo a mesma Demografia Médica no Brasil 2018, o número de médicos por mil habitantes no Brasil tem crescido nos últimos anos, mas continua altamente concentrado no Sudeste e nas regiões urbanas, modificando pouco a estrutura desigual de atendimento e de acesso às populações trabalhadoras, pobres e periféricas. Em 2018 a média de médicos no Sudeste avançou para 2,81 médicos por mil habitantes, mas a região Norte ficou com apenas 1,16.

Quanto mais longe dos centros urbanos, mais escassa a assistência em saúde. Quanto mais periférica e pobre a região, menos o capital, a burguesia e seu Estado veem necessidade de construir redes de saúde, e a estrutura necessária. **A reprodução da vida é diretamente vinculada à reprodução da produção capitalista e de classe!**

Com a explosão da pandemia em 2020, todos os problemas que já são cotidianos para as massas foram multiplicados. O povo se vê refém de uma saúde sucateada, e mesmo aqueles que podem pagar planos de saúde privados se encontraram sem atendimento, pois os leitos (somando enfermarias e UTI) tanto de rede privada quanto pública colapsaram rapidamente, sobretudo nas regiões mais pobres e periféricas.

Desigualdade de classe na pandemia: o genocídio feito pelo capital e seu Estado

Não à toa, a pandemia tem sido tão vasta e letal por aqui. Mesmo com nossos dados subnotificados, os infectados pelo novo coronavírus já chegam a quase 1 milhão e subindo, com mais de 46 mil óbitos, chegando ao segundo lugar mundial de vítimas. E isso não apenas por conta do precário e desigual sistema de saúde para as massas, mas também porque as

próprias medidas sanitárias necessárias para a contenção aqui pouco se efetivaram: o lucro falou mais alto!

A partir de março, com o avanço da pandemia e as projeções de esgotamento do sistema de saúde, quarentenas foram decretadas ao redor do país, fechando escolas, indústria e comércio não essencial e outros setores de serviços nas áreas urbanas. Isso sem preocupação de fato com a parcela da população que não conseguiria fazer a quarentena, tanto por questões de moradia e saneamento, quando por situação informal no mercado de trabalho.

Aproveitando-se dessa situação, vários empresários incentivaram manifestações contra o isolamento, apoiados na posição de reabertura de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, setores ligados à exportação como as mineradoras, portos e outros continuaram funcionando a todo vapor. Setores essenciais (para o capital), como foram classificados, não podem parar, mesmo com a contaminação em massa de seus trabalhadores. Já são inúmeros os casos em que as empresas se tornam foco de disseminação da doença entre seus trabalhadores.

Os gestores do estado burguês (prefeitos e governadores) que em parte optaram inicialmente por defender o isolamento, agora são cada vez mais pressionados pelos patrões, reabrem todos os setores da economia, mesmo com o pico da pandemia longe de chegar. Quando a reprodução do capital está em risco, o Estado e seus representantes correm em seu socorro.

Como falamos no início do texto, a letalidade do vírus é seletiva, e são razões sociais que explicam isso. A grande maioria das vítimas do vírus são pobres, negros e trabalhadores informais. Segundo o boletim epidemiológico da prefeitura de SP do dia 30 de abril, verificou-se que a população negra (em sua maioria trabalhadora e pobre) tem 62% a mais de risco de morte, por conta de suas condições materiais de vida e de trabalho (longas e extenuantes jornadas, com sobrecarga de trabalho e muita exploração), saneamento básico precário, insegurança alimentar e difícil acesso a tratamento médico, situação estabelecida por sua condição socioeconômica, de classe. Estudo do site Medida SP mostrou que quase 66% das vítimas da Covid-19 viviam em bairros com salários médios abaixo de R\$ 3 mil.

O avanço da pandemia para o interior do país promete aumentar ainda mais o número de mortos, com as populações indígenas e quilombolas sendo vitimadas tanto pelo vírus quanto pelo avanço do agronegócio.

A situação dos profissionais da saúde também é calamitosa. Em meio ao descalabro total, os/as trabalhadores/as da saúde (em sua maioria mulheres) seguem trabalhando nas piores condições possíveis, em muitos casos tendo que acumular dois ou três empregos em função dos baixos salários, cumprindo jornadas intermináveis. A falta de EPI adequado se soma à redução das equipes e ao ritmo intenso (e cada vez mais!), refletindo alto índice de contaminação. Segundo os dados subnotificados do Ministério da Saúde, mais de 80 mil profissionais saúde já foram diagnosticados e dos mais de 400 mil testados, mais de 40% dos testes não tiveram seus resultados notificados. Atualmente, o Brasil é o país com mais casos de mortes desses profissionais pela Covid-19 no mundo.

Todas as evidências apontam para as verdadeiras vítimas da pandemia, e a postura das autoridades em priorizar os lucros no lugar das vidas das classes trabalhadoras expõe quem pagará por essa crise sanitária.

Para o capital e seu Estado hoje, essas vidas são descartáveis. Comprova-se pela total ausência de políticas de proteção à contaminação pelo coronavírus nos bairros pobres e periféricos do país; pela tentativa Governo Federal em camuflar ou diminuir o número de vítimas da pandemia (números já subnotificados); pelas várias formas de dificultar o acesso da população aos “auxílios” ou “benefícios” definidos legalmente, criando pela ação deliberada do governo a necessidade de enormes concentrações populares na Receita Federal ou na agências da Caixa Econômica Federal; pela manutenção da concentração de trabalhadores nas unidades produtivas que não podem parar de gerar lucros aos patrões; pelos transportes lotados que a população é obrigada a usar para tentar garantir sua sobrevivência; pelo aumento das ações policiais com vítimas fatais nos morros e favelas, mesmo em período de pandemia.

Conclusão

Em suma, a pandemia está longe de terminar no Brasil, forçando o já precário sistema de saúde para as massas ao limite enquanto atinge fortemente as populações oprimidas e dominadas pelo capital. Sem contar a possibilidade de uma segunda onda da contaminação. O aprofundamento da crise econômica tem sido usado como motivo para reabrir os setores não essenciais e os governadores e prefeitos cedem sem muito esforço, colocando um alvo nas costas das massas trabalhadoras e do povo pobre sem assistência, empurrando-os para a contaminação em massa e o aumento exponencial no número de mortes, enquanto profissionais de saúde trabalham incessantemente para mitigar esse quadro, sem as mínimas condições de segurança.

Com isso aprendemos que para o capital, as vidas do povo só servem na medida em que podem ser exploradas, e num cenário de crise econômica como estamos vivendo, onde grande parte dessa força de trabalho não pode ser absorvida, ela é descartada sem a menor cerimônia, com a chancela do estado burguês e seus gestores. Isso não é nenhuma novidade. Na epígrafe deste livro, escrita por Engels há mais de 170 anos, já deixava claro:

“Quando a epidemia deu seus primeiros sinais, uma onda de pavor envolveu a burguesia da cidade. De súbito, ela se recordou da insalubridade dos bairros pobres – e tremeu com a certeza de que cada um desses bairros miseráveis iria se constituir num foco da epidemia, a partir do qual a cólera estenderia seus tentáculos na direção das residências da classe proprietária. Rapidamente se designou uma comissão de higiene para inspecionar aqueles bairros e preparar um relatório rigoroso de suas condições ao Conselho Municipal.

(...)

Dadas tais [péssimas] condições [de vida], como esperar que a classe mais pobre possa ser sadia e viva mais tempo? Que mais esperar, senão uma enorme mortalidade, epidemias permanentes e um progressivo enfraquecimento físico da população operária?”

Sendo assim, o que nos resta é nos organizar em cada local de trabalho, estudo e moradia, e nos apoiar em nossas próprias forças para lutar e arrancar dos exploradores melhores condições de saneamento, organizar a saúde que precisamos, e as condições de vida que sonhamos.

Não há outro caminho a não ser a organização das classes dominadas e do proletariado, por seus próprios objetivos, de forma independente do estado e seus representantes. É isso o que muitas comunidades e periferias têm feito pelo país, como vimos no capítulo anterior.

A luta também tem sido a via encontrada pelos profissionais da saúde que, durante o mês de abril e maio fizeram várias manifestações e protestos em diversas partes do país reivindicando melhores condições de trabalho e equipamentos de proteção.

Lutar contra o vírus, contra o capital e seus governos e por nossas vidas!

9. Novos ataques dos patrões e do seu Estado na pandemia. Mais desemprego, arrocho e exploração para os/as trabalhadores/as

*Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!
Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri!
No entanto o capitão manda a manobra,
E após fitando o céu que se desdobra,
Tão puro sobre o mar,
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
“Vibrai rijo o chicote, marinheiros! Fazei-os mais dançar!...”*
Navio Negreiro (1870), de Castro Alves

Diante de mais uma violenta crise econômica, **a luta de classes se intensifica no Brasil**: o capital e seu atual “capitão” continuam a sacrificar (ver capítulo anterior) a classe operária e as demais classes dominadas em nome do lucro. Quem produz toda riqueza, a “multidão faminta”, continua explorada, oprimida, e luta com muita dificuldade contra essa situação.

Neste capítulo, analisamos os novos ataques dos patrões e do seu Estado sobre o emprego, as relações de trabalho e os salários no contexto de crise e pandemia. Apresentamos as principais medidas e programas já implantados, e outros que estão sendo tramados pelo capital para o próximo período.

Esses ataques visam piorar, ainda mais, as condições de vida, trabalho e luta dos trabalhadores, para recuperar os lucros e impulsionar a acumulação do capital no país. Apesar da forte e podre disputa política intraburguesa dos últimos anos e do enfraquecimento do governo federal, **essa ofensiva de classe encontra amplo consenso entre os patrões e seus diversos representantes políticos.**

Mercado de trabalho no Brasil: da deterioração à devastação

O aumento do desemprego gera uma imensa população forçada a aceitar condições mais rebaixadas de trabalho para manter sua sobrevivência. Isso significa salários mais baixos e trabalhadores/as em piores condições de reagir aos ditames patronais, uma situação proveitosa para a recuperação do capital na crise. Não à toa, tal forma de redução no valor da força de trabalho e de ampliação da exploração é uma necessidade recorrente no capitalismo.

No Brasil, desde 2014, o desemprego explodiu na sequência crise-estagnação-crise do capital no país. Isso contribui para piorar a correlação de forças do trabalho contra o capital e agravar, de forma geral, as condições de vida e trabalho das classes dominadas. Nesse período, o desemprego cresceu principalmente em duas “ondas”, que correspondem às duas recessões recentes.

Uma **primeira onda de desemprego, em 2015-2016**, foi intensificada pelas políticas recessivas do estado e usada pela burguesia para fazer uma profunda reforma trabalhista. Seus impactos contribuíram, juntamente com o sindicalismo pelego, para o início do fim de um ciclo de greves que tinha se iniciado em 2013.

Com a taxa de desemprego desde então acima de dois dígitos, a nova recessão provoca uma **segunda onda de desemprego atualmente (2020-?)**. Novamente, a burguesia tem aproveitado para implementar várias medidas e mudanças trabalhistas. Novamente, essa nova onda, somada ao isolamento social, também têm gerado queda das greves no país que, no entanto, continuam como a dos/das trabalhadores/as de aplicativos nacionalmente e os/as operários/as da Renault no Paraná.

Em cada uma dessas ondas, o aumento do desemprego teve suas peculiaridades, que as tradicionais estatísticas do IBGE, de taxa de desocupação ou a classificação de “desocupado”, não conseguem explicar por completo. Por isso, é preciso ir além desses indicadores para entender as mudanças concretas no mercado de trabalho do país.



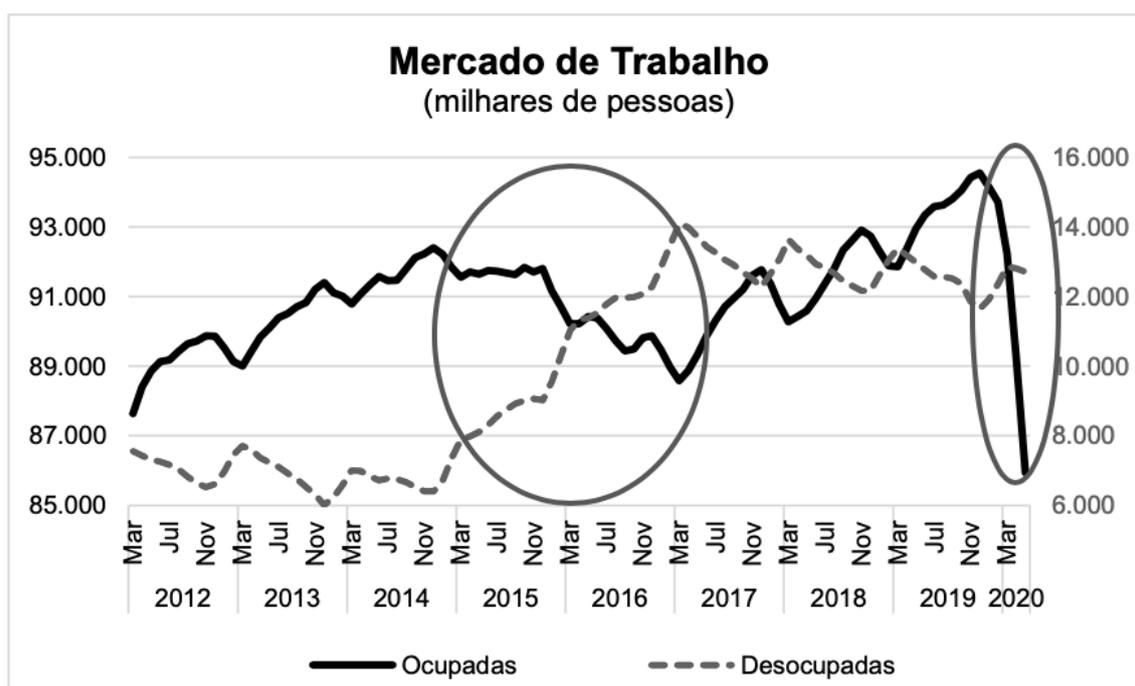
Fonte: Ibre-FGV, com base em dados da Pnad Contínua e metodologia de mensalização do BCB

O gráfico acima mostra a diferença de impacto das duas crises nos/nas trabalhadores/as formais e informais. **A primeira onda foi marcada por uma queda mais forte e contínua no setor formal.** Depois da recessão

(2014-2016) houve forte crescimento (precarização) do setor informal (cerca de 5 milhões de trabalhadores/as a mais), enquanto o setor formal nunca chegou a sair da crise. **Já na crise atual, segunda onda do desemprego, o setor informal é o mais violentamente atingido até o momento.**

A primeira onda fez explodir a quantidade dos chamados “desocupados” (conceito do IBGE), que são aqueles/as desempregados/as que constantemente buscam emprego. Entre final de 2014 e início de 2017, essa população dobrou de 7 para 14 milhões. Isso significou alta de 6% para 13% na taxa oficial de desemprego.

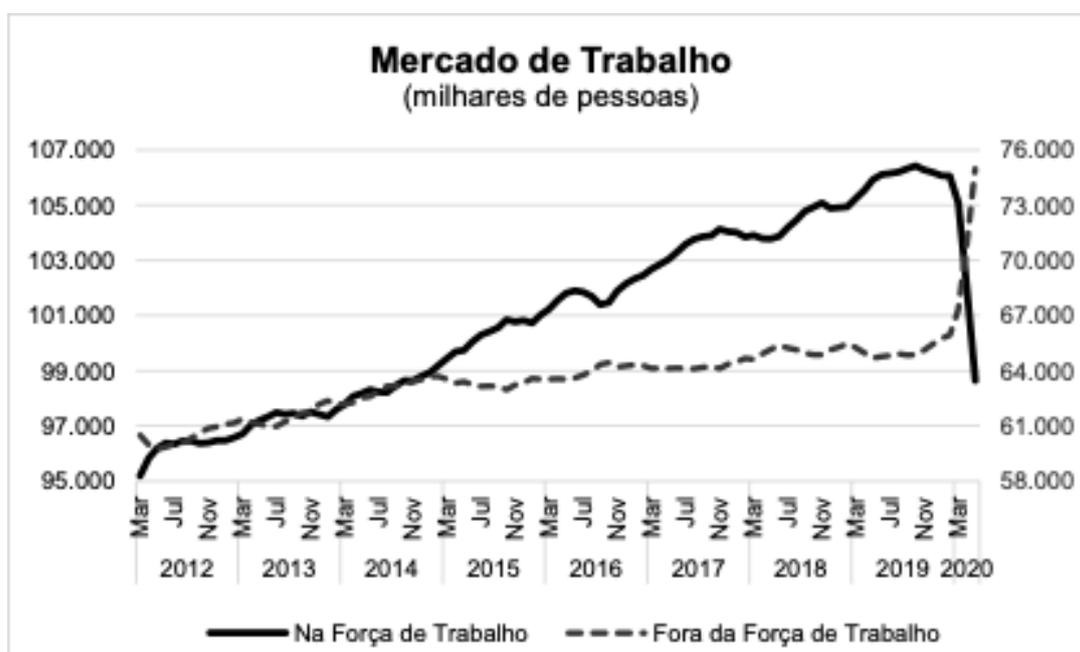
Mas o mesmo não tem acontecido até o momento na crise atual (dados de maio): os “desocupados” aumentaram relativamente pouco, assim como a taxa de desemprego oficial. Mas em relação aos ocupados, vê-se o contrário: uma violenta queda na atual crise, que já atingiu quase 8 milhões de trabalhadores/as em três meses.



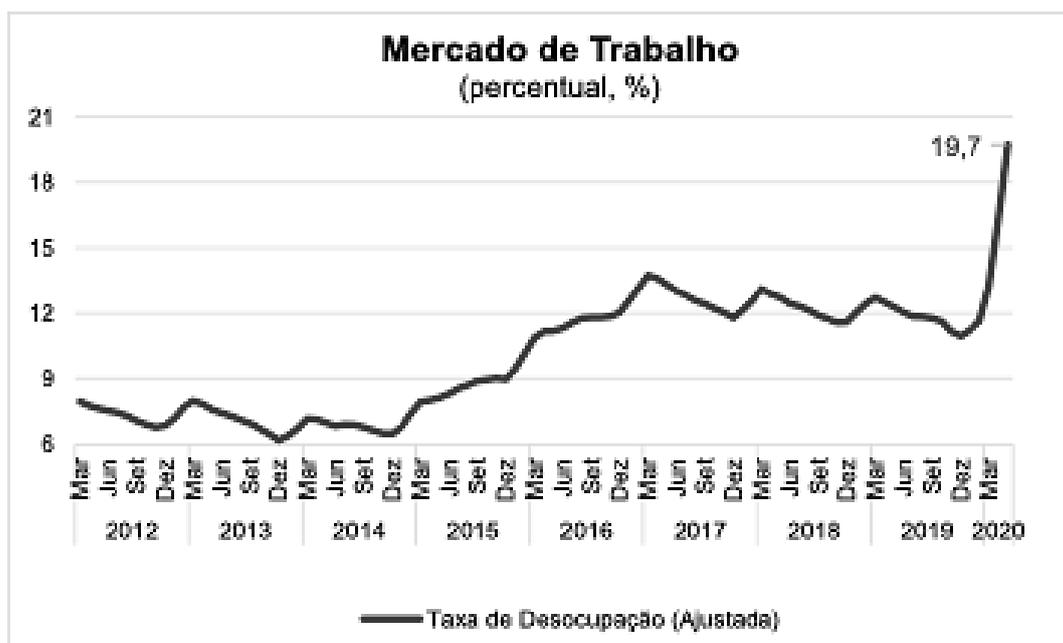
A “pequena” elevação da taxa oficial de desemprego nos dias atuais, comparada com a primeira onda, deve-se a que uma imensa parcela saiu de seus empregos (sobretudo informais) direto para o desalento completo, para fora da força de trabalho. Ou seja, sequer estão tendo

capacidade de procurar outra ocupação, e assim acabam não entrando na taxa de desemprego oficial.

No gráfico abaixo, visualizamos melhor esse fato: em 2020, há praticamente uma “troca” de grande parcela da população *na força de trabalho* (ocupados e desocupados, segundo o IBGE) pela *fora da força de trabalho*. Esse fenômeno é o mais característico dessa segunda onda até o momento.



Se incluíssemos esses/as trabalhadores/as que saíram do mercado de trabalho como desempregados – o que de fato são! – a taxa de desemprego oficial do país chegaria perto dos 20%, muito maior do que o pico na crise/onda anterior. Isso mostra que não vivemos “apenas” mais uma deterioração desse mercado, mas uma verdadeira devastação – algo sabido e vivido duramente pelas massas trabalhadoras do país.



A elevação dessa taxa oficial de desemprego, no entanto, é prevista para os próximos meses, com o retorno das atividades econômicas, mesmo com a pandemia em alta. Os auxílios emergenciais também tendem a diminuir. A taxa de desemprego já tem se acelerado nas últimas semanas, indicando que parte desses/as desempregados/as “invisíveis” estão “retornando” às estatísticas. Isso, no entanto, não muda em nada a difícil condição de vida do/da trabalhador/a desempregado/a na conjuntura atual.

As mudanças tecnológicas e nas relações de trabalho também se aceleraram na pandemia, já atingindo várias categorias, tendendo a jogar uma massa imensa de trabalhadores definitivamente para fora do mercado de trabalho.

* * *

Podemos, por fim, sintetizar os movimentos gerais do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos com as seguintes afirmações:

- Na primeira crise (2014-16), **forte e contínua queda no número de empregados no setor formal** (que já estavam, em sua maioria, precários e com baixos salários), seguida de estagnação.
- Em função disso, **grande “êxodo” para a informalidade (sem carteira, por conta própria, com renda ainda mais baixa) e para a subutilização (desemprego, subocupação etc.)**. Consolidou-se, assim, a piora do

mercado de trabalho ocasionada pela recessão de 2014-2016, inclusive com um novo marco legal trabalhista muito pior para as classes trabalhadoras.

– Em seguida, início de uma nova onda de deterioração do mercado de trabalho, com a pandemia e a nova crise econômica de hoje. **Afeta-se fortemente o setor formal, mas, sobretudo, o setor informal**, a forma precária e crescente que milhões de trabalhadores/as encontraram para sobreviver, **jogando-os/as, junto com os/as demitidos/as do setor formal, dessa vez, para fora do mercado de trabalho, para o desalento, os auxílios emergenciais etc.**

Medidas do Estado para salvar os patrões: a aplicação dos programas hegemônico e emergencial

Parte importante da ofensiva da classe dominante dos últimos anos baseia-se na implantação do programa hegemônico das frações burguesas no Brasil, composto de um conjunto de reformas econômicas dirigidas pelo Estado. Dentre essas reformas, são essenciais as que impactam o mercado de trabalho, visando estimular e legalizar uma maior exploração do trabalhador, assim como tornar suas condições de luta e organização ainda mais difíceis.

Com a nova crise, e por conta de suas características próprias, parte desse programa precisou ser temporariamente suspenso. Outras medidas, emergenciais, tiveram que ser acionadas, como o socorro aos bancos e ao mercado financeiro e inúmeros tipos de suportes aos patrões, seja no lado da oferta, ou no da demanda, elevando imensamente a dívida pública.

Em vários pontos, ambos programas se complementam, como no arrocho ao trabalhador. A crise aparece para a burguesia como oportunidade para aprofundar e acelerar as reformas anteriores e mesmo como laboratório de novas e mais radicais medidas. Isso é dito abertamente pelos mais variados representantes do capital.

No geral, as reformas buscam impor redução salarial, piores condições de trabalho e reforço do negociado (ou melhor, da chantagem patronal) sobre o legislado. Isso para os que hoje estão empregados. Para gigantesca superpopulação relativa, supérflua para o capital, o governo pretende cortar

ao máximo os gastos com ela, necessários apenas durante o período mais intenso de quarentena.

A ampliação das atividades econômicas em meio à pandemia

Defendida desde o início pelo governo federal e pelas parcelas mais atingidas do capital, a atual política sanitária (mais precisamente, de genocídio), generalizada em todo país, se resume a flexibilizar ao máximo a quarentena em meio ao pico da pandemia, e pode ser entendida como medida do Estado e dos patrões contra os/as trabalhadores/as.

Isso porque, em nome dos lucros dos capitalistas, obriga-se ainda mais os/as trabalhadores/as a diariamente arriscarem suas vidas e as de suas famílias; retomam-se as atividades econômicas sob condições muito piores de trabalho por conta do risco de contaminação. As chacinas que categorias de setores essenciais sofreram nos últimos períodos, assim como a maior letalidade da pandemia nas classes trabalhadoras, revelam que a morte pela Covid-19 é um elemento que integra o pacote da burguesia para a classe operária e as demais classes dominadas.

A lei 14.020 e a reforma trabalhista que continuará – apesar das brigas palacianas

No quinto capítulo, analisamos duas Medidas Provisórias (927 e 936) que representaram ataques centrais dos patrões neste ano. A primeira destroçou temporariamente as parcas conquistas trabalhistas que restavam da reforma de 2017: deixou o patrão alterar jornada, férias, descanso legal e regime de trabalho; suspendeu fiscalização e outras medidas de segurança e saúde do trabalhador; suspendeu recolhimento do FGTS; congelou acordos coletivos e reforçou “acordos individuais” (sic!).

Tal medida, uma verdadeira e radical reforma trabalhista, no entanto, “caducou” (os acordos aprovados em sua vigência continuam) antes de virar lei, algo semelhante ao que ocorreu com a MP da Carteira Verde e Amarela. Tais fatos expressam as disputas entre Congresso e Governo no contexto da atual crise política e não qualquer tipo de oposição das classes dominantes à implementação dessas reformas. Novas reformas trabalhistas continuam a serem debatidas e analisadas, inclusive para perpetuar os ataques “emergenciais”, sob anuência de todos os poderes.

Diferentemente da MP 927, a 936 não caducou e virou a lei 14.020, que criou o “*Programa emergencial de destruição dos empregos e dos salários*”, que já suspendeu contratos e reduziu salários de mais de 10 milhões de trabalhadores (números não contabilizados pelo IBGE!), inclusive por meio de chantagem individual. O governo prevê agora decreto de prorrogação dos prazos do programa, que deve ser de mais um mês para a redução da jornada e de mais dois meses para a suspensão do contrato, totalizando 4 meses para cada uma das medidas.

Tal aprovação reforça a chantagem e o engodo de que os trabalhadores precisam aceitar reduzir seus salários e conquistas, desistir da contestação coletiva, para continuarem empregados. A recente prorrogação do programa pode ser um caminho para sua perpetuação.

Recontratação em menos de 90 dias: legalizando a fraude patronal

Outra “novidade” preparada pelo governo federal nas últimas semanas foi a legalização da recontratação do trabalhador em menos de 90 dias – antes considerada fraude – até o fim da calamidade pública, e com efeitos retroativos.

Essa recontratação poderá ocorrer com salários menores e com perda de benefícios caso seja “acordado” e previsto em negociação coletiva. Atenção: tais cortes não dependem de redução de jornada, como ocorre no programa analisado anteriormente! Comentando esse fato, o professor da USP Guilherme Feliciano destaca: “*durante toda a prática sindical e legislativa brasileira, desde 1965, a redução sempre veio com a correspondente redução de jornada de como contrapartida compensatória para o trabalhador. Essa contrapartida, simplesmente, não existe na portaria*”.

Esse é mais um passo no caminho da revisão permanente das relações trabalhistas e dos salários no pós-pandemia, sob o império da chantagem que a ampliação do desemprego impõe. A recontratação imediata também pode acelerar a rotatividade nas empresas, elemento de pressão adicional do patrão (empregado nunca sabe se vai ou não ser recontratado).

Não pagar nem a correção dos passivos trabalhistas

Todas as instâncias do Estado têm colaborado para a organização e implementação dos ataques patronais. O judiciário, mais uma vez sob a vanguarda de Gilmar Mendes, não se nega a apresentar sua cota de participação.

Visando evitar correção monetária nos passivos trabalhistas (de 2%!), o ministro do STF impôs que a TR (Taxa Referencial), que hoje está em 0% (!!!), fosse aplicada nas execuções da justiça do trabalho.

Eis mais uma tentativa de esvaziar tal ramo da “justiça”, cujos processos já caíram desde a reforma de 2017, a partir da desistência dos trabalhadores em tentar reduzir ali parte minúscula de suas imensas perdas. Assim como a ação de Gilmar gera uma economia (lucro) extra aos patrões e um incentivo para continuarem suas cotidianas fraudes e ilegalidades acobertadas pelo Estado.

Auxílio Emergencial e Renda Brasil

A atual crise e suas características exigiram que o Estado ampliasse significativamente a transferência de uma renda mínima para a população mais pobre. **Longe de ser ajuda humanitária, trata-se sobretudo de necessidade do capital, seja para manter uma demanda mínima, seja para aplacar possíveis revoltas e explosões sociais.** Política essencial para uma economia em estado depressivo como a nossa.

O auxílio emergencial de 600 reais foi a principal medida nesse âmbito. Atingiu praticamente metade dos domicílios brasileiros e tem impactado, temporariamente, a extrema pobreza do país.

Mas, apesar de ter sido prorrogado por mais dois meses, o fato é que a burguesia e seu Estado têm já anunciado a necessidade de implementar um imenso corte nesse auxílio. Como disse Erik Figueiredo, da Secretaria de Política Econômica: *“o objetivo do governo é manter o combate à desigualdade e à extrema pobreza. Mas isso deve ser feito com equilíbrio fiscal, com uma política que socorra os indivíduos hoje e ao mesmo tempo pense no amanhã”*. Ou seja, desacostumem com migalhas um pouco maiores!

Como afirma a economista Silvia Matos, da FGV : *“Teremos uma volta dessas pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Sem o auxílio emergencial, elas vão ter que buscar renda, então a taxa de desemprego, que não subiu muito no curto prazo, pode subir mais num segundo momento”*.

A forma como essa redução do auxílio está sendo pensada é a partir de um novo programa, o Renda Brasil. Ele não pressupõe aumento de gastos: pelo contrário, seus recursos viriam de um corte bilionário no auxílio emergencial, além da extinção de outros programas de transferência.

Diante do cenário devastador, estimular e ampliar as lutas concretas, fomentar a organização autônoma dos/as trabalhadores/as!

O “pacote” da burguesia e do seu Estado é um só: matar os trabalhadores de coronavírus, de fome, de exploração ou de fuzil! Isso em contexto de pandemia, e também no próximo período de tentativa de recuperação econômica, onde o sangue e suor do trabalhador serão essenciais – como temos visto desde 2014...

Diante desse cenário devastador, capitaneado pelo governo de extrema-direita, há aqueles que buscam pedir misericórdia das classes dominantes e de outros setores do Estado. Eles buscam, mais uma vez, supostas saídas institucionais e representantes políticos supostamente menos piores da burguesia. Um capitalismo utópico!

Em uma série de publicações em nosso site, mostramos quão errônea é essa política, e quão necessária é construir uma alternativa que se baseie nas lutas concretas, na unidade das classes dominadas, e na reconstrução da independência política do proletariado. Alternativa que busque alterar de fato a correlação de forças na luta de classes em nosso país e tenha como horizonte a demolição desse odioso sistema capitalista, cuja escravização da maioria continua a norma.

Seguir os exemplos dos entregadores de aplicativo e dos operários da Renault!

Frente a mais ataques, mais luta e organização!

10. A piora da condição das mulheres no Brasil em contexto de crise e pandemia: aumento da violência, da exploração e da miséria

As mãos fortes, / a pele negra, / as pernas grossas, / o olhar consternado.

[...]

Sai dessas oito horas de pé / (não há cadeiras) / e vai para outro serviço /
fazer comida, / servir o buffet.

[...] Em casa são três crianças / e o marido, /

os quatro precisam de roupas limpas, / comida, / café. /

Quando vocês olharem a si próprios / e acharem que são fortes, / forte é ela.

[...]

A quem / serve essa força, / minha irmã /

– quem sabe amanhã, / camarada – /

aos filhos, / ao marido, / ao pastor, / ao patrão?

ELIZIANE, poema de Golondrina Ferreira

No capitalismo, as mulheres do proletariado sofrem não só com a exploração de classe, mas também com a opressão patriarcal, que se concretiza em inúmeras desigualdades e violências. Não à toa, na luta revolucionária, pela derrubada desse sistema, a questão da mulher sempre foi uma pauta política central: as classes exploradas só podem se emancipar, construir uma nova sociedade, comunista, se suas integrantes mulheres também derrubarem o regime de opressão do qual são vítimas.

O fardo pesado de serem exploradas na rua e em casa, de sofrerem desigualdades e violências cotidianamente, tende a piorar ainda mais durante as crises econômicas, como a atual. Crise que ainda se vincula com uma violenta pandemia, a do novo coronavírus.

No Brasil, o conjunto das classes trabalhadoras têm sofrido os violentos efeitos do atual cenário. Em vários capítulos deste livro, tratamos dos impactos da pandemia, de mais uma crise econômica e dos atuais ataques dos patrões e seu Estado sobre o trabalhador e a trabalhadora. A situação, que nunca foi boa, agora piora.

No entanto, as mulheres operárias, trabalhadoras e pobres sofrem também impactos específicos, que se somam e se vinculam à opressão patriarcal sob o capitalismo.

Na presente análise, o Coletivo Cem Flores procura destacar algumas das mudanças específicas ocorridas com as mulheres trabalhadoras na atual conjuntura. **Mostraremos um quadro sintético do que as companheiras e camaradas estão sentindo na pele, diariamente: um agravamento nas condições de vida e trabalho, com a crise e a precarização, um reforço tanto da opressão e violência patriarcal, quanto da exploração de classe e da miséria.**

No próximo capítulo, faremos uma análise mais detida sobre as formas de organização e resistência dessas mulheres no atual cenário, sobretudo focando a luta das comunidades e bairros populares. Em capítulos anteriores do livro, já mostramos que **elas estão na linha de frente da luta pela vida e contra a piora de suas condições, tanto nos locais de trabalho e como nos de moradia, por todo o país.**

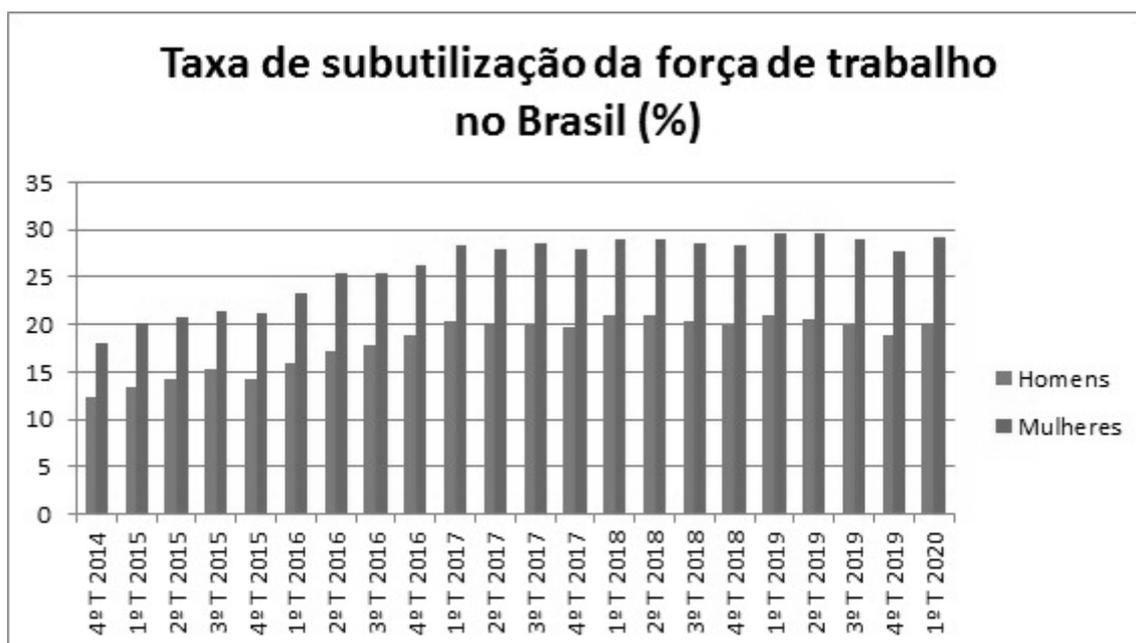
A mulher trabalhadora no mercado de trabalho brasileiro e o agravamento de sua situação na nova crise e pandemia

Antes de tratarmos das piores trazidas pela atual crise e pandemia, achamos necessário traçar um rápido quadro geral sobre a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados do IBGE para 2019, as mulheres representam 52% da população brasileira. No entanto, elas ainda possuem menor participação no mercado de trabalho do que os homens, apesar dessa participação ter crescido nas últimas décadas.

Além de, hoje em dia, trabalharem mais fora de casa, elas têm também ocupado cada vez mais o papel de comando das famílias. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres passou de 25%, em 1995, para 45% em 2018. Os números mostram ainda que 57% delas estão nessa posição sem a presença de um parceiro: 32% são mulheres solteiras com filho, 18% vivem sozinhas e 7% dividem a casa com amigos ou parentes.

Mas nem de longe isso significa que a maioria dessas mulheres, que pertencem às classes trabalhadoras, está em uma melhoria econômica contínua. Pelo contrário. As contradições permanecem e ainda se intensificaram no último período.

A mulher trabalhadora é a mais atingida pelo desemprego no Brasil. Se olharmos os dados desde a última crise econômica, iniciada em 2014, vemos uma significativa e mesmo crescente diferença em relação aos homens. Enquanto o pico da taxa subutilização da força de trabalho para as mulheres foi de quase 30% no ano passado, para os homens foi de pouco mais de 20%.



Fonte: IBGE. Essa taxa é um conceito mais amplo de desemprego, incluindo as pessoas desempregadas, as subocupados e a força de trabalho em potencial.

Os dados do IBGE também mostram que **as mulheres recebem menos que os homens**. O rendimento médio do trabalho principal dos homens, no final de 2019, era cerca de R\$ 2.500,00. Já o das mulheres era 22% menor, não chegando nem a dois mil reais (R\$ 1.950,00) – e o das negras é ainda mais baixo do que isso. Uma das explicações para isso são os baixos salários ofertados em setores com maior presença de mulheres. Por exemplo, os de serviços domésticos (em grande parte informais), call center, serviços gerais, educação fundamental etc. No entanto, mesmo comparando mulheres e homens que desempenham as mesmas atividades, o salário da mulher tende a ser mais baixo. As razões para isso são o machismo da sociedade capitalista brasileira, a vulnerabilidade econômica da mulher trabalhadora – como visto acima, muitas vezes chefiando a família sozinha – e o cálculo econômico dos patrões, sempre em busca de ampliar ao máximo possível a exploração e seus lucros.

Além disso, são elas também quem dedica mais tempo aos afazeres domésticos e ao cuidado com os familiares. Aliás, essa verdadeira escravidão doméstica é uma das principais características da opressão patriarcal, e que é utilizada pelo capitalismo para reduzir o valor da força de trabalho e os custos de sua reprodução. Segundo pesquisa do IBGE, em 2018, as mulheres dedicavam, em média, 21 horas às atividades domésticas. Isso significa o dobro de tempo médio que os homens se

dedicam! **Ou seja, para a mulher trabalhadora, há uma segunda e às vezes uma terceira jornada de trabalho em casa. “Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” já dizia Engels!**

Essa brutal e desigual realidade da mulher no mercado de trabalho não ocorre só no Brasil. Como mostramos recentemente, segundo relatório da OIT, no mundo:

“parcelas imensas de mulheres ainda são totalmente excluídas da produção social e presas somente à servidão doméstica, e a toda violência que esta significa. Mesmo quando e onde acessam mais os empregos, elas sofrem com baixos salários, fora o peso do trabalho doméstico e reprodutivo ainda imperante.”

Além das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, destacadas acima, os trabalhadores e as trabalhadoras já estavam sofrendo uma piora das condições de vida e trabalho nos últimos anos, numa conjuntura de crise econômica (recessão mais estagnação). Agora, com a pandemia do novo coronavírus e a nova e violenta crise econômica aliada a ela, essa deterioração se aprofundou.

Nesse novo cenário, o governo junto com os patrões rapidamente ampliaram seus ataques. **Além das muitas demissões, milhões estão sofrendo com redução dos salários e suspensão dos contratos** (o que o governo tem chamado de “empregos preservados”, sic!). Isso evidencia, mais uma vez, como a prioridade do capitalismo, também em meio à pandemia, é a manutenção do lucro dos mesmos ricos que trouxeram e espalharam o vírus pelo país.

Além daquelas operárias e trabalhadoras, há ainda as mulheres e mães de família demitidas ou que perderam sua renda (como as diaristas, domésticas, feirantes, vendedoras, ambulantes, e as que dependem exclusivamente do trabalho informal para levar para suas casas o sustento de cada dia) **que estão sendo obrigadas a recorrer ao auxílio emergencial oferecido pelo governo.** Um dinheiro que, quando conseguem receber, garante apenas temporariamente o alimento, mas que não tem outro nome senão humilhação. Isso porque, para consegui-lo, muitas precisam enfrentar enormes filas na Caixa Econômica Federal,

debaixo de sol e chuva, ou terem que lidar com inúmeros problemas no aplicativo e no atendimento etc.

Aquelas mulheres trabalhadoras que têm conseguido manter seu emprego ou serviço, e as que precisam buscá-lo no dia a dia, ainda precisam romper o isolamento social diariamente, enfrentando transportes públicos lotados e locais de trabalho que apresentam alto risco de contaminação. Isso porque, ou o patrão não garante seu isolamento, ou se ficar em casa por conta própria a fome é certa, e não apenas um risco como o da contaminação.

Esse é o caso, por exemplo, das inúmeras **trabalhadoras de enfermagem e da limpeza nos hospitais**, em sua maioria terceirizada e de baixos salários. A pandemia para essas trabalhadoras significa uma piora enorme em condições de trabalho, pois lidam diretamente com um ambiente contaminado, sem que, muitas vezes, as empresas ofereçam equipamentos de proteção essenciais. Diariamente sofrem com o medo de contaminarem a si e a seus familiares.

Ou ainda, o de várias domésticas, que não estão na linha de frente contra o vírus, mas não têm direito à quarentena. Segundo o prefeito de Belém (PA), que decretou tal serviço como essencial, *“tem pessoas que precisam, pela necessidade de trabalho essencial, a ter alguém em casa. Uma médica ou médico, por exemplo, precisa de alguém que ajude em casa”*. Ou seja, na opinião dos ricos e seu Estado, suas mãos não podem se sujar na limpeza de suas próprias casas, mas a vida de inúmeras mulheres trabalhadoras, em sua maioria negras, pode ser arriscada – ou perdida de fato, como foi o emblemático caso da doméstica primeira vítima fatal do Covid-19 no Rio de Janeiro.

A elevação do trabalho doméstico durante a pandemia

O capitalismo e a opressão patriarcal impõem à mulher, desde jovem, a maior parte do trabalho de reprodução da força de trabalho no ambiente doméstico. Preparo de alimentos, limpeza da casa, cuidado com as crianças e idosos, eis algumas dessas atividades. Já vimos acima um efeito concreto

disso: a mulher gasta muito mais horas no trabalho doméstico e não remunerado do que o homem.

Essa submissão ao trabalho doméstico, no seu lar ou de outros (no caso das domésticas), precisamos lembrar, é reforçada e reproduzida pelo Estado e suas políticas, inclusive quando aparentam ser em prol da “emancipação” das mulheres trabalhadoras.

No Brasil, das 13 milhões de famílias trabalhadoras e pobres cadastradas em 2016 no Bolsa Família, 90% delas tinham mulheres como titulares (responsável familiar). Elas acabam sendo responsabilizadas pelo cuidado dos familiares e da casa de forma compulsória. Para não perder o benefício, os titulares do programa precisam sempre atualizar o cadastro do governo, manter as crianças na escola, fazer acompanhamento médico etc. *“As mulheres canalizam melhor os benefícios dos programas sociais ... porque a mulher sabe cuidar melhor que o homem”*, disse cinicamente o então gerente do Estado capitalista brasileiro, Lula.

Durante a atual pandemia e crise, o tão anunciado auxílio emergencial, que está sendo liberado às duras penas e a muito contragosto pelo governo Bolsonaro, segue a mesma linha de impor à mulher os cuidados da casa, pois também prioriza as mulheres como responsável familiar.

E manter a gestão da casa tem sido uma tarefa extremamente árdua. O trabalho doméstico é essencial para manter a higiene da casa, e esta teve que ser reforçada com as novas regras sanitárias. Isso envolve mais trabalho e mais preocupação com essa tarefa essencial para não contaminação dos familiares.

Boa parte das redes de ensino do país está com escolas fechadas, o que amplia as horas dedicadas para o cuidado com crianças. Assim como os gastos, seja para colocar mais refeições na mesa, por conta da ausência da merenda escolar, ou, no caso das mulheres que ainda estão trabalhando, seja para pagar alguém que cuide de seus filhos. Isso quando não possuem um familiar doente, e o difícil pode se tornar trágico...

A elevação da violência doméstica durante a pandemia

Para finalizar nosso panorama sobre a piora recente da condição das mulheres trabalhadoras no Brasil, não podemos esquecer um dos seus aspectos mais dramáticos: a violência doméstica.

Segundo dados da ONU, mesmo antes da Covid-19, a violência doméstica em todo o mundo estava em dimensões impressionantes. Nos 12 meses anteriores, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo, por exemplo.

Com o isolamento social por conta da pandemia, os índices de violência doméstica e feminicídio têm aumentado globalmente. Como as mulheres estão confinadas com seus agressores e distantes do ciclo social, os riscos para elas se elevam enormemente.

O Brasil há muito é uma “liderança” no tocante à violência de gênero. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Brasil à época era o 5º país que mais matava mulheres no planeta.

E nos últimos anos, vários são os indícios de um aumento da violência contra a mulher, que ocorre sobretudo em casa e por parte de “companheiros” e “familiares”. **No Atlas da Violência de 2019, os homicídios de mulheres dentro das suas casas cresceram quase 30% entre os anos 2007 e 2017!**

Com a pandemia, a Nota Técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que a violência doméstica continua aumentando. Isso é possível perceber com a elevação das denúncias pelo número 190. **Em São Paulo, por exemplo, março desse ano teve um aumento de denúncias de 45% se comparado com março de 2019.**

Esse aumento é corroborado com as pesquisas feitas nas redes sociais. **Os pesquisadores constataram um aumento de 431% nos relatos de brigas entre vizinhos no Twitter entre fevereiro e abril de 2020, e 52 mil menções contendo algum indicativo de briga entre casais vizinhos.**

As mulheres estão tendo mais dificuldades de registrar boletins de ocorrência ou de pedir medidas protetivas, como indica a queda nos números, pois tais serviços necessitam da presença da vítima.

A violência doméstica contra as crianças, que normalmente é vinculada à violência contra a mulher, também tem se elevado através do Disque 100. Elas também estão encarceradas com seus agressores, e sem frequentar outros ambientes sociais, como a escola, que em vários casos descobre e denuncia tal violência.

O covid-19 e a crise não tornam por si só os homens mais agressivos, nem nunca justificam a violência que praticam contra suas companheiras. Mas sabemos que esse brutal aspecto da condição da mulher, que não é de hoje, corresponde a essa sociedade de classes que impõem à mulher uma condição de objeto, de posse, a ser explorado, violentado e usado até mesmo por um companheiro de sua classe. Sociedade que deve ser transformada profundamente, com a luta das classes exploradas e oprimidas, e em seu seio, também com a luta das mulheres contra a opressão.

Resistir à exploração, à violência e à miséria!

Construir a emancipação revolucionária da mulher!

11. A luta das mulheres nas comunidades populares em contexto de crise e pandemia

A pandemia e a crise atingem fortemente nosso povo, especialmente os moradores da periferia e das comunidades. E dentro delas, mais ainda as mulheres.

As mulheres que, pelas imposições do patriarcado, úteis à sociedade capitalista atual e reproduzidas pelo Estado, são responsáveis de fato pelo cuidado do lar, pelas crianças, pelos idosos, pelos doentes, pelos deficientes, pelos que mais precisam. Isso em “tempos normais” (que já significam tempos de pobreza, exploração, violência).

Agora, na atual conjuntura, na qual todas as desigualdades se escancaram, a opressão e a exploração da mulher têm se intensificado. O desemprego só cresce, atingindo fortemente setores cuja mão de obra é majoritariamente feminina, como nos serviços domésticos. As condições de trabalho pioram, como na saúde e nos serviços de limpeza hospitalares, profissões cuja

maioria também é mulher. Com as escolas aplicando ensino remoto e a necessidade de ainda mais limpeza nos lares, o trabalho doméstico se multiplica. A violência de gênero tem aumentado nos domicílios por todo o país. Fora o vírus que tem adoecido e matado sobretudo o povo pobre e negro das periferias, reféns de um sistema de saúde há muito falido.

Mas as mulheres trabalhadoras lutam e resistem frente a piora de sua condição! E sobre esse ponto vamos aprofundar agora.

Nesta publicação, veremos que, apesar da difícil situação, as mulheres do povo têm se destacado, mais uma vez na história, como lideranças fundamentais e, em muitos lugares, são hoje a vanguarda da resistência das classes trabalhadoras pela sobrevivência durante a pandemia e mais uma crise no Brasil.

Mulher, solidariedade de classe e a luta comunitária: lições de como resistir hoje a toda essa barbárie!

Nas periferias, nos inúmeros bairros populares do país, sem a preocupação em serem notadas como “especiais”, mas sim em enfrentar e resolver os problemas concretos, a resistência das mulheres sempre foi na luta, seja contra a carestia, pela escola para as crianças, pelo saneamento básico, pela construção das unidades de saúde, por moradia, por melhores condições de vida para os seus e para toda a comunidade.

É da mulher, principalmente, a responsabilidade estabelecida nessa sociedade em garantir a saúde dos seus filhos, pais e maridos. Mas também de suas amigas, vizinhas, da comunidade. Por isso, são elas que, principalmente, nesses tempos de pandemia, enfrentam as filas intermináveis nas unidades de saúde já colapsadas desse SUS sucateado, as filas nas farmácias para obter o medicamento com preço sobrevalorizado, as gigantescas filas do auxílio emergencial. Tudo isso muitas vezes carregando nos colos seus filhos que não têm com quem deixar.

São elas novamente que estão à frente das ações para proteger seus filhos e os filhos de todas. Assim, elas têm feito de sua condição também uma

oportunidade de se firmar enquanto eixo mobilizador e organizador na comunidade em sua luta pela vida.

São diversas as atividades e ações de luta e resistência que mulheres pelo Brasil afora hoje estão desenvolvendo e, nessa ação, ganhando adeptos, apoiadores, ampliando sua união. Formas de resistência que tem criado um enorme movimento de solidariedade em todo o canto, de ajuda mútua entre as trabalhadoras e os trabalhadores.

As mulheres de periferias, favelas e das comunidades de todo país, estão organizando suas comunidades. Com a pandemia, diversas mulheres da periferia começaram a criar alternativas de proteção às suas famílias e comunidades na nova conjuntura. Vejamos alguns exemplos.

Quando a costureira Eliana de Oliveira Santos, 62, recebeu o pedido de máscaras de uma amiga, cujo filho estava com suspeita de infecção e ela também precisava para o trabalho, Eliana não pensou duas vezes. A produção de máscaras para doação passou a ser uma das tarefas em sua quarentena.

Em uma semana, a moradora do Parque do Peruche, zona norte de São Paulo, produziu mais de 70 máscaras. A distribuição é gratuita e acontece entre seus conhecidos, vizinhos e para ex-colegas da Fundação Casa, onde se aposentou.

E não pensemos que ações como essas são menores. Tem sido ações fundamentais que, somadas, reduzem o contágio do coronavírus nas comunidades, seja com as campanhas de conscientização e explicação de como se proteger, a confecção de máscaras caseiras e a criação de agentes comunitários de saúde – moradores sendo formados na própria comunidade por médicos e médicas parceiros da causa do povo. Além disso, ações para alimentar e proteger as famílias fortemente atingidas pelo desemprego, como as campanhas de arrecadação de cestas básicas, materiais de limpeza e medicamentos.

Como vemos em outro exemplo, agora da Associação Grupo Comunitário Limoeiro, em Belém, no Pará, uma das organizações cadastradas no #MapaCoronaNasPeriferias. Essa associação já organizou campanhas para doação de máscaras de pano para moradores da Passagem Limoeiro, além

de mais de 400 cestas básicas, mas ainda precisa de apoio para alcançar as demais famílias. De acordo com a organização, a comunidade é composta por muitos trabalhadores informais, feirantes, vendedores de rua, todos sem poder trabalhar e muitos sem qualquer auxílio do Estado.

Edina do Socorro, 58, presidente da associação, que atende cerca de 500 famílias na comunidade do bairro Jurunas, conta um pouco da gravidade da situação. *“Muitos aqui vão para as portas de hospital, de UPA, e não são atendidos, voltam para casa. Muitos já morreram em suas casas e outros ficaram de quarentena em casa sem saber o que fazer”*, protesta.

Com tanto esforço para minorar os efeitos da crise, Socorro denuncia que esse desprezo pelo Estado não é de hoje. *“Nós já existimos há 50 anos, sempre com esse trabalho voltado para as famílias. Nesse bairro tudo que tem foi luta nossa, das comunidades. Se existe escolas, UPA, as ruas pavimentadas”*, a presidente lembra do esforço para conquistar o que deveria ser direito básico. *“Tudo foi fazendo briga, batendo lata, batendo panela. Fomos para as portas dos governos para poder conseguir, porque se a gente não vai, aí é que eles não vêm mesmo”*, conclui.

Outro exemplo que se destaca é a da luta e organização das mulheres em Paraisópolis, São Paulo, capital. Desde o início da crise gerada pela Covid-19, cestas básicas e marmitas têm sido um recurso fundamental para garantir a alimentação de vários moradores.

Junto com a pandemia, veio também a diminuição de renda para alguns que já tinham pouco. Pensando neles, uma equipe de 15 mulheres prepara e distribui cerca de 1.300 marmitas por dia em Paraisópolis. *“Muita gente que está desempregado, o gás acabou, está sem arroz, sem feijão, não está podendo se alimentar, a crise se agravou muito. Além disso, há pessoas acamadas, idosos. Estamos atendendo todo esse público”*, explica Elizandra Cerqueira, presidente da Associação das Mulheres de Paraisópolis.

Outra exemplo importante na luta de muitas mulheres é a assistência à saúde, que piorou muito nesse período. É preciso que as mulheres tenham o seu pré-natal garantido, que haja vacinas para as crianças e para os idosos, que existam opções para o atendimento e o tratamento das doenças que nos

atingem. Muitas vezes, quase sempre, quando a estrutura do estado na saúde não existe, é preciso agir com criatividade. São vários os exemplos de ações em proteção à saúde e às crianças nas comunidades, em que os agentes são na sua grande maioria mulheres que tomam a frente, realizam visitas de casa em casa, acompanham a situação de crianças e mães em situação de desnutrição ou de risco. Um trabalho que salva vidas, e as mulheres do povo querem seus filhos com saúde e vivos.

A luta é em todas as frentes. É central também o papel das mulheres no enfrentamento da violência nas periferias das grandes cidades, que continua mesmo com a pandemia. Aliás, em alguns lugares até aumentaram, só ver as chacinas que a PMERJ tem feito nas comunidades. Mesmo sofrendo intensamente com a perda dos seus, encontram força necessária para continuar na luta para que outros não se percam. É o exemplo das alternativas que buscam incentivar jovens a não se envolverem no crime ou as que denunciam a violência do Estado contra o povo.

Esse triste quadro deixa bem claro a quem serve esse Estado. Não serve para atender as necessidades de nosso povo. A realidade dos tempos atuais mostra que o governo, a economia, a polícia só servem a quem tem posses. É o Estado dos que dominam. O Estado dos ricos e dos poderosos.

Trata-se do enfrentamento cotidiano, da realidade vivida nos bairros. Nunca deixar para trás um filho, um irmão, um idoso, alguém que precise. Carregar tudo e a todos que são parte da vida dessas mulheres.

Apoiar e aprofundar essa resistência: tomar nossos destinos em nossas mãos

Às mulheres cabe resistir e encontrar os caminhos na luta pela sobrevivência diária, pela saúde, pela comida, pela educação, pela moradia e pela segurança. E, como sempre, as mulheres não fogem ao seu papel. Sempre estiveram à frente nas lutas seja nos bairros, nas periferias, nas favelas. Sua sensibilidade em enxergar o problema e atuar sobre ele é transformadora, não desampara ninguém e agrega a todos, a uma comunidade inteira.

No entanto, mais do que nunca é necessário identificar quem são nossos reais inimigos, sem ilusões. O inimigo está no poder e usa toda a estrutura que têm a seu dispor (polícia, justiça, governos, parlamento etc.). E há exemplos concretos, de que nosso povo entende a quem serve o Estado e qual o caminho de nossa luta. Quando tomamos as ruas para realização de mutirões, naquele momento o poder é do povo. Ou quando vamos comemorar nossas vitórias, quando realizamos atividades esportivas, de lazer e várias outras, em que todos se juntam e a rua ou a praça é nossa.

Sem as mulheres, não há luta do nosso povo que possa ser vitoriosa. A solidariedade entre as mulheres trabalhadoras é algo muito forte, que derruba qualquer barreira. Convictas e com muita alegria desafiam a condição perversa que o sistema determina para elas e para nosso povo.

Viva resistência das mulheres do povo!

12. É justo se rebelar: a revolta popular nos EUA e o retorno dos protestos no Brasil

“Estou cansada. Estou farta. Já basta.”

Chavon Allen, mãe negra na manifestação em Houston, Texas (EUA).

“Temos que sair às ruas! Não podemos ficar em casa como pedem a Organização Mundial da Saúde e o governador. Sabe por quê? Porque o Estado não para de nos assassinar, mesmo na pandemia do coronavírus.

A vida dos meus filhos, a vida do meu povo, importam!

Eu não aguento mais chorar! (...) É inadmissível!

O meu povo precisa continuar a viver.

Povo negro vivo! Jovens negros vivos! Mulheres negras vivas!”

Mônica Cunha, do Movimento Moleque, na manifestação do Rio de Janeiro.

A recente revolta popular contra o racismo e a opressão nos EUA

Há mais de uma semana os EUA são palco de uma imensa revolta popular, cujo estopim foi o assassinato do homem negro George Floyd, no dia 25 de maio em Minneapolis, por um policial branco, que o asfixiou até a morte com seu joelho. George estava desarmado e não ofereceu resistência.

Tal tortura e assassinato ocorreu em plena luz do dia, no meio da rua, sob olhar indiferente de outros policiais. As imagens circularam nas redes sociais e chocaram o mundo todo. Assim como Eric Garner, outro negro assassinado pela polícia norte-americana, em 2014, George repetiu as palavras “*I can’t breathe*” (eu não consigo respirar) antes de morrer.

O martírio de George foi mais um dentre os vários assassinatos de negros pela mão do Estado naquela potência capitalista de forte tradição racista. Os americanos negros são mortos a tiros pela polícia a uma taxa duas vezes maior do que os americanos brancos. Desde 2015, foram mais de mil negros assassinados pela polícia. Sem falar que são encarcerados a uma taxa seis vezes maior do que os brancos.

A população negra, trabalhadora e pobre de Minneapolis não se calou. Levantou-se em enorme fúria, protestando mais uma vez pelas suas vidas, contra a supremacia branca e a brutalidade policial que a oprimem há séculos. Trouxe consigo a juventude das classes dominadas, trabalhadores/as e moradores/as de periferia, negros, brancos e hispânicos que também sentem na pele a injustiça, a exploração e a opressão daquele Estado capitalista.

Rapidamente a revolta se espalhou por centenas de cidades, alcançando todo o país. Marchas gigantescas continuam a acontecer dia e noite, mesmo em cenário de pandemia e diante do risco sanitário. **Afinal de contas, para as classes dominadas e oprimidas, só a luta garante a vida de fato! Não há como abrir mão do protesto.**

Essa onda de revolta popular extrapolou as fronteiras nacionais dos EUA. Protestos em solidariedade também estão acontecendo em outros países,

como França, Inglaterra, Alemanha, Nova Zelândia, Holanda, Irlanda e Quênia, além do Brasil.

A revolta popular – como nunca deixa de ser numa sociedade de classes como o capitalismo – foi respondida com ainda mais repressão policial. Toques de recolher, prisões arbitrárias, feridos e novos mortos. Mas essa violência do Estado tem sido respondida pelas massas trabalhadoras e populares, que têm mostrado extrema coragem e garra, mantendo suas manifestações e sua insubordinação, desafiando o maior aparato repressivo do mundo e todas as ameaças de Trump, presidente apoiado abertamente por grupos fascistas e supremacistas brancos. Em desespero e numa demonstração de impotência, Trump ameaçou utilizar as forças armadas contra os/as manifestantes, que continuaram nas ruas, ignorando as ameaças do opressor. **Sem justiça, sem paz! É uma das palavras de ordem mais ouvidas pelas ruas.**

Não podemos esquecer que essas mesmas massas têm sofrido brutalmente com a atual crise do capital e com a pandemia. O desemprego já atingiu, como uma avalanche, 40 milhões de trabalhadores nos últimos meses, elevando ainda mais a miséria e o sofrimento.

Junto ao desemprego, a Covid-19 já matou mais de 100 mil pessoas nos EUA, atingindo mais fatalmente a população trabalhadora, pobre e negra. Como dissemos no capítulo três:

*“Nos EUA, epicentro atual da pandemia, as comunidades negras têm sido as mais afetadas pelo vírus: representam cerca de 30% das contaminações e das mortes, mesmo sendo por volta de 15% da população do país. As razões são bem conhecidas: habitação mais precária, piores condições de saneamento, menor acesso a serviços de saúde, comorbidades, e a maior exploração em empregos informais e precários. **Em suma: a dominação capitalista!**”*

Ou seja, são muitas as razões para se rebelar. Rebelar-se é justo!

A volta dos protestos de rua no Brasil

No Brasil, nas últimas semanas, temos visto a volta de protestos de ruas contra o fascista governo Bolsonaro e seus apoiadores de extrema-direita. Assim como nos EUA, as classes dominadas daqui têm sofrido brutalmente os impactos da nova crise e da pandemia. Milhões de trabalhadores/as já perderam seus empregos, tiveram seus contratos suspensos ou sofreram com cortes salariais. Ao mesmo tempo, já ultrapassamos o patamar de 30 mil mortos pela Covid-19, cuja letalidade é muito maior na população pobre e negra.

Tais atos não foram convocados pela pelegada da esquerda institucional, mais ocupada formando uma nova frente com a burguesia e setores assumidamente de direita e sabotando ativamente ou às escondidas esses protestos populares, mas sim por torcidas organizadas de futebol, como a do Corinthians em São Paulo e a do Flamengo no Rio de Janeiro, e grupos de juventude antifascista, como em Porto Alegre. A composição desses protestos está rapidamente se ampliando, como mostrou a última manifestação em Curitiba.

Com ou sem pandemia, a polícia continua a entrar nas favelas e periferias para matar a população trabalhadora, negra e pobre. Por isso, os ecos da revolta contra o racismo e a violência policial nos EUA também chegaram aqui. Afinal, o assassinato de George Floyd foi feito pelo mesmo sistema opressor burguês que matou também, nos últimos dias, e com tiros de fuzil, o adolescente João Pedro enquanto brincava com os primos dentro de casa; o jovem João Vitor passeando em sua comunidade, a Cidade de Deus; e, ano passado, a pequena Ágatha, em seu transporte escolar no Complexo do Alemão. O mesmo sistema racista que soltou os assassinos do exército brasileiro que fuzilaram o músico Evaldo.

O movimento negro, junto a coletivos de periferia e favelas que possuem hoje um importante papel na luta contra a pandemia e pela sobrevivência nas comunidades, já realizaram os primeiros atos pelas vidas negras, como o que aconteceu no último domingo em frente à sede do governo do Rio de Janeiro. E a pauta pelas vidas negras e periféricas também tem se incorporado aos atos contra o governo, como em Curitiba.

Para desespero de Bolsonaro, cada vez mais isolado e perdendo popularidade, as faixas contra esse governo fascista, de extrema-direita, e pela vida do povo negro e das favelas estão de volta às ruas!

Diante disso, a repressão mostra novamente sua face “seletiva”. Enquanto a burguesia, os governos, o parlamento, a justiça e as polícias toleram atos abertamente fascistas do bolsonarismo – em defesa de intervenção militar, da ditadura e do AI-5 – foi só a bandeira antifascista e contra o governo se levantar nas ruas que as bombas, os tiros, as prisões, as críticas da imprensa e da esquerda institucional, as ameaças e os projetos de lei absurdos voltaram à ordem do dia. **Essa é a real face da democracia burguesia: no fundo, é sempre uma ditadura de classe.**

Nada disso está fazendo recuar os atos, como vemos na imagem abaixo do protesto em Manaus dias atrás. Como nos EUA, não faltam razões para retomar as ruas.

Avançar nas ruas e estimular as lutas nos locais de trabalho e moradia

Diante dos levantes populares que explodiram em vários países (Equador, Chile, Haiti, Honduras, Líbano, Iraque, Irã, Argélia, Catalunha, França...) no ano passado, afirmamos:

“Só a luta pode parar os atuais ataques das classes dominantes (as ditas “reformas”, os tarifajos, o aumento da exploração, da violência). As inúmeras vitórias, mesmo que parciais, desses levantes, os vários recuos dos governos, são provas cabais dessa lição primordial. Somos nós que arrancaremos, com nossas mãos, um futuro melhor para nós e nossos filhos!”

“Cabe a nós, comunistas, lutadores e trabalhadores, em primeiro lugar, continuar acompanhando atentamente os fatos e apoiar de todas as formas as lutas de nossos irmãos de classe nesses outros países, sentir sua revolta, recolher e estudar suas lições. [...] Mas nos cabe também,

sobretudo, preparar e fomentar, em nossos locais de atuação, o nosso novo levante.”

No novo contexto de crise e pandemia, no qual as condições de vida e trabalho dessas classes pioraram violentamente, a necessidade da luta é ainda maior.

E, com a retomada das manifestações no Brasil, é fundamental organizar e participar ativamente dos protestos, agitando e organizando as massas trabalhadoras, a juventude, seus coletivos, para darem um passo a mais em suas lutas locais. Ir construindo uma unidade na luta, a partir dos problemas de cada bairro ou local de trabalho, que também são uma forma de expressão dos problemas gerais dos/as trabalhadores/as, e, dessa maneira, ir mostrando na luta a vinculação entre as pautas concretas e imediatas da classe às suas causas maiores anticapitalistas.

Obviamente, esse retorno às ruas deve ocorrer com o máximo de cuidado possível para a não ampliação do contágio do coronavírus. Porém, deixando bem claro às classes dominantes que não mais morreremos em silêncio nos locais de trabalho, ou pela polícia ou pelo o vírus que invadem nossas casas. Reagiremos cada vez mais. E os poderosos têm toda razão em temer!

Viva as revoltas populares!

Basta! Sem justiça! Sem paz!

Posfácio

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO E NA INDEPENDÊNCIA DAS MASSAS EXPLORADAS!

Os efeitos da crise econômica mundial, amplificados pela pandemia do coronavírus, atingiram fortemente as massas trabalhadoras de todos os países. Os quase 1 milhão de mortos no mundo, vítimas da Covid-19, são a expressão de um sistema falido, que só gera e amplia destruição e sofrimento por toda a parte, principalmente aos/às trabalhadores/as e aos/às mais necessitados/as.

A pandemia encontrou a economia mundial estagnada, com gigantescos monopólios avançando violentamente na ampliação da exploração sobre a classe operária, concorrendo entre si por áreas de expansão para seus capitais, na busca desesperada de retomar as taxas de lucro em queda. Somada à paralisia imposta pelo contágio do vírus em parte da produção e do comércio, aprofundou uma crise mundial de enormes proporções, aumentando ainda mais o impulso desses monopólios para arrancar a riqueza que os/as trabalhadores/as produzem.

Os efeitos são visíveis por toda parte: ampliação do desemprego, aumento da exploração sobre quem continua de alguma forma empregado, abjeta dependência das tais “políticas sociais” como principal (ou mesmo única) forma de renda dos/as mais pobres, ampliação da violência repressiva e ideológica contra trabalhadores/as e povos em todo o mundo, acirramento da concorrência entre blocos imperialistas. **Ou seja, o avanço de toda as contradições que caracterizam a economia mundial hoje, o imperialismo em crise.**

Em quase todos os países do mundo, no enfrentamento aos efeitos dessa crise, são bem semelhantes as políticas implementadas pelos Estados e organismos internacionais, aparelhos centrais para garantir a reprodução da dominação capitalista:

- recursos à vontade para salvar os monopólios, tanto o seu braço produtivo, quanto o especulativo, à custa de uma gigantesca expansão da dívida pública, aumentando a já colossal bolha de capital fictício que mais cedo ou mais tarde explodirá;

- ampliação da exploração capitalista sobre os reais produtores de valor: os/as trabalhadores/as, seja com a mudança regressiva nas legislações que regem as relações de trabalho, seja com a ampliação e a intensificação do controle e da extração de mais-valia nos processos de trabalho;

- políticas de auxílio à renda dos/as mais pobres como elemento de contenção à provável ampliação da luta proletária e, ao mesmo tempo, de estímulo ao consumo e ao movimento da economia interna desses países, com manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva (pressionando para baixo o valor da força de trabalho);

- ampliação da concorrência interimperialista e dos elementos políticos e ideológicos que expressam esse fato (crescimento das ideologias nacionalistas e fascistas, maior agressividade política, avanço na disputa armamentista pelo controle dos espaços e das rotas estratégicas à reprodução do capital, aumento da repressão à classe operária e aos/às trabalhadores/as em geral).

A identidade dessas políticas deixa claro que, independente do gestor estatal de plantão dos interesses do capital, ao povo muito pouco muda

quem seja esse governante. No capitalismo, o Estado é o comitê central da burguesia e aos/às trabalhadores/as é uma ilusão oportunista achar possível usá-lo em outro sentido, sem uma verdadeira revolução.

No Brasil, com a economia estagnada há anos, a crise econômica ampliada pela pandemia fez o PIB cair em um nível nunca antes visto no país. Os/as trabalhadores/as, que já viviam na corda bamba do desemprego, dos bicos ou dos empregos precários, da falta de estrutura básica de saúde e educação, da violência imposta pelo crime organizado (fardado ou não), da miséria rondando sempre suas portas, tiveram que enfrentar a pandemia sem sequer a ação organizada do Estado para reduzir os danos. Resultado: quase 140 mil mortos oficiais até agora (por conta da subnotificação foram muito mais).

Mas não bastasse a gigantesca violência das mortes pelo coronavírus, junto veio também a violência da estrutura de repressão do Estado, que mata mais do que nunca, a violência da redução dos salários para manter o emprego por mais alguns meses, a violência do desemprego de milhões expulsos do trabalho nesse período, a violência dos hospitais lotados e sucateados, do ensino remoto precário, das filas no INSS etc., etc., etc... Como já dissemos anteriormente: *O “pacote” da burguesia e do seu Estado é um só: matar os trabalhadores de coronavírus, de fome, de exploração ou de fuzil!*

Como “contrapartida” a toda essa calamidade, resultado direto do capitalismo podre em que vivemos, o Estado oferece 600 reais (agora 300!) por mês... 67 milhões de brasileiros/as e suas famílias obrigados, pela absoluta falta de alternativas, a ter que depender desse auxílio do governo. Dinheiro que é do povo, produzido pelo povo, roubado pelas classes dominantes e pelo seu Estado, e em migalhas devolvido como se fosse um auxílio deles ao nosso povo.

Esse auxílio emergencial do governo, resultado direto do pânico das classes dominantes com a possível reação de milhões de trabalhadores/as jogados na fome e na miséria, não é, e nem será, uma solução para os problemas do povo. Como também não será solução acreditar numa falsa alternativa dita “desenvolvimentista”, defensora do Estado e de um pretense capitalismo (utópico) com distribuição de renda e melhoria social, discursos de uma

“esquerda”, domesticada pelo inimigo de classe, que sempre camufla com essa conversa mole seus reais interesses eleitorais e mesquinhos.

Já vimos em várias experiências anteriores que esse papo só serve para nos enrolar. Mais uma vez, como em todas as eleições anteriores, o objetivo é levar os/as trabalhadores/as à armadilha de escolher qual posição burguesa é a melhor para nos explorar, nos desarmando enquanto classe para resistir à ofensiva burguesa. Como já dizia o Che, “*não devemos confiar no imperialismo* (e nem na burguesia, seus partidos e seu Estado) *nem um tantinho assim, nada!*”

O caminho para melhorar nossas condições de vida, trabalho, moradia passa por confiarmos em nossas próprias forças. Seremos nós, organizados em torno do enfrentamento aos problemas concretos existentes, que encontraremos as soluções necessárias. Essa maior organização e compreensão de nossos problemas nos garante arrancar do Estado as reformas possíveis e aponta no sentido de não acreditar nem um pouco no inimigo de classe para nos ajudar. O que vier de lá só virá por nossa força! Aponta ainda o horizonte que pode verdadeiramente alterar em definitivo essa podridão em que vivemos: a revolução proletária!

Nesse longo período de apodrecimento geral do capitalismo, a era imperialista, os povos de todo mundo têm dado valiosos exemplos de como devemos tratar nossos problemas e de como devemos enfrentar nossos inimigos. Mais recentemente, as manifestações contra o racismo e a violência do Estado nos EUA, as lutas dos trabalhadores como no caso da Renault e dos Correios, as ações de solidariedade e organização popular nas periferias das grandes cidades no enfrentamento dos efeitos dessa crise geral em que estamos são indicações, ainda embrionárias, do caminho proletário para as mudanças necessárias.

Em resumo, algumas lições gerais dessas lutas que servem como exemplo do caminho para conquistar nossa independência de classe:

- Confiar nas próprias forças;
- Organizar o enfrentamento dos problemas concretos existentes;
- Não depender dos falsos “representantes” da luta das massas;

- Não confiar nos instrumentos institucionais do inimigo de classe. Isso nos ajuda a saber se devemos e como devemos participar neles, além de identificar seus limites objetivos;

- Preparar-se para conhecer quem são nossos amigos e quem são nossos inimigos de classe, retirando o véu das posições burguesas que estão em nosso meio e que confundem nossa clara visão dos problemas.

E nesse processo, organizando e participando da resistência e da luta proletária e popular, reconstruir nossa ferramenta de combate: o partido comunista.

Resgatemos o lema da Internacional Comunista: **façamos nós com nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito!** A independência política do proletariado, que significa **lutar com nossa posição própria**, é a maior conquista que nossa classe deve almejar. Sem isso, não há saída para mudar de vez a triste condição em que vivemos.

O **CEM FLORES** É UM ESPAÇO CONSTRUÍDO POR UM COLETIVO DE COMPANHEIROS COM O OBJETIVO DE ATINGIR AQUELES QUE, ATRAVÉS DO MARXISMO, OPTARAM POR PENSAR COM SUAS PRÓPRIAS CABEÇAS E DESEJAM UM ESPAÇO PARA ESGRIMIREM SUAS IDEIAS SOBRE O RUMO DO SOCIALISMO E A TEORIA QUE O ILUMINA.

CEMFLORES.ORG

CEMFLORES@CEMFLORES.ORG

WWW.FACEBOOK.COM/CEMFLORES